

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RAPHAEL BRUNO DO NASCIMENTO BEZERRA

**SEGURANÇA ALÉM DA POLÍCIA: uma etnografia das lógicas securitárias não
estatais em um bairro do Recife**

Recife

2020

RAPHAEL BRUNO DO NASCIMENTO BEZERRA

**SEGURANÇA ALÉM DA POLÍCIA: uma etnografia das lógicas securitárias não
estatais em um bairro do Recife**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Mudança social

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Amorim Raton Júnior.

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B574s Bezerra, Raphael Bruno do Nascimento.

Segurança além da polícia : uma etnografia das lógicas securitárias não estatais em um bairro do Recife / Raphael Bruno do Nascimento Bezerra. – 2020.

142 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Sociologia, Recife, 2020.

Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Segurança. 3. Segurança privada. 4. Espaço urbano. I. Ratton Júnior, José Luiz de Amorim (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-137)

RAPHAEL BRUNO DO NASCIMENTO BEZERRA

**SEGURANÇA ALÉM DA POLÍCIA: uma etnografia das lógicas securitárias não
estatais em um bairro do Recife**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 28/02/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luiz de Amorim Rattón Júnior (Presidente/Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Daniel Veloso Hirata (Examinador Externo)

Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Ao orientador desta dissertação, José Luiz Ratton, pelos ensinamentos e pela confiança no trabalho. Nesses dois anos, Ratton se tornou uma referência importante na minha ainda curta trajetória acadêmica.

Àqueles que foram entrevistados, sem os quais esta pesquisa não seria possível.

À Samara Maria e aos, também colegas de turma, Rodrigo e Pedro (Falcão), que, de diferentes modos, me ajudaram no percurso que culminou neste trabalho.

À Clarissa Galvão e ao professor Artur Perrusi, pelas contribuições na banca de avaliação do projeto. A este último também agradeço pela participação na banca de defesa.

Ao Daniel Hirata, por aceitar gentilmente o convite para a participação na banca de defesa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo apoio financeiro durante o desenvolvimento da pesquisa.

The city is man's most consistent and on the whole, his most successful attempt to remake the world he lives in more after his heart's desire. But, if the city is the world which man created, it is the world in which he is henceforth condemned to live. Thus, indirectly, and without any clear sense of the nature of his task, in making the city man has remade himself.

Robert Ezra Park (1967, p.3)

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar as formas não estatais de produção de segurança no bairro da Várzea, Zona Oeste da cidade do Recife. Para isso, realizei observações etnográficas durante um ano, entrevistei treze moradores, analisei dados demográficos e textos jornalísticos sobre o bairro. A hipótese principal é a de que as estratégias de segurança utilizadas estão relacionadas às condições socioeconômicas dos habitantes e às características do espaço urbano. Constatando as distinções dessas variáveis de acordo com as diferentes áreas do bairro, realizei o recorte analítico de quatro zonas espacialmente delimitadas, objetivando explicar o problema da produção de segurança por meio de seus distintos aspectos. Inicialmente, busquei entender como as percepções positivas e negativas sobre a região são resultados e, ao mesmo tempo, elementos constituintes das configurações do espaço urbano. Em seguida, analisei separadamente as quatro estratégias securitárias utilizadas pelos moradores: a contratação de agentes formais e informais de vigilância – e seus procedimentos de legitimação –, o uso de obstáculos físicos contra invasões e assaltos, a constituição de redes de proteção espontâneas e, por fim, o uso de tramas securitárias. Ao final, relacionei essas estratégias às quatro zonas, ambicionando a construção de um modelo explicativo das suas lógicas securitárias.

Palavras-chave: Segurança. Segurança plural. Segurança privada. Espaço urbano.

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the non-state forms of security production in the neighborhood of Várzea, part of the west zone of the city of Recife. For this purpose, I used an ethnographic approach and the results of thirteen semi-structured interviews conducted with its residents. The main hypothesis is that the security strategies used are related to the socioeconomic conditions of the inhabitants and to the characteristics of the urban space. Noting the distinctions of these variables according to the different areas of the neighborhood, I proposed an analytical cut of four spatially delimited zones, aiming to understand and explain the problem of security production through its different aspects. Initially, I sought to understand how positive and negative perceptions about the region are results and, at the same time, elements that constitute the configurations of the urban space. Then, I analyzed separately the four security strategies used by residents: the hiring of formal and informal surveillance agents - and their legitimation procedures -, the use of physical obstacles against invasions and assaults, the constitution of spontaneous safety nets and, finally, the use of security fabrications. In the end, I related these strategies to the four zones, aiming to build an interpretative model of their security logics.

Keywords: Security. Plural security. Private security. Urban space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução do número de empresas de segurança privada de 2008 a 2018 no Brasil..	19
Quadro 1 - Pseudônimos atribuídos aos moradores entrevistados.....	29
Mapa 1 - Localização do bairro da Várzea na cidade do Recife.....	30
Mapa 2 - Divisão espacial das zonas pesquisadas.....	44
Quadro 2 - Características das zonas pesquisadas.....	45
Fotografia 1 - Protesto realizado pelos moradores da Várzea e da Cidade Universitária.....	57
Fotografia 2 - Cartão de vigilante informal da Zona 2.....	74
Fotografia 3 - Cabine de vigilância na Rua Mário Pederneiras (Zona 2)	76
Fotografia 4 - Câmera de vigilância na Rua Bulandy (Zona 4)	92
Fotografia 5 - Grades em residência da Zona 1.....	94
Fotografia 6 - Cerca e grades em condomínio da Zona 4.....	95
Mapa 3 - Zona 1.....	107
Mapa 4 - Zona 2.....	109
Mapa 5 - Zona 3.....	117
Mapa 6 - Zona 4.....	121

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Apontamentos metodológicos	24
2	O BAIRRO	30
2.1	Dados sociodemográficos	40
2.2	A Várzea investigada	44
3	PERCEPÇÕES	46
3.1	Vendendo um bairro: o estereótipo positivo como fonte securitária e meio de estigmatização	48
3.2	Além do estereótipo: repensando o bairro e seus <i>perigos</i>	56
4	PLURALIZANDO A SEGURANÇA	67
4.1	Vigilantes e porteiros	71
4.1.1	Protegendo os outros	72
4.1.2	Duas formas de legitimação: sobre as relações entre moradores, vigilantes e porteiros	81
4.2	Obstáculos	89
4.3	Redes de proteção	97
4.4	Tramas securitárias	100
5	QUATRO LÓGICAS SECURITÁRIAS	103
5.1	Zona 1	104
5.2	Zona 2	109
5.3	Zona 3	114
5.4	Zona 4	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	134

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é investigar as formas não estatais de produção de segurança acionadas pelos moradores do bairro da Várzea, Zona Oeste da cidade do Recife. Tratou-se de inquirir o problema da conformação da ordem por meio de uma análise microssociológica, pela qual foi possível explicar como os procedimentos que aspiram à regulação das práticas sociais são acionados nas situações mais corriqueiras e, nesse sentido, distantes do modo pelo qual o problema da segurança costuma ser imaginado.

Por formas não estatais de produção de segurança entendo as práticas intencionais e não intencionais de proteção coletiva ou individual. Exemplos das primeiras são a contratação e atuação de vigilantes de empresas de segurança privada e de guardas não profissionalizados; o uso de tecnologias de monitoramento eletrônico e de recursos materiais, como grades, muros altos e cercas elétricas. Por outro lado, estas estratégias podem se apoiar na existência de estabelecimentos comerciais, na ocupação expressiva do espaço urbano e no desenvolvimento espontâneo de redes de moradores. Todos esses mecanismos foram encontrados no espaço estudado.

Considerado suburbano desde o início do século XX, uma das diferenças mais claras da Várzea em relação aos espaços centrais e aos mais abastados do Recife revela-se na sua infraestrutura. Embora grande parte do meu lócus de pesquisa possua ruas calçadas e com razoável iluminação, parte significativa do bairro é composta por pequenas comunidades, onde ruas sem calçamento, com iluminação deficitária e habitações precárias são as principais características da paisagem.

A sua população também possui grande heterogeneidade. Isto se deve, em parte, à existência da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em seu território, pois uma fração significativa dos moradores é de estudantes, professores e funcionários da instituição. Eles convivem com outra maior parcela, constituída por habitantes mais antigos e aqueles mais novos que não possuem relação direta com a UFPE. As diferenças populacionais estão homologamente relacionadas às desigualdades econômicas, evidentes no cenário mencionado.

As mesmas desigualdades também explicam como um bairro que figura entre aqueles com as maiores taxas de homicídios da cidade¹ pode possuir regiões relativamente pacíficas.

¹ Ver: “No Recife, 15 dos 94 bairros concentram 50% dos homicídios”. *Jornal do Commercio*, Recife. 15 de dez. de 2018. Disponível em: https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/12/15/no-recife-15-dos-94-bairros-concentram-50_porcento-dos-homicidios-365683.php. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

Como acontece na maioria das grandes cidades brasileiras, no Recife os locais habitados pelas classes médias possuem, além de melhor infraestrutura, menores índices de crimes violentos. Neles, no entanto, a frequência de crimes contra o patrimônio é tão significativa quanto nas comunidades pobres.

A clara desigualdade² entre as regiões que compõem o bairro da Várzea não expressa, no entanto, um apartamento radical das lógicas securitárias. Muitas das zonas das classes médias, nas quais há vigilância presencial e eletrônica, são fronteira ou caminho, como mostrarei mais adiante, para regiões precarizadas, que se valem de mecanismos informais e espontâneos de segurança. Além disso, encontra-se casas de moradores das classes médias em ruas sem calçamento, cuja diversidade inclui também habitações precárias e os populares *puxadinhos*. Por vezes isto resulta na produção de contextos heterogêneos, baseados no uso diverso do espaço urbano, outras vezes no reforço das desigualdades entre os moradores – ambos expressos na produção e na sensação de segurança.

Diante de tal riqueza de configurações sociais e securitárias do bairro, optei pela análise de uma região esquadrihada propositalmente para a pesquisa. Nela identifiquei quatro lógicas de produção de segurança, onde a adesão às práticas não estatais de vigilância e policiamento são influenciadas de modo substantivo pela desigualdade e heterogeneidade econômicas e sociais. Chamou-me atenção que, em um espaço relativamente pequeno em relação às dimensões totais do próprio bairro, encontrei contextos bastante diferentes, ora mais próximos da securitização por meio de dispositivos sociotécnicos ora regulados pelos laços de confiança entre os moradores.

Sob influência da *teoria da governança nodal*³ (BURRIS *et al*, 2005, pp.31-32), busquei entender quais percepções os moradores de classes sociais e microrregiões diferentes têm acerca do bairro e como elas influenciam suas relações com o espaço urbano, quais as tecnologias e

² Embora não constitua o repertório conceitual aplicado a este estudo, a noção de desigualdade aparecerá em diversos momentos. Defino-a, de modo abrangente, como a posse diferencial de capital econômico, cultural e social (BOURDIEU, 2017) entre os moradores do bairro. Portanto, ao mencionar as “desigualdades do bairro” ou as “desigualdades entre as zonas/áreas”, estarei me referindo diretamente às características dos moradores de cada microrregião discutida.

³ Para Burris, Draho e Shearing (2005, pp.31-32), a governança plural é efeito de quatro variáveis fundamentais: as mentalidades dos indivíduos que dela participam, seus recursos (entendidos como os capitais econômicos, sociais e culturais), as tecnologias utilizadas e os arranjos institucionais nos quais ela está enredada. De algum modo, todos esses elementos estarão presentes na pesquisa; no entanto, tal perspectiva será encarada menos como um modelo a ser fielmente seguido do que como aporte subjacente, do qual me distanciarei em alguns momentos.

estratégias securitárias empregadas por eles e, por fim, como estas constituem lógicas de securitização⁴ baseadas em ações intencionais e não intencionais.

Usarei a noção de “segurança plural” para me referir à multiplicidade de formas pelas quais o controle social⁵ se expressa. Este termo sintetiza as teorias sociológicas, antropológicas, políticas e criminológicas da pluralização do policiamento, cuja importância reside na capacidade de evidenciar a polícia como um *nó* numa *rede* de poder mais ampla (LOADER, 2000, pp.323-324), que inclui a segurança privada, os modos de policiamento civil e as técnicas de autoproteção.

A emergência das teorias da segurança plural foi um desdobramento das críticas à conhecida tese segundo a qual o Estado é “uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território [...] reivindica o monopólio legítimo da violência física”, provinda da sociologia de Max Weber (2011, pp.66-67)⁶. Embora esta perspectiva tenha sido levada ao

⁴ Chamarei de securitização o processo de adoção de mecanismos de proteção nas residências, ruas e condomínios. Ele pode ser ilustrado pelo emprego de cercas elétricas, câmeras de vigilância e alarmes, pelo crescimento dos muros e pela contratação de vigilantes formais e informais, assim como de porteiros que podem exercer funções relacionadas à segurança.

⁵ Usarei a noção de controle social como o “conjunto de recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados” (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p.101). Mesmo ciente de sua exagerada amplitude (ALVAREZ, 2004, p.169), trato-a como ponto de partida para uma definição mais específica, vinculada às estratégias de securitização encontradas no campo.

⁶ O postulado weberiano deriva da conferência *A política como vocação* (WEBER, 2011) na qual Weber, entre outras coisas, ambiciona definir a noção de política na Modernidade e, a partir disso, chegar ao problema ético da vocação. É, nesse sentido, uma consequência da definição *típico-ideal* do exercício político como “a direção do agrupamento político hoje denominado ‘Estado’ ou a influência que se exerce em tal sentido” (WEBER, 2011 p.66). Na mesma conferência, Weber afirma que “O Estado não se deixa definir a não ser pelo específico *meio* que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física” (WEBER, 2011). Apesar de não ser o único instrumento de que se vale, o recurso à violência é fundamental para a conservação de sua estrutura e a garantia do exercício político. Sem ela “o Estado teria [...] desaparecido e apenas subsistiria o que, no sentido próprio da palavra, se denomina ‘anarquia’” (WEBER, 2011, p.66). Isto, porém, não implica numa defesa do uso indiscriminado e/ou despótico da força, pois na medida em que o Estado moderno e burocratizado tem como apoio a normatividade jurídica, e que a “legitimidade se identifica com a legalidade” (ADORNO; DIAS, 2014, p.158) e a impessoalidade, o exercício da dominação por meio da violência é, para Weber, menos uma ação arbitrária de um governante do que o efeito de um edifício jurídico historicamente construído pelo corpo social. A violência legítima foi pensada por ele tanto como um recurso contra invasões estrangeiras como contra transgressões internas. No primeiro caso, está em questão a construção de exércitos e de formas de organização militar; no segundo, a criação de polícias de pacificação interna (cf. LOADER & WALKER, 2007, p.26; GIDDENS, 2008, p.202 et seq.) que sirvam como instrumentos de inibição da violência difusa na sociedade, “excluindo-a das formas e práticas cotidianas de interação real” (PORTO, 2000, p.313). Conquanto esteja localizada num contexto oitocentista, em que a principal motivação política de Weber era a possibilidade de unificação do Estado alemão (cf. COHN, 1979), a importância dessa teoria para o controle social

limite pela crítica historiográfica de sua generalização (cf. GIUSTOZZI, 2011; GIDDENS, 2008), os atuais estudos sobre a pluralização da segurança buscam sofisticá-la por meio de análises empíricas do controle social no mundo contemporâneo.

O monopólio legítimo da violência é visto pelas teorias contemporâneas muito mais como uma distorção histórica – ou, pelo menos, uma exceção temporária – do que como uma regularidade (DUPONT, 2004, p.77). A literatura recente tem, ao contrário de Weber, questionado as dicotomias provindas das teorias liberais – tais como público/privado, liberdade/restrrição, Estado/sociedade civil – no estudo teórico e empírico dos modos de ordenamento social (LOADER, 2000, p.329), fazendo o postulado do sociólogo alemão tornar-se pouco fecundo para a compreensão e a explicação de fenômenos que borram tais divisões.

No que tange aos estudos sobre policiamento no século XX, desde os anos 1960 emerge uma profusão de investigações etnográficas sobre os modos de organização e atuação das equipes policiais (cf. DURÃO, 2006, pp.7-8)⁷. De diferentes lugares das Ciências Sociais, a maioria delas testa, intencional ou não intencionalmente, a hipótese do monopólio legítimo da violência por meio de análises empiricamente fundamentadas⁸.

A principal crítica desses estudos é direcionada à ausência de distinção entre o ideal jurídico das instituições que exercem a violência, expresso na teoria weberiana, e a variedade de suas dinâmicas organizacionais. Também nessa direção, o contexto político-social no qual os pesquisadores anglo-saxões estavam inseridos nos anos 1960 e 1970 motivou uma postura cética em relação ao Estado e seu aparato repressivo (LOADER, 2007, pp.27-28), que destoava da assumpção normativa implícita no pensamento de Weber.

Nos anos 1990, as teorias da segurança plural que me referi emergem e adquirem centralidade no debate acadêmico sobre segurança (BOELS; VERHAGE, 2016, p. 2). Além das noções de *plural security* e *plural policing*⁹, outras perspectivas ganham força na literatura criminológica, como as de *security complex* (HOOGENBOOM, 1991), *the police extended*

contemporâneo reside na expressão da complexa gênese das funções dos tribunais penais, das prisões e, no que importa aos objetivos desta pesquisa, da polícia (ADORNO; DIAS, loc. cit., p.158). Daí porque seus ecos se espriam mesmo sobre as formas atuais de pensar o policiamento e os mecanismos de fornecimento de segurança.

⁷ Até os anos 1970, as temáticas mais frequentes eram os modos de patrulhamento, as culturas ocupacionais, o tráfego e a circulação, a atuação nas áreas de consumo e venda de drogas, a formação profissional, os modos de administração da polícia, as práticas de controle internas às organizações, o sindicalismo e a relação entre a polícia e os meios de comunicação. Durante os anos 1980, a discussão sobre violência, poder e uso arbitrário da força pela polícia é enfatizada no interior dos mesmos temas, principalmente por influência de pensadores como Michel Foucault (DURÃO, 2006, pp.9-10).

⁸ No Brasil, são exemplos, entre outros, os trabalhos de Lima (1995), Muniz (1999) e Soares (2000).

⁹ Em razão dos imbricamentos práticos entre essas noções, doravante as utilizarei como sinônimos.

family (JOHNSTON, 2003) e *mixed of policing* (CRAWFORD, 2013). Todas voltadas à compreensão dos novos arranjos securitários.

Em termos teórico-epistemológicos, é possível posicionar as teorias da segurança plural em três conjuntos: a teoria das redes (SHEARING; WOOD, 2003; BURRIS *et al*, 2005; KRAHMANN, 2005; MARTIN, 2012), a teoria do policiamento crepuscular (DIPHOORN, 2012; 2015) e a teoria dos agenciamentos globais da segurança (ABRAHAMSEN; WILLIAMS, 2009; HAZBUN, 2016)¹⁰. Com a primeira é possível descrever as articulações entre as organizações securitárias; por meio da segunda compreendemos a atuação dos agentes de segurança através da fluidez das “fronteiras” entre o público e o privado; por sua vez, a teoria dos agenciamentos globais da segurança foca as intersecções mútuas entre as organizações estatais e não estatais, mas também entre as lógicas securitárias locais, nacionais e internacionais.

Há um significativo debate sobre os fenômenos que motivaram o surgimento dessas teorias. Para alguns, o desenvolvimento de diferentes sistemas de policiamento é resultado de rupturas históricas no campo da segurança (BAYLEY; SHEARING, 1996, p.585); outros acreditam que as novas características securitárias são parte de um longo processo de formalização do controle social (JONES; NEWBURN, 2002, p.129). Há ainda aqueles que advogam que o policiamento sempre consistiu em elementos públicos, privados e híbridos (JOHNSTON, 1993).

Entre essas diferentes perspectivas, podemos encontrar, pelo menos, dois pontos em comum. O primeiro é que o que vem sendo chamado de segurança plural possui anterioridade à sua apreensão conceitual nos anos 1990. O segundo é a crença de que as características sociais, econômicas e culturais do mundo contemporâneo fomentam modelos singulares de policiamento em relação aos períodos anteriores. Mesmo os que defendem que a segurança plural é uma constante histórica, acreditam que ela ganhou novas formas na atualidade, merecendo novas categorias analíticas.

¹⁰ Essa divisão difere daquela proposta por Tessa Diphoorn (2015, pp.315-316). Para ela, a teoria dos *nós* da segurança se diferencia da perspectiva das *redes*. Em vez disso, entendo que a raiz teórico-epistemológica comum – ambas derivam da noção de rede de Castells (2009) – motiva direcionamentos metodológicos também idênticos: seria impossível explicar as redes sem definir os seus componentes, isto é, os nós; enquanto o contrário também é verdadeiro. As diferenças entre os autores da *teoria das redes* residem muito mais na sobreposição de elementos teóricos do que em mudanças nas bases sobre as quais são construídos os procedimentos de pesquisa e as ferramentas analíticas.

Algumas causas são apontadas para essa singularidade. Jones e Newburn, na importante coletânea *Plural Policing in Comparative Perspective* (2006, p.4), apontam para três elementos-chave: 1) crescimento do setor da segurança privada¹¹, que aconteceu de modo simultâneo ao desenvolvimento de novas tecnologias eletrônicas de segurança e à incursão do setor privado em áreas comumente associadas à polícia, como o deslocamento de presidiários e o patrulhamento de ruas; 2) a *mercantilização* da polícia: como Loader (1999), eles identificam esse fenômeno em três direções: emergência de modos gerencialistas de organização, apresentação da polícia como um bem escasso a ser consumido e a sua promoção como um “produto”; e 3) o aumento do número de legislações que regulam formas de policiamento privado, de autopolicamento e de imbricamentos público-privados. Para ambos os pesquisadores, esses acontecimentos afetam a maior parte das sociedades ocidentais, porém variam em forma e velocidade, de acordo com cada conjuntura.

Relacionados a esses fenômenos, as formas plurais de policiamento também são resultado das críticas às despesas do policiamento público e das características próprias à *modernidade tardia*. Ademais, a generalização de espaços fechados com esquemas próprios de segurança, chamados de *mass private property*¹², e de uma racionalidade baseada no risco são outros elementos apontados (JONES; NEWBURN, 2006, pp.6-7).

A despeito de grande parte das teorias sobre segurança plural ser produzida por autores europeus e norte-americanos, o seu desenvolvimento pode ser facilmente notado no mundo inteiro. Nos países do Sul Global, chama atenção dos pesquisadores a linha tênue entre segurança e insegurança. Isso porque a experiência histórica mostra como determinados grupos – guerrilheiros, faccionais e milicianos – podem promover segurança para determinados contingentes populacionais aumentando a insegurança de outros, violando os Direitos Humanos ou disputando legitimidade com o Estado. Com exceção dos grupos de guerrilha, no Brasil os mesmos exemplos podem ser acionados.

Tudo isso, no entanto, não quer dizer que estamos vivendo um momento de radical erosão estatal. Tessa Diphoorn (2015, p.315) contradiz tal tese argumentando que ela negligencia três elementos fundamentais, a saber, 1) o modo como os cidadãos são cada vez mais responsabilizados nas sociedades contemporâneas, 2) o crescimento do Estado penal,

¹¹ Segundo estimativa divulgada pelo jornal *The Guardian* (PROVOST, 2017) o mercado mundial da segurança privada deve atingir a receita de 240 bilhões de dólares neste ano de 2020.

¹² No Brasil, esses espaços são chamados de *enclaves fortificados* desde a publicação do livro *Cidade de Muros* (2011), da antropóloga Teresa Caldeira.

evidente nas práticas de encarceramento em massa e 3) a desintegração da dicotomia público-privado no fornecimento de segurança. Em vez disso, Diphorn e os demais pesquisadores da segurança plural acreditam que há um processo de reestruturação do Estado e de suas relações com a sociedade civil.

Nesse novo panorama, o policiamento pode continuar sendo exercido pelo Estado, mas também ser realizado *através* dele, como quando a segurança privada protege vias e prédios públicos; *acima* dele, nos modos de cooperação internacional contra o crime; *além* dele, no que tange ao mercado de sistemas eletrônicos de segurança; e *abaixo* dele, nas formas de vigilância organizadas por cidadãos (LOADER, 2000, pp.6-8). O Estado, portanto, pode ficar ao lado, patrocinar e competir com as outras forças securitárias, assim como negligencia-las ou ser preterido por elas.

Por que estudar a pluralização da segurança no Brasil? Uma resposta preliminar decorre do fato de que a maioria dos fenômenos apontados pela literatura internacional se expressam no caso brasileiro. Dentre os diversos sintomas que fundamentam tal asserção, discutirei três deles: o crescimento do mercado da segurança privada formal e informal, o fechamento securitário de espaços considerados públicos e a ascensão das milícias urbanas.

O crescimento da indústria da segurança privada no país esteve atrelado ao desenvolvimento do setor bancário. Em 1969, sob Banco influência do Banco Central foi promulgado o Decreto-Lei 1.034/69, que obrigava os bancos a fornecerem segurança para funcionários e clientes. O Decreto foi motivado pelos assaltos realizados a essas instituições por indivíduos comuns, mas também por grupos de guerrilha urbana contrários à ditadura militar. Posteriormente, o mercado da segurança se espalhou para outros setores e o crescimento do número de funcionários passou a superar as taxas de crescimento das polícias a partir dos anos 1980, tendo seu *boom* na década seguinte (WOOD; CARDIA, 2006, pp.153-154; ZANETIC, 2010, p.53).

Em anos recentes, a indústria da segurança privada continua a crescer no Brasil. Entre 2008 e 2018, o número de empresas do setor passou de 1.672 para 2.694 (FENAVIST, 2019). Significativamente maior foi o crescimento em anos recentes, entre 2014 e 2018 (Gráfico 1).

Tomando novamente como referência os dez anos apresentados, apenas em 2016 houve um decréscimo, de modo que o dado essencial do gráfico abaixo é a sua curva ascendente.

Segundo os números da Polícia Federal, o Nordeste está em segundo lugar no ranking das regiões com mais empresas de segurança, atrás apenas do Sudeste. As 593 empresas legalmente autorizadas para os serviços privados no território nordestino representam 22% do total em funcionamento no país. Quanto às atividades por elas realizadas, vê-se que a maior parte, 47,6%, oferece apenas a vigilância patrimonial, enquanto 18,2% pode, além da guarda de patrimônio, realizar escolta armada e segurança pessoal; e 9,9% realizam vigilância patrimonial e escolta armada (FENAVIST, 2019).

O estado de Pernambuco tem 87 empresas cadastradas na Polícia Federal, isto é, 3,2% do total do país. Um percentual pequeno em relação a São Paulo, o ente federado com mais empresas (594), também à Bahia (180), que possui o maior número no Nordeste; porém acima de todos os outros estados nordestinos e daqueles das regiões Norte e Centro-Oeste (FENAVIST, 2019).

O número de vigilantes no Brasil, por sua vez, passou de 654.899 em 2014 para 553.905 no ano de 2018, um decréscimo de 15,4%. Segundo a Fenavist (2019), isto deveu-se à recessão enfrentada pelo país entre os anos de 2015 e 2018. O crescimento de 0,98% entre 2017 e 2018 seria consequência, para a mesma instituição, do processo de estabilização econômica pós-crise.

Independentemente da justificativa, os números revelam a colossal indústria da segurança privada no Brasil¹³. Numa breve comparação com o quantitativo de policiais, é possível ver que, no ano de 2014¹⁴, o efetivo de agentes das forças estatais era de 425.000 (IBGE, 2014), enquanto o de profissionais da segurança privada somava 654.899 (FENAVIST, 2015). Ainda que este tema não apareça com frequência no debate público, pelos números é possível atestar que o Brasil, tal como outros países do mundo (cf. PROVOST, 2017), possui uma disparidade expressiva entre o número de agentes da violência privada e o de policiais.

¹³ Cabe destacar que os dados apresentados não incluem as empresas fornecedoras de segurança eletrônica. Como esse nicho de mercado ainda não é regulamentado no Brasil – pois a Lei 7.102, que dispõe sobre a segurança privada, contempla apenas as organizações de vigilância e segurança presencial –, ele não aparece nos dados da Polícia Federal, nem nas pesquisas realizadas pelos sindicatos patronais.

¹⁴ Uso os dados de 2014 por serem resultantes do Perfil dos Estados e Municípios Brasileiro, realizado pelo IBGE. Diferentemente das contagens realizadas por outros institutos de pesquisa ou veículos de imprensa em anos mais recentes, acredito que estes possuam maior confiabilidade, dada a extensão e minúcia da amostra utilizada.

Gráfico 1 - Evolução do número de empresas de segurança privada de 2008 a 2018 no Brasil



Fonte: Fenavist (2015; 2017; 2019)

O gigantismo da segurança privada se torna ainda mais significativo quando se verifica as estimativas realizadas por pesquisadores e sindicatos patronais de que para cada vigilante habilitado existem de três a cinco empregados no mercado informal¹⁵ (LOPES, 2011, p.104).

A despeito do crescimento da demanda de cidadãos por segurança privada, a hiperinflação do setor no Brasil está mais relacionada às necessidades corporativas e estatais (FENAVIST, 2019). São os setores produtivos, de serviços e o próprio Estado os principais consumidores do serviço. Ou seja, se por um lado há uma tendência de crescimento da securitização de casas e condomínios residenciais, os dados mostram que o policiamento privado é realizado sobretudo *através* do Estado (LOADER, 2000, pp.6-8). O contexto é, pois, muito mais de imbricamento entre o público e o privado do que de separação.

Aliado ou não à contratação de vigilantes, o fechamento de ruas e pequenas regiões é outra tendência na realidade securitária brasileira. Desde os anos 1990, pressões da sociedade civil para a regularização de zonas interditas ao livre uso comum ganham força na esfera

¹⁵ Pesquisas em outros países também mostram que o crescimento da segurança privada formal é concomitante ao dos serviços de segurança informais (VOLKOV, 2000; MARKS; BONIN, 2010).

pública e nos embates jurídicos acerca da vida urbana brasileira. Trata-se de uma tentativa de tornar privados, ou “híbridos”, espaços considerados públicos até então¹⁶.

Cidades como São Paulo (Lei 11.322/1992 e Lei 16.439), Cotia (Lei 694/1994), Campinas (Lei 8.736/1996 e Lei 10.264/1999) e, no Nordeste, Natal (Lei 0531/2018) são bons exemplos desse fenômeno. Baseadas em formas diferentes de regulação do espaço urbano, as leis municipais nelas aprovadas têm em comum a tendência de fechamento social e securitário provinda de demandas de parte da sociedade.

A diferença entre os tipos de interdição do espaço urbano costuma obedecer a duas configurações principais. A primeira é o que, na linguagem arquitetônica e jurídica, tem sido chamado de *bolsões residenciais*. São trechos de um mesmo bairro que podem ser interditados. Nesses casos, o tráfego de veículos é realizado preferencialmente por moradores, que se tornam responsáveis pela implantação de redutores de velocidade e objetos de bloqueio. Nos casos de fechamento de ruas como as que pesquisei, os mesmos procedimentos acima mencionados são aplicados, embora em escala menor, pois que limitados a vias específicas.

A despeito do infundável debate jurídico em torno da existência desses espaços – que vai da sua constitucionalidade¹⁷ aos critérios de autorização por parte do Estado e o pagamento de tarifas/mensalidades entre os moradores –, o problema da segurança e do uso da força é repleto de implicações. A indefinição entre público e privado das ruas e bolsões corrobora para a criação de zonas onde o monopólio legítimo da violência (e da vigilância) é confrontado na medida em que os moradores contratam empresas de segurança que funcionam de modo semelhante à polícia, instalam guaritas e cabines e utilizam-se de equipamentos de monitoramento eletrônico nas ruas. Além disso, a própria existência de zonas fechadas é um sintoma da descrença na atuação das forças estatais de controle social.

Ainda no que diz respeito à regulação do uso da violência, as milícias¹⁸ são um dos fenômenos mais importantes no que tange à relação entre crime e insegurança no Brasil

¹⁶ A tendência de fechamento e segregação, expressa nas ruas fechadas e condomínios, explicita o que o psicanalista Christian Dunker (2015, p.50) chamou de *lógica do condomínio*: “A lógica do condomínio tem por premissa justamente excluir o que está de fora de seus muros; portanto, no fundo, não há nada para pensar na tensão entre esse local murado e seu exterior. Também não há muito a pensar na tensão intramuros, uma vez que, como observamos, a única área de real convivência público é o playground. O espaço já é concebido e vivido como falso universal. Por isso, os que vivem fora estão sem lugar, sem terra, sem teto, sem destino. E os que vivem dentro estão demasiadamente implantados em seu espaço, seu lugar e sua posição.”

¹⁷ O artigo 144 da Constituição, que dispõe sobre a segurança pública, exclui a possibilidade de policiamento privado em espaços públicos, como muitas vezes acontece nesses condomínios e ruas.

¹⁸ O termo *milícia* começou a circular na grande imprensa em meados dos anos 2000, quando foi comprovada a participação de milicianos na tortura de jornalistas do veículo carioca *O Dia*, na favela do Batan, na cidade do Rio

contemporâneo. Essas organizações são desdobramentos dos antigos “esquadrões da morte”, formados por policiais e ex-policiais nas cidades brasileiras. Porém, em vez de atuarem de modo difuso e perseguir criminosos temidos por moradores, seu surgimento no estado do Rio de Janeiro esteve relacionado ao domínio de territórios sob a justificativa de promoverem uma espécie de defesa não estatal contra os “males” das facções que hegemonomizam os mercados de drogas ilícitas.

A literatura especializada define as milícias como organizações que coagem moradores e comerciantes; que agem motivadas pelo lucro, monopolizando serviços (lícitos e ilícitos) e bens públicos; e que contam com a participação de agentes armados do Estado (DUARTE, 2019; CANO; IOOTY, 2008). Suas práticas de regulação social são, portanto, baseadas fundamentalmente na ameaça e no uso da violência física e simbólica.

Mais do que outras redes criminosas, esses grupos utilizam-se da presença nas instituições estatais para se proteger de quaisquer ameaças à sua autorreprodução. No caso do Rio de Janeiro, a relação entre os grupos milicianos e o Poder Legislativo é um dos temas urgentes do debate público, pondo a nu o processo de legitimação formal/legal de atividades informais/ilegais.

Conquanto o fenômeno das milícias seja essencialmente fluminense, ele indica a tendência de entrelaçamento entre a busca por formas não estatais de segurança, o surgimento de organizações violentas paramilitares e as formas de captura do Estado por esses grupos. Em Pernambuco, por exemplo, já foi comprovada a existência de esquadrões da morte e grupos *paramilicianos*¹⁹, cujas diferenças organizacionais em relação aos modelos existentes não os torna menos letais nos eventos que se envolvem.

De modos diferentes, todas as três tendências apresentadas dialogam com as formas securitárias analisadas nesta pesquisa – a segurança privada formal é, hoje, o principal recurso acionado pelas populações para se protegerem; o fechamento de ruas é uma das principais expressões da segurança privada na vida urbana, atingindo praticamente todas as capitais do país; e a existência de grupos paramilitares urbanos ligados ao Estado revela a linha tênue entre

de Janeiro. O debate sobre essas organizações se expandiu consideravelmente após a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) coordenada pelo então deputado estadual Marcelo Freixo, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Na época, mais de 100 milicianos foram presos (DUARTE, 2019, p.1).

¹⁹ Nos últimos anos, as notícias sobre grupos milicianos se tornaram mais presentes nos noticiários recifenses. Ver, por exemplo: Suspeitos de integrar milícia e de envolvimento com morte de empresário em Aldeia são presos. G1 PE, Recife, 17 de mai. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/05/17/policia-civil-faz-operacao-contra-grupo-suspeito-de-formar-milicia-privada-no-grande-recife.ghtml> Acesso em: 15 de out. de 2019.

segurança e insegurança, crime e Estado, também fruto da ausência de regulação democrática da segurança e da atuação violenta e antidemocrática de grupos informais.

Os dados apresentados, porém, não indicam uma continuidade entre os modos de pluralização da segurança no Brasil e aqueles desenvolvidos em outros países e continentes. Entre outros motivos, porque aqui não há legislações que regulem os imbricamentos entre polícia, policiamento privado e organizações da sociedade civil, ao contrário, por exemplo, do Reino Unido (Cf. SHARP *et al*, 2008, p.247). Em segundo lugar, porque as agências privadas não possuem, como na África do Sul (Cf. DIPHOORN, 2015), licença para atuar nas ruas e de modo semelhante à polícia. Terceiro, porque a quantidade estimada de agentes informais, como mostrei, é superior à de profissionais habilitados e de policiais, o que contraria o cenário dos Estados Unidos e de alguns países europeus, onde a formalização dos serviços de segurança não coexiste com tantas organizações informais.

Na ausência de um repertório conceitual fundamentado na experiência de pluralização da segurança no Brasil, este trabalho se propõe a analisar alguns dos seus aspectos enfatizando estritamente o material colhido durante as observações no bairro da Várzea, na cidade do Recife. Para isso, foram consideradas as ações e interações dos moradores, entre si e com os agentes da segurança, no espaço urbano e os recursos físicos utilizados nas suas residências. A este material foram acrescentados os resultados de entrevistas semiestruturadas e conversas informais realizadas durante a imersão no campo, nas quais as percepções e estratégias de segurança foram ressaltadas. Desse modo, ao se valer dessas observações etnográficas²⁰ e entrevistas, este estudo se equilibra entre a importação de análises estrangeiras e a busca por interpretações fundadas no campo de pesquisa, um bairro suburbano de uma capital do nordeste brasileiro.

No Capítulo 1, apresento uma descrição etnográfica do bairro. Por meio de dados sociodemográficos, fontes históricas e das observações realizadas, explico as características étnicas de sua população, os tipos de habitação preponderantes e as formas de ocupação do

²⁰ Por etnografia, entendo, tal como Magnani (2009), a identificação da realidade experimentada e reconhecida pelos sujeitos em seus contextos cotidianos – como exporei nos apontamentos metodológicos.

espaço urbano. Relaciono todos esses elementos à problemática da segurança e, ao final, delimito espacialmente as quatro zonas pesquisadas, evidenciando suas diferenças por meio de cinco variáveis: infraestrutura, condição socioeconômica dos moradores, tipos de habitação, uso do espaço urbano e recursos securitários preponderantes.

Com o objetivo de compreender as diferentes percepções dos moradores sobre o espaço urbano do bairro e as influências destas na adoção de mecanismos e práticas de segurança, no Capítulo 2 apresento dois discursos contraditórios sobre a Várzea. Enquanto um produz uma imagem bucólica e pacífica do bairro, o outro apresenta a complexidade e os “perigos” do seu cotidiano. Discuto ambos evidenciando seus agentes, os seus objetos (ruas e microrregiões do bairro) e seus efeitos no uso do espaço urbano e na estigmatização de algumas microrregiões.

No Capítulo 3, investigo os modos de pluralização da segurança na região estudada. Divido-os em quatro modalidades principais. Primeiro, a contratação de vigilantes (formais e informais) e porteiros que também atuam como agentes de segurança. Apresento sua atuação, suas relações com os moradores e as duas maneiras pelas quais são legitimados. Em seguida, a utilização de obstáculos – como grades, cercas elétricas e câmeras. Exponho também as redes de proteção: laços de confiança entre moradores cuja função, intencional ou não intencional, é promover segurança. Ao final, apresento as tramas securitárias, a saber, modos de falseamento da realidade com vistas a produzir segurança. Como no Capítulo 2, descrevo uma série de diferenciações no uso desses mecanismos de acordo com as características do espaço urbano e as condições socioeconômicas dos moradores.

No último capítulo, apresento um modelo explicativo da produção securitária de cada uma das zonas estudadas. Buscando uma síntese sociológica de todo o material selecionado e analisado, tento compreender como as percepções, os mecanismos securitários, as condições socioeconômicas dos habitantes e as condições infraestruturais de cada microrregião motivam diferenciações nas práticas securitárias. Estas são discutidas não só a partir dos seus efeitos planejados, mas através dos seus desdobramentos não intencionais no cotidiano daqueles que as acionam e daqueles que são seus alvos.

1.1 Apontamentos metodológicos

Após a realização de leituras sobre as intersecções entre securitização, espaço urbano, desigualdade e segregação no Brasil²¹, surgiu-me a ideia de pensar esses fenômenos a partir do caso recifense. Minha intenção inicial era investigar o modo como se constituem lógicas de segurança em locais marcados pela diversidade populacional e infraestrutural. E, além disso, entender como o público e o privado se entrelaçam nas formas de controle social urbano.

Para isso, procurei um bairro onde houvesse uma diversidade de classes, perfis culturais e marcadores étnicos entre a população. Ao mesmo tempo, pareceu-me fecundo estudar uma região na qual zonas residenciais, comerciais e de lazer coexistissem e onde a infraestrutura local fosse permeada pelas desigualdades que atingem praticamente toda a cidade do Recife. Buscava, portanto, um lugar marcado pela diversidade sociodemográfica e urbana.

Na capital pernambucana é comum que áreas habitadas pelas classes médias sejam margeadas por comunidades precarizadas e vice-versa. Como consequência, parte significativa dos bairros é atravessada por considerável heterogeneidade, mesmo aqueles onde há clara preponderância de determinados padrões socioeconômicos e infraestruturais. Sabendo disso, não seria difícil encontrar um lócus de pesquisa com as características que buscava.

2018, quando aconteceu este processo que narro, foi o ano em que cheguei ao Recife, depois de morar a vida inteira em outra cidade. Por não conhecer a grande maioria dos bairros, comecei a pesquisa-los e, em seguida, visita-los. Fui primeiro ao bairro da Madalena. Trata-se de um lugar com intensa atividade comercial e significativas zonas residenciais. O fato de grande parte destas últimas serem ocupadas por prédios cujo acesso é restrito me fez desistir de antemão. Em seguida, fui aos bairros da Iputinga e Arruda, que, por motivos diferentes, também não me despertaram interesse.

Caminhando pelo bairro onde morava, percebi que ele tinha todas as características que estava buscando nas minhas visitas exploratórias. Nele encontrei significativa diversidade étnica entre os moradores, diferentes classes sociais e estilos de vida. Já a sua infraestrutura é composta por regiões urbanizadas e locais precarizados. Relacionadas a esta “colcha de

²¹ Das quais destacam-se o clássico *Cidade de Muros*, da antropóloga Tesesa Caldeira (2011) e a discussão sobre a *lógica do condomínio*, desenvolvida pelo psicanalista Christian Dunker, em *Mal-estar, sofrimento e sintoma* (2015). Tanto quanto essas obras, o filme *O som ao redor*, dirigido por Kleber Mendonça Filho, foi uma das principais influências.

retalhos” – como um dos entrevistados definiu a heterogeneidade do bairro – coexistiam distintas formas de produção de segurança.

O despertar do interesse pela pesquisa foi também fruto de uma experiência mais prosaica: ao percorrer um dos meus caminhos cotidianos, percebi que “cabines” estavam instaladas em duas das ruas por onde eu sempre passava. Cabines que, pela desatenção ou pressa do hábito, não notei anteriormente. Ao observá-las com mais atenção, vi que a pintura preta sobre suas partes brancas revelava que eram bases usadas pelos vigilantes da região. Embora eles não estivessem no dia em que as encontrei no caminho, em outro momento pude ver esses personagens em “ação”.

Curioso sobre suas atividades e desejando realizar uma pesquisa sobre o problema da segurança, aproveitei o trabalho proposto na disciplina Métodos Qualitativos em Pesquisa Social, ministrada no segundo semestre de 2018, para realizar uma incursão exploratória no microuniverso profissional daqueles homens. Os resultados da curta investigação²² mostraram os mesmos problemas discutidos na literatura sobre segurança privada: o serviço era oferecido apenas para um seleto grupo de moradores, que tinham práticas de segregação e fechamento securitário; o trabalho dos vigilantes coexistia com as *criminologias da vida cotidiana* (Cf. GARLAND, 1999; 2014) generalizadas no bairro; além disso, os homens não tinham habilitação para o serviço, nem autorização para portarem a arma de fogo que mantinham escondida.

Ainda nessa fase inicial, realizei uma revisão bibliográfica da produção internacional sobre as categorias *plural security* e *plural policing*. Depois que José Luiz Ratton, o orientador desta dissertação, me apresentou tal debate, percebi que era possível pensar o caso da segurança não estatal acionada pelos moradores da Várzea no interior da discussão sobre segurança plural. Além disso, o fato de tal categoria não fazer parte do repertório conceitual da maioria dos sociólogos urbanos e pesquisadores do fenômeno do crime e da segurança pública brasileiros²³ instigou a tentativa de realizar o estudo.

²² O trabalho foi escrito em parceria com Pedro Amaral, também mestrando no PPGS-UFPE. Em seguida, foi apresentado no Grupo de Trabalho “Illegalismos, Dispositivos de Controle e Punição”, do VI Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais, realizado na Universidade Federal do Ceará.

²³ Entre os raros trabalhos que abordam esse tema em sua especificidade no país estão o capítulo *Brazil*, escrito por Jennifer Wood e pela socióloga brasileira Nancy Cardia para a coletânea *Plural policing in Comparative Perspective* (JONES; NEWBURN, 2006); e o artigo *Plural policing and public opinion in Brazil*, escrito por Cleber Lopes (2017).

Na literatura sobre a pluralização da segurança, encontrei muitas convergências, mas também divergências com o caso brasileiro – como aquelas apontadas na Introdução. Do ponto de vista teórico-metodológico, pareceu-me que elas estavam mais focadas em abordagens estruturais (ainda que microsociológicas)²⁴, enquanto o problema que me colocava estava sobremaneira vinculado à ação individual de contratar vigilantes, de optar pelo uso de dispositivos sociotécnicos de vigilância e de usar o espaço urbano em determinados momentos.

No desenho dos procedimentos de pesquisa, busquei metodologias qualitativas que me possibilitassem a exploração em profundidade da vinculação entre as práticas dos agentes e as diferenciações socioeconômicas, habitacionais e infraestruturais que caracterizam o bairro. Com esses interesses, a etnografia foi escolhida como metodologia principal da pesquisa, por meio da qual almejei acessar as práticas securitárias em sua complexidade.

Com esse quadro metodológico já composto, aderi às premissas etnográficas defendidas pela antropologia de José Magnani. Segundo este autor, o trabalho etnográfico consiste na identificação de regularidades experienciais percebidas pelos próprios agentes. Esta ideia está implícita na sua concepção de totalidade:

Uma totalidade consistente em termos de etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em termos categoriais: se para aqueles constitui o contexto da experiência diária, para o segundo pode também se transformar em chave e condição de inteligibilidade. Posto que não se pode contar com uma totalidade dada, postula-se uma, nunca fixa, a ser construída a partir da experiência dos atores e com a ajuda de hipóteses de trabalho e escolhas teóricas, como condição para que se possa dizer algo mais do que generalidades e platitudes a respeito do objeto de estudo. (MAGNANI, 2009, p.138)

As regularidades sociais experimentadas e reconhecidas foram colhidas no campo por meio do que Tessa Diphoorn (2012, p.217) chamou de “participação passiva”: a ação discreta, sem expressão de opiniões ou participação nas ações dos pesquisados. Em lugares específicos, observei quais os horários de maior e menor fluxo de pessoas, como elas costumam interagir entre si nos diferentes turnos, quais estabelecimentos comerciais e espaços de lazer são mais frequentados, como ruas muito ou pouco iluminadas são utilizadas pela maioria dos moradores e como os tipos de habitação variam de acordo com as microrregiões. Observei também onde

²⁴ Pude encontrar uma crítica semelhante nos estudos de Tessa Diphoorn (2015, pp.315-316).

e como atuam os vigias e guardas, quais suas relações com os moradores, como e em quais horários estes andam nas ruas e voltam para casa. Nas residências, observei quais os dispositivos securitários utilizados e se eles influenciam as ações dos moradores, vigias, guardas e transeuntes.

Os estudos de Tessa Diphorn (2012; 2015) também foram importantes exemplos de etnografias sobre os contextos de pluralização da segurança. Por meio de diferentes tipos de participação no campo de pesquisa, a antropóloga investigou a atuação de vigilantes armados na África Sul. Apesar das diferenças, no campo do controle social é possível ver diversas semelhanças entre este país e o Brasil; como consequência, os trabalhos dessa pesquisadora me possibilitaram uma série de comparações.

Ainda que estivesse trabalhando a partir de referenciais teórico-epistemológicos diferentes daqueles usados por Diphorn, a ideia que caracteriza o que ela chamou de *twilight policing* orientou o meu modo de ver as atividades de policiamento formal e informal. Baseada nos estudos sobre as instituições crepusculares no continente africano, suas investigações mostraram como as noções de público e privado são borradas tanto no plano operacional como na dimensão simbólica da experiência dos vigilantes armados na África do Sul. *Twilight*, nesse sentido, remete à incerteza que caracteriza a legitimação das atividades securitárias. Essas ideias foram fundamentais para as minhas observações da atuação dos vigilantes.

Em paralelo às observações, realizei dez entrevistas semiestruturadas com os moradores das zonas esquadrihadas e três com residentes de microrregiões próximas. Neste segundo caso, os diálogos objetivaram produzir informações sobre outras partes do bairro, a fim de compará-las com as percepções dos habitantes das zonas pesquisadas e com as minhas observações e experiências como morador da Várzea. Todas elas se basearam em questionários cujo foco era o conjunto das observações já mencionadas, mas também questões subjetivas, como as sensações de segurança e insegurança em cada espaço do bairro e as impressões sobre o trabalho dos vigilantes e da polícia, além das percepções sobre a efetividade dos dispositivos de segurança utilizados nas casas.

Apesar do uso da técnica *snowball* para acessá-los, consegui uma mínima diversidade de gênero, cor e classe, o que, no contexto de desigualdade que investiguei, significa que foram entrevistados moradores de todas as quatro microrregiões delimitadas na pesquisa²⁵. No corpo

²⁵ Apresento melhor estas microrregiões no final do Capítulo 1.

deste trabalho, foram usados nomes fictícios, para preservar sua identidade – apresento-os na Tabela 1.

Também conversei com dois vigilantes informais da Zona 2, que chamarei de Clodoaldo e Jorge, e dois porteiros da Zona 4, que chamarei de Júlio e Alfredo. Para os quatro perguntei sobre a relação com os moradores, sobre o histórico no tipo de serviço, se têm relações com a polícia, se usam arma e se já fizeram uso da violência física em alguma ocasião. Diferentemente dos moradores elencados na Tabela 1, não pude gravar as entrevistas com estes homens, pois foram nas ruas, durante seu trabalho. O material foi anotado em detalhes nos meus diários de campo logo após as entrevistas.

Em algumas observações, abordei indivíduos nas principais avenidas e em algumas ruas residenciais. De início, sugeri realizarmos entrevistas gravadas, mas com a recusa obtive ao menos algumas falas a respeito do meu tema. As mesmas perguntas feitas aos moradores formalmente entrevistados foram a eles apresentadas, de maneira que tais diálogos também funcionaram como entrevistas semiestruturadas.

Depois de coletado o material, desenvolvi uma análise de conteúdo temática (GOMES, 2007), focando em quatro pontos principais: as formas de produção de segurança por meio e além do Estado; a ocupação do espaço urbano; as percepções sobre os lugares considerados seguros e inseguros; e a sensação de segurança dos moradores em suas próprias microrregiões. Na análise das falas dos sujeitos da pesquisa, os mesmos pilares temáticos foram enfatizados.

Com um intuito de relacionar os aspectos subjetivos encontrados por meio da perspectiva de Magnani, ligados às motivações e práticas, às características objetivas do bairro – por exemplo, às particularidades das ruas e às condições socioeconômicas dos moradores –, cruzei²⁶ os resultados dos procedimentos etnográficos com outras informações resultantes de observações, mas também de pesquisas em um jornal do Recife, de dados sociodemográficos sobre o bairro, de livros e artigos sobre sua história e de fotografias antigas encontradas na internet e nos arquivos pessoais dos entrevistados.

O resultado dessas triangulações foi a constatação de que as lógicas de segurança variam significativamente em áreas muito pequenas. Por isso, delimito quatro zonas (Mapa 2), onde

²⁶ Ao cotejar informações diferentes, estive ciente de que este procedimento não garante inferências “exatas” acerca dos objetos investigados – dada a pequena amostra de percepções colhidas nas entrevistas e o déficit de fontes históricas e jornalísticas. Sendo assim, busquei apenas comparações entre o discurso dos moradores e algumas “tendências” do bairro, expressas nas informações as quais tive acesso.

as características securitárias são bastante diferentes. A partir delas também investiguei os mesmos temas buscados nas entrevistas e observações.

Quadro 1 - Pseudônimos atribuídos aos moradores entrevistados²⁷

PSEUDÔNIMO	ZONA
Caio	1
Taís	1
Fernanda	2
Vera	2
Ângela	3
Francisco	3
Beatriz	4
Sofia	4
Tiago	4
João	4
Félix	Vila Arraes
Mila	Vila Arraes
Joana	Rua Mário Campelo

Autoria própria

²⁷ Os três últimos pseudônimos na tabela são de moradores que não moram na região espacialmente delimitada. Em vez da zona, indiquei a comunidade (Vila Arraes) e rua (Mário Campelo) onde moram.

2 O BAIRRO

A Várzea está localizada no extremo oeste da cidade do Recife²⁸. Ao seu lado direito, estão os bairros Cidade Universitária e Engenho do Meio. Ao lado esquerdo, o município de Camaragibe. Na sua borda esquerda existe, ainda, uma área de mata atlântica com extensão de 713 hectares, conhecida como *Mata da Várzea* (CAVALCANTI *et al*, 2008). Reconhecida como Unidade de Conservação, ela representa parte significativa do território varzeano – que, por sua vez, compreende uma região de 2.255 hectares (IBGE, 2010).

Mapa 1 - Localização do bairro da Várzea na cidade do Recife



Autor: Wellber Drayton

²⁸ Compõe a Região Político-Administrativa 4 juntamente com os bairros: Cordeiro, Ilha do Retiro, Iputinga, Madalena, Prado, Torre, Zumbi, Engenho do Meio, Torrões, Caxangá e Cidade Universitária.

O bairro é uma reminiscência das primeiras povoações desenvolvidas ao redor do Engenho Santo Antônio ainda no século XVI. Foi a mais próspera dentre as que compunham a região conhecida na época como *Várzea do Capibaribe*, uma “área estritamente rural, com uma povoação maior e várias outras fragmentadas que viviam em função da produção açucareira e dependiam do comércio central sediado na cidade do Recife” (SILVA SOBRINHO, 2012, p.XXXIX)²⁹.

Analisando sua história recente, percebe-se que o bairro demorou para crescer em termos populacionais e desenvolver a atual infraestrutura urbana (PONTUAL, 2001). Até a primeira metade do século XX, sua paisagem era composta por grandes áreas verdes entre os aglomerados residenciais, sítios e prédios oitocentistas. As práticas e interações dos moradores se caracterizavam por tradições também antigas, como sentar na frente das casas durante as tardes, se reunir nas igrejas algumas vezes por semana e participar de festejos populares nos pátios e praças (SILVA SOBRINHO, 2012).

O caráter suburbano que tem hoje ganhou seus principais contornos após a construção da Universidade Federal de Pernambuco. Datado dos anos 1960, esse acontecimento foi um marco para um aumento populacional da Várzea e para a sua fragmentação em regiões e comunidades diversas. O aumento populacional realizou-se de modo heterogêneo, o que resultou, entre outras coisas, em padrões de moradia muito distintos, como se diversos bairros se constituíssem dentro de um mesmo (SILVA SOBRINHO, 2012).

Em razão das desigualdades habitacionais e infraestruturais, constituídas na Várzea durante o século XX, as atuais impressões sobre o lugar podem variar significativamente de acordo com a via pela qual chega um estrangeiro. A seguir, apresentarei uma primeira aproximação das características mais visíveis do bairro, relacionando-as ao problema da sensação de segurança e das formas de proteção utilizadas.

²⁹ Devido ao desenvolvimento precoce da Várzea e de outras povoações ao seu redor, a Várzea do Capibaribe foi a primeira região da capitania a ser considerada Freguesia (SILVA SOBRINHO, 2012), o que lhe rendeu um status diferenciado em relação aos outros núcleos populacionais formados no que tornar-se-ia a cidade do Recife que conhecemos hoje.

Por meio da Avenida Afonso Olindense, que liga a Avenida Caxangá³⁰ à Praça Pinto Dâmaso, o visitante acessará a região norte do bairro, onde existe um número razoável de edifícios residenciais³¹. Também farão parte da paisagem condomínios de casas com padrão mediano³², algumas delas com esquemas de segurança privada nas entradas³³.

Ao seguir pela avenida, verá que as ruas que a cruzam são de dois tipos. Algumas calçadas e, a maioria dentre essas, compostas por edifícios residenciais e casas com um padrão mediano. Apesar de serem habitadas principalmente pelas classes médias³⁴, estas possuem poucos recursos securitários além de muros altos e grades. Os condomínios fechados, por outro lado, contam com formas diferentes de segurança privada: podem possuir guardas de empresas formais, vigilantes autônomos ou funcionários de pequenas empresas informais e porteiros que exercem funções de segurança – mesmo aqueles contratados apenas para controlar a saída e entrada dos moradores –, além de monitoramento eletrônico e cercas elétricas.

³⁰ Uma das mais importantes vias da cidade do Recife, a Avenida Caxangá liga o bairro da Madalena ao restante da Zona Oeste e ao município de Camaragibe, localizado na Região Metropolitana do Recife (RMR). Ela demarca o limite norte da Várzea, separando-a do bairro de Iputinga.

³¹ A industrialização do Recife se expressou nessa parte do bairro da Várzea no final do século XIX e começo do século XX (cf. SINGER, 1977, p.304). Nela se consolidou a produção têxtil, que empregou parte dos moradores e contribuiu para a urbanização de uma região que até então estivera mais próxima do mundo rural que da vida citadina. Assim como outros lugares da cidade – como Santo Amaro, Boa Vista, Cordeiro, Macaxeira e Torre –, o ramo têxtil foi um fator importante para o seu desenvolvimento (PONTUAL, 2001, p.30). Referindo-se à mais conhecida de suas fábricas, a Fábrica Anita, um cronista e antigo morador disse: “[...] não se pode negar a história da Várzea omitindo a importância de sua fábrica de tecidos. Ela reinou por muitas décadas. Ofertou trabalho e diversão a várias gerações. Precipitou a criação de obras sociais, a conscientização dos direitos políticos e a importância da união nas lutas de classe” (SILVA SOBRINHO, 2012, p.212).

³² Com “padrão mediano” me refiro a residências de dois ou três quartos, de apenas um andar, com áreas entre seus cômodos frontais e a rua.

³³ Do outro lado da Avenida Afonso Olindense, no extremo oeste do bairro da Várzea, existem outras duas importantes regiões: UR-07 e Rosa Selvagem. Esta última é considerada Zona Especial de Interesse Social. As ZEIS, como são chamadas, foram criadas por meio de uma Lei Municipal do ano de 1983, cujo objetivo é salvaguardar juridicamente regiões irregulares do Recife. Desde então são consideradas ZEIS as “áreas urbanas caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e sua integração na estrutura urbana” (Lei Municipal, 14.511/1983, Art. 14, inciso II). O principal argumento acionado para a criação das ZEIS foi a garantia constitucional da “função social da propriedade como direito individual e coletivo fundamental” (BRASIL, 1988, Art. 5º, Inciso XXIII). Além de Rosa Selvagem, existem quatro outras na Várzea: Vila Arraes, Brasilit, Sítio Wanderley e Campo do Banco. Destas, apenas a última compõe meu lócus de pesquisa.

³⁴ Optei por usar o termo *classes médias* como sinônimo das classes B e C da classificação das faixas de renda do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Na ausência de dados mais precisos sobre a renda dos moradores, usarei informações obtidas nas observações etnográficas como referência. As características socioeconômicas interpretadas como variáveis intermediárias serão: tipo de habitação, valor médio do aluguel e da venda de casas e apartamentos na região, posse de automóveis e escola (pública ou privada) onde os filhos estudam. Nesse sentido, famílias que moram em casas com três cômodos ou mais, com crianças que estudam em escolas privadas ou que possuem automóveis foram encaixadas nessa definição. Afora a impossibilidade de *precisar* as distinções econômicas, os dados etnográficos mencionados forneceram uma boa referência para análise das diferenças entre os tipos sociais do bairro.

Algumas das ruas que cruzam a Afonso Olindense podem também conduzir a pequenas comunidades marcadas por uma precária estrutura física, expressa pela ausência de calçamento de grande parte das ruas e pelas casas precarizadas. Nelas, as estratégias de produção de segurança baseiam-se no uso de grades nas portas e janelas, redes espontâneas de proteção³⁵ e conhecimentos práticos utilizados no cotidiano, como estratégias de interação com os outros moradores, o manejo da simpatia daqueles que controlam pequenos mercados de drogas, o uso de informações reproduzidas pelos vizinhos, o controle dos horários de saída e chegada em casa e o compartilhamento de informações sobre locais considerados perigosos.

Durante a pesquisa, ex-moradores e pessoas que trabalham na Afonso Olindense e nas cercanias enfatizaram a diferença entre essas regiões, principalmente entre aquelas ao norte do bairro e a área residencial próxima à Praça da Várzea e à UFPE – onde realizei a etnografia. Parte deles mostrou-se temerosa em caminhar pelo local, argumentando que lá a possibilidade de assaltos ou situações de violência é maior – principalmente à noite, em razão da iluminação deficitária. Quanto à região da praça, disseram que é a melhor área do bairro, onde se sentem mais seguros.

Ao analisar os jornais da cidade, percebi que a grande maioria das notícias sobre violência no bairro, principalmente assassinatos, se referem a áreas na região norte da Várzea³⁶. Na ausência de dados precisos, é possível sugerir que os altos índices de homicídios registrados no bairro são sobredeterminados, em alguma medida, pelos crimes cometidos nessas pequenas comunidades que cruzam o norte da Avenida Afonso Olindense. Além de tais eventos não serem comuns na região etnografada – como pude atestar no período que morei e realizei a pesquisa de campo – as notícias dos jornais e as falas dos moradores, das mais variadas regiões, reiteram essa interpretação.

Porém, os dois tipos de comunidade ao redor da Afonso Olindense não estão completamente segregados. Muitos dos condomínios e ruas ocupados por moradores das classes médias são fronteira ou caminho para as regiões precarizadas, onde os índices de violência letal são mais altos. Esse fato ilustra o próprio desenvolvimento urbano da cidade do Recife, onde a forma tentacular – baseada no povoamento em torno das grandes avenidas – foi

³⁵ Como as que apresentarei no Capítulo 3.

³⁶ Por exemplo: Dois homens são assassinados a tiros na Várzea. *Jornal do Commercio*, Recife, 28 de jan. de 2018. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2018/01/28/dois-homens-sao-assassinados-a-tiros-na-varzea-325770.php> Acesso em: 15 de mar. de 2019.

substituída, desde a década de 1940, pelo predomínio de conglomerados residenciais não planejados localizados entre as principais vias da cidade. (Cf. PONTUAL, 2001, pp.25-27).

Como consequência, os meandros da cidade são preenchidos por um superpovoamento, regular e irregular, entre os eixos tentaculares, o que resulta em um crescimento infraestrutural e arquitetônico heterogêneo correlacionado, em grande parte dos casos, à grande diversidade sociodemográfica. Na Várzea, tal heterogeneidade se expressa mesmo em regiões muito pequenas, onde a distância entre uma rua calçada e habitada pelas classes médias e outra sem pavimentação e habitada pelo *preariado* (Cf. BRAGA, 2012) pode ser de menos de duzentos metros.

A Afonso Olindense é uma via com intensa atividade comercial. Nela existe uma diversidade de lojas, armazéns e restaurantes, além de um pequeno camelódromo, que funciona próximo à Praça da Várzea em alguns dias da semana. O grande fluxo de pessoas é também resultado do intenso tráfego de veículos durante o dia, uma vez que é uma das ligações do bairro à Avenida Caxangá e caminho para a Universidade Federal de Pernambuco. Ela faz parte do itinerário de praticamente todas as linhas de ônibus que atravessam a Várzea.

Nas entrevistas e conversas e informais, os moradores disseram se sentir seguros nessa avenida durante o dia, devido à intensa circulação de pessoas e veículos. Sobre a noite têm percepções bastante diferentes, que variam de acordo com o tempo em que residem no bairro e suas condições socioeconômicas. Habitantes mais antigos e com menor poder aquisitivo se mostraram relativamente receosos com a segurança do local, mas contaram que passam pela avenida “até certa hora” da noite. Por outro lado, a maioria daqueles com menos tempo no bairro e/ou com melhores condições econômicas atravessa o local após às 21 horas apenas de carro, por temer assaltos. Entre estes últimos, os que moram mais próximos à Praça da Várzea usam a Afonso Olindense com mais segurança, pois, além deste espaço de lazer, têm a Área Integrada de Segurança (AIS), localizada na Rua Dona Maria Lacerda, como uma referência securitária.

As AIS são divisões territoriais criadas no estado de Pernambuco para melhorar as ações estatais no combate ao crime. Nelas podem funcionar delegacias, unidades da Polícia Civil, batalhões da Polícia Militar e unidades da Polícia Científica. Na Várzea funciona a AIS 4, composta pela 4º Unidade Seccional de Polícia Civil, pelo 12º Batalhão da Polícia Militar e pela 10º Delegacia de Plantão. Por isso, as principais vias do bairro têm um significativo tráfego

de viaturas durante o dia. Doravante, ao me referir à “delegacia” da Várzea estarei tratando da 10ª Delegacia de Plantão do Recife, localizada na Rua Dona Maria Lacerda.

O movimento das viaturas, no entanto, não é suficiente para produzir sensação de segurança em todos os moradores e transeuntes em todos os pontos das vias, mas apenas um fator a fortalecê-la. Entre os vários outros que se manifestaram nos relatos, estão: o fluxo de passantes, a iluminação e a proximidade em relação às áreas consideradas mais pobres ou violentas.

Caso chegue pela Avenida Professor Artur de Sá, nordeste da Várzea, ou pelo extremo sul, a Avenida Professor Luís Freire, o estrangeiro estará na Rua Acadêmico Hélio Ramos, que separa a Várzea da UFPE³⁷. Um dos lados dessa via é totalmente ocupado pela Universidade, enquanto o outro é composto por casas pequenas, alguns poucos condomínios de edifícios e pequenos comércios. Próximo às paradas de ônibus do campus, existem restaurantes, lanchonetes e gráficas que atendem aos estudantes apenas durante o dia.

A avenida possui significativo movimento pela manhã e à tarde. No começo da noite, o fluxo de passantes é semelhante, porém a partir das vinte horas apenas os estudantes são vistos em grande quantidade, e os únicos lugares ocupados são os pontos de ônibus. As demais regiões esvaziam-se e o comércio também fecha, aumentando a sensação de insegurança dos moradores que eventualmente precisam atravessar o local. Os próprios estudantes têm receio de ficar nas paradas nesses horários, temendo assaltos e arrastões na medida em que elas e as ruas se esvaziam.

Assim como acontece no entorno da Afonso Olindense, as ruas e comunidades que cruzam a Acadêmico Hélio Ramos são muito diversas. Ao norte, próximo à Avenida Artur de Sá, as áreas possuem uma infraestrutura precária³⁸. Nessa altura, ela faz fronteira com a ZEIS Campo do Banco, parte do meu lócus de pesquisa, uma das comunidades surgidas de ocupações irregulares.

Sua metade ao sul também é cruzada por ruas e comunidades diferentes entre si. Destaco um condomínio residencial resultante de ocupações, chamado de *Sítio* pelos que nele moram, localizado em frente ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (doravante CFCH), e a Rua

³⁷ Embora seja comum ouvirmos de moradores e estudantes que o campus da UFPE está localizado na Várzea, seu território é, como era de se esperar, a Cidade Universitária. Além do campus, este bairro compreende a área residencial que ocupa todo o lado direito da Avenida General Polidoro.

³⁸ Ao usar os termos “precariedade” e “infraestrutura precária” estarei me referindo, sobretudo, a lugares com má iluminação, sem pavimentação, compostos por ruas estreitas ou becos e sem saneamento básico.

João Francisco Lisboa, onde está o Condomínio Residencial Universitário, conhecido popularmente como *Inocoop*. Enquanto o primeiro é constituído por trabalhadores e estudantes universitários de baixo poder aquisitivo, o segundo abriga principalmente funcionários públicos, profissionais liberais, estudantes das classes médias e aposentados.

A Acadêmico Hélio Ramos serve, ainda, para ligar o campus da UFPE, na altura do CFCH, à Praça da Várzea por meio da Rua Amaro Gomes Poroca. Nesta, existem condomínios residenciais, casas, restaurantes, escolas, espaços religiosos e de lazer. É comum um grande movimento de estudantes, que moram no bairro ou utilizam-no para diversão. Durante as tardes e começo das noites, eles são vistos nas paradas, indo à ou voltando da Universidade e ocupando os bares e espaços de manifestação artística e cultural.

Assim como as demais ruas da região, a Amaro Gomes Poroca é intensamente ocupada durante o dia e menos movimentada à noite, embora o tráfego de automóveis e transporte público permaneça intenso até às 22 horas. Antes desse horário, os moradores caminham com tranquilidade por ela, sobretudo nas proximidades da Praça da Várzea, embora assaltos em diferentes pontos de ônibus sejam relatados por algumas pessoas. Algumas delas também contaram que evitam caminhar durante a noite pela região mais próxima à UFPE, em razão da menor presença de transeuntes e da iluminação insuficiente. Como já mostrou Jane Jacobs (2011, p.30), a paz nas calçadas é um dos principais indicativos da segurança ou da insegurança de uma população. Neste ponto, o caso da Várzea não foge à regra.

Os prédios comerciais, educacionais, religiosos e de lazer dessa via dividem espaço com um razoável número de residências. Grande parte delas possui muros altos, portões fechados e contam com equipamentos de segurança eletrônica. A minoria pouco *fortalecida* compensa tal vulnerabilidade com grades em todas as janelas e portas, além do uso dissuasivo de cães de médio e grande porte. Alguns moradores destas últimas me contaram que a ausência de obstáculos físicos e/ou eletrônicos é reflexo de suas limitações financeiras. Como aqueles das casas securizadas, eles acreditam que a utilização desses recursos é essencial para melhorar a sensação de segurança.

A Amaro Gomes Poroca é, atualmente, um dos alvos varzeanos da especulação imobiliária que se generaliza no Recife. Durante a realização deste estudo, um prédio de 10 andares estava em construção, modificando sobremaneira a paisagem do lugar. Numa das propagandas de divulgação do empreendimento, a Várzea é representada como um ambiente

calmo, bucólico, uma espécie de “cidade do interior” dentro do Recife – como mostrarei no próximo capítulo.

Seguindo em direção à Praça Pinto Dâmaso, são perceptíveis as diferenças securitárias entre as ruas que cortam a Amaro Gomes Poroca. Aquelas ao lado direito são residenciais e compostas por casas e alguns poucos edifícios residenciais feitos, principalmente, para estudantes. Apesar de a grande maioria ser calçada, possuir uma razoável infraestrutura e casas com muros altos, equipamentos de vigilância e, em alguns casos, vigilantes, seus moradores se sentem bastante inseguros no turno da noite. Alguns deles relacionam isto à proximidade do Campo do Banco, representado como uma favela, outros às deficiências na iluminação e à ausência de pessoas nas ruas.

Uma das ruas ao lado esquerdo da Rua Francisco Lacerda, que cruza Amaro Gomes Poroca nas proximidades da Praça da Várzea, é a área que possui melhor infraestrutura e moradores com maior padrão econômico. Ela é majoritariamente ocupada por residentes antigos, de famílias que estão há décadas no bairro. Muitos dos quais vivem numa rua fechada³⁹ que há mais de vinte anos foi ocupada e hoje funciona como uma espécie de condomínio. A mesma conta com porteiros e vigilantes – que trabalham durante o dia, e um vigilante profissional no turno da noite.

Estas ruas também conduzem ao Pátio da Praça do Rosário. Trata-se da região mais antiga do bairro⁴⁰, considerada um marco inicial de seu surgimento. Nela estão as centenárias Igreja Matriz do Rosário da Várzea e Igreja de Nossa Senhora dos Pretos, além de uma recente igreja evangélica. Apesar disso, o pátio não possui uma atmosfera religiosa, uma vez que cafés, restaurantes e lanchonetes são utilizados por moradores e por aqueles que trabalham nas proximidades. Ademais, algumas das festas comunitárias tradicionais ainda são realizadas nesse local.

Os moradores da área consideram o pátio seguro durante o dia e grande parte da noite, pois é caminho para a Rua Azeredo Coutinho, certamente a região mais boêmia do bairro, onde há bares e atividades culturais. Nas observações também percebi que muitos dos moradores

³⁹ Há mais de duas décadas os moradores dessa rua conseguiram autorização da Prefeitura do Recife para colocar portões e uma guarita na entrada. Embora continue a ser uma via pública, seu acesso pode ser dificultado pelos porteiros e vigilantes que lá trabalham.

⁴⁰ O povoamento dessa região começou ainda no século XVI, quando os moradores construíram uma capela em homenagem à padroeira escolhida para o lugar, Nossa Senhora do Rosário. Ao seu redor que o povoado se desenvolveu mais intensamente, pois, além das missas, os festejos e comemorações (religiosos ou não) eram realizadas no seu pátio (SILVA SOBRINHO, 2012, p.XXII).

caminham tranquilamente pelo local à noite, mesmo quando há poucas pessoas e o comércio está fechado.

Porém, a Rua João Francisco Lisboa, atrás da Igreja Matriz e onde está localizado um condomínio de edifícios e outro de casas, é escura e deserta durante a noite. Muitos moradores consideram que há um grande risco de assaltos no local e alguns chegaram a presenciar eventos desse tipo. Exemplo da sua insegurança é o fato de que, à noite, preferem entrar no condomínio pelo portão da rua lateral, localizado no pátio da igreja, em vez de entrarem pelo portão voltado à João Francisco Lisboa.

A Praça Pinto Dâmaso, popularmente conhecida como “Praça da Várzea” é, hoje, o principal ponto de encontros dos moradores do bairro⁴¹. Entre os que a utilizam, podemos encontrar habitantes das mais diferentes regiões da Várzea. Os motivos para isso são também diversos: alguns praticam esportes na sua quadra poliesportiva ou fazem exercícios físicos na sua academia, outros levam crianças para brincar no pequeno parque que lá existe, alguns vão apenas para conversar com os amigos, outros moradores aproveitam o fluxo de pessoas para vender comidas durante a noite.

Ela é dividida em duas partes. Na menor, é margeada por estabelecimentos comerciais, pela Escola Cândido Duarte e por fiteiros que funcionam como bares e lanchonetes. Esta parte é mais escura e ocupada, além dos que frequentadores dos comércios, por moradores de rua. Nos finais de semana, uma feira de alimentos orgânicos é nela realizada, além de atividades artísticas e de conscientização política – estas últimas promovidas pelos estudantes que moram no bairro. Sobre as atividades econômicas ao redor da praça e em outros lugares do bairro, algumas afirmações de Jacobs expressam bem os contextos que observei durante a etnografia:

[...] onde quer que vejamos um distrito com um comércio exuberantemente variado e abundante, descobriremos ainda que ele também possui muitos

⁴¹ No começo do século XX, era na Praça Pinto Dâmaso que passava o bonde. Embora maxambombas e pequenos veículos sobre trilhos, usados pelos engenhos para levar mercadorias ao centro, já atravessassem a Várzea desde meados do século XIX, um bonde público só passou a atravessar o local em 1915 (SILVA SOBRINHO, 2012, p.95). A estação era localizada num dos lados da Praça Pinto Dâmaso, hoje a mais importante da Várzea, ao lado da Escola Cândido Duarte. Lá também funcionavam um bar e um bilhar, ponto de encontro entre alguns dos moradores, sobretudo aqueles que bebiam durante as noites monótonas do bairro. Uma novidade naquela Várzea pouco integrada ao restante da cidade, o bonde propiciava encontros dos suburbanos com moradores de outras regiões que, por motivos diversos, frequentavam o lugar. Há relatos de recifenses de bairros variados que iam à Várzea acompanhar partidas de futebol amador e atividades culturais desenvolvidas na Praça Pinto Dâmaso ou no Pátio das Igrejas.

outros tipos de diversidade, como variedade de opções culturais, variedade de panoramas e grande variedade na população e nos frequentadores. É mais do que uma coincidência. As mesmas condições físicas e econômicas que geram um comércio diversificado estão intimamente relacionadas à criação, ou à presença, de outros tipos de variedade urbana. (JACOBS, 2011, p.106)

No outro lado da praça, o comércio também é amplo, com padarias e papelarias, além de um supermercado. Essa parte é intensamente ocupada pela população do bairro durante a noite. É nela que muitos adolescentes e crianças praticam esportes, enquanto outros correm no seu perímetro e alguns adultos levam seus filhos para brincar no parque ou se utilizam da academia popular.

Grande parte das atividades artístico-culturais da Várzea são realizadas na Praça. Há ensaios de um grupo percussivo do bairro, um grande festival de música acontece uma vez por ano e ela ainda é um dos polos do carnaval do Recife. Esporadicamente, são organizados outros tipos de eventos, que, além de atrações artísticas, realizam discussões políticas.

Em razão do sem-número de atividades cotidianamente realizadas e da existência de bares frequentados até horas avançadas da noite, a região da Praça da Várzea é considerada, pelos moradores, uma das mais seguras do bairro. Muitos deles falaram que atravessam o local mesmo durante a madrugada, por causa da circulação de pessoas nos fiteiros. Chama a atenção que, mesmo sendo ocupada por tipos sociais estigmatizados por parte dos moradores, muitos dos entrevistados relataram que lá não se sentem em perigo. O intenso uso do espaço urbano, nesse caso, se sobrepõe às percepções negativas sobre os sujeitos que carregam rótulos negativos e estigmas.

O estrangeiro também pode conhecer o bairro através da Rua Mário Campelo, chamada por alguns habitantes locais de Rua da Levada. Nesse caso, ele também chegará pela Avenida Professor Luís Freire, mas cruzará a Rua Acadêmico Hélio Ramos e seguirá até o extremo sudoeste do bairro. No final da Avenida terá três opções, que o conduzirão a cenários distintos. Caso vire à esquerda e siga para o extremo sul da Rua da Levada, verá, de um lado, a propriedade do Instituto Ricardo Brennand, fortemente marcada pela sua vegetação, e, por outro, casas precárias.

Se, ao final da Avenida Luís Freire, contornar uma rotatória e seguir pela Alameda Antônio Brennand, verá um cenário marcado pela mesma vegetação, algumas fábricas e, ao final, o prédio onde funciona o Instituto. Essa região é utilizada durante o dia apenas por aqueles

que lá trabalham. À noite costuma ficar extremamente deserta, pois, apesar de ser murada e fazer parte de uma propriedade conhecida por todos do bairro e da cidade, a extensa área verde mencionada serve para aumentar ainda mais a sensação de insegurança dos que ali moram ou transitam, da mesma forma que descampados e terrenos abandonados em outras regiões. A sensação de medo em razão desses contextos vai ao encontro das pesquisas quantitativas que afirmam uma maior probabilidade de ser vitimado em locais onde há prédios e terrenos abandonados (p.ex., BEATO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004, p.83).

Caso vire à direita quando estiver no final da Avenida Luís Freire, andar pela Rua da Levada em direção à Praça da Várzea. O caminho é repleto de residências e comércios. Três tipos de habitações predominam: condomínios de edifícios, cuja maioria possui muros altos, câmeras e vigilantes; casas com padrões arquitetônicos variados e moradores de baixo poder aquisitivo; e residências popularmente conhecidas como *puxadinhos*. Sendo a maioria dos espaços residenciais da rua, estas possuem calçadas pequenas, sobretudo nas proximidades da Praça da Várzea, onde a rua se estreita.

A Rua Mário Campelo faz parte do itinerário de alguns dos ônibus que atravessam a Várzea. Durante a noite, muitos moradores descem nos pontos dos coletivos para voltar para casa. Importante notar que, diferentemente do dia, não é comum vê-los esperando ônibus no local durante esse turno. Nesse caso, a maioria dos moradores prefere utilizar a parada da Praça da Várzea, por achar que a possibilidade de assaltos é menor.

Com essa breve descrição, busquei apresentar algumas características gerais da forma urbana Várzea, atrelando-as ao problema da produção e da sensação de segurança dos moradores. Tal olhar etnográfico me permitiu ver como os padrões de diferenciação social e segregação espacial (Cf. CALDEIRA, 2011, p.211) estão vinculados às distinções no modo de produzir segurança. Esses dados serão torneados com as informações do próximo tópico.

2.1 Dados sociodemográficos

Sua população é de 70.453 pessoas, a segunda maior dentre os 94 bairros da cidade do Recife⁴². Em termos etários, 21% dela tem entre 0 e 14 anos, 18% está entre 15 e 24 anos,

⁴² O bairro com maior população é Boa Viagem, que possui 122.922 habitantes. Sua área – 753 hectares (IBGE, 2010) – é consideravelmente menor que a da Várzea, o que justifica o tamanho de sua população é a exacerbada verticalização, um dos traços marcantes do Recife atual.

60,7% possui entre 25 e 59 anos, e 9,7% tem 60 ou mais⁴³ (IBGE, 2010). Ou seja, a maior parte dos habitantes da Várzea está na idade adulta e outra fração significativa é de crianças e pré-adolescentes.

Analisando os dados por raça, é possível ver que 52,2% da população se autodeclara parda, 38% se diz branca e 8,4% dos habitantes se autodeclararam pretos (IBGE, 2010). Se comparado ao Recife e à Ilha Joana Bezerra⁴⁴, bairros precarizados, a porcentagem de pretos é significativamente menor na Várzea; inversamente, o número de brancos é maior. Quando comparamos com bairros com melhores índices sociais, como Jaqueira e Graças, notamos que o número de brancos na Várzea é menor e, ao contrário, suas populações pardas e pretas apresentam percentuais proporcionalmente maiores⁴⁵. Portanto, em termos étnico-raciais a Várzea não está em nenhum extremo, o que indica uma razoável diversidade.

A taxa de alfabetização da população de 10 anos ou mais é de 93,2% (IBGE, 2010). Comparando novamente com os bairros mencionados, é possível ver que essa taxa é menor que as dos mais elitizados – Jaqueira e Graças têm, respectivamente, 98,3% e 99,2% – e maior que a dos bairros mais precarizados – 81,7% e 83,2% são, respectivamente, as porcentagens da população alfabetizada no Bairro do Recife e na Ilha Joana Bezerra (IBGE, 2010).

A taxa média geométrica de crescimento anual da população é de 0,88%⁴⁶. Uma média alta, sobretudo em relação aos bairros mais abastados. Levando em consideração os dados sociodemográficos dos bairros da cidade do Recife, é perceptível que aqueles com melhores índices sociais, de renda e habitação possuem taxas de crescimento populacional menores que aqueles com índices mais baixos. Nesse sentido, apesar de a Várzea apresentar índices sociais medianos, o que revela certo padrão de heterogeneidade, seu crescimento populacional demonstra uma tendência semelhante à dos bairros precarizados.

A significativa diversidade em termos de infraestrutura física, acesso a serviços básicos e renda pode ser uma das causas desses altos índices. Uma hipótese consequente é a de que o crescimento populacional das áreas precarizadas pode sobredeterminar tais dados, pois em

⁴³ Em números absolutos, há 4.421 habitantes entre 0 e 4 anos, 10.421 entre 5 e 14, 3.507 entre 15 e 17, 9.284 entre 18 e 24, 35.968 entre 25 e 59, e 6.842 com 60 anos ou mais (IBGE, 2010).

⁴⁴ No Bairro do Recife, 34,3% da população se diz preta, enquanto 30,7% e 3,8% se autodeclara parda e branca, respectivamente (IBGE, 2010).

⁴⁵ 76,6% da população das Graças se autodeclara branca, 19,8% parda e 2,4% preta. As porcentagens de pretos, brancos e pardos na Jaqueira são de, respectivamente, 3,9%, 68,8% e 26,6% (IBGE, 2010).

⁴⁶ Os dados correspondem ao período entre 2000 e 2010. Apesar da distância entre esta faixa temporal e a escrita desta dissertação, justifico o uso dessas estatísticas com o fato de, até então, não haver dados censitários atualizados.

áreas das classes médias, como a que pesquisei, a experiência não demonstra empiricamente tal hiperinflação populacional⁴⁷.

Como mostrarei nos próximos capítulos, as desigualdades expressas nas formas de habitação influenciam sobremaneira o uso do espaço urbano, as interações e, conseqüentemente, a produção coletiva e individual de segurança. Por meio das incursões no campo, percebi que moradores de residências menores, super-habitadas e localizadas em regiões precarizadas costumam utilizar mais as ruas nos horários em que não estão no trabalho. Dentre outros motivos, porque a convivência em um espaço pequeno e fechado – muitas das casas sequer possuem terraços ou quintais – é demasiadamente desconfortável e, nas palavras deles, “abafada”. No Campo do Banco, uma das regiões mais pobres do bairro, alguns dos moradores aproveitam para vender lanches, tornando ainda mais pujante o uso do espaço urbano. Suas práticas despreziosas os tornam agentes da segurança, cuja atuação dissuasiva decorre do fato de operarem como os “olhos da rua” (JACOBS, 2011, p.34)⁴⁸, isto é, como moradores que produzem segurança simplesmente por estarem atentos ao que acontece no espaço público, podendo detectar conflitos e fornecer ajuda como mais rapidez que um estrangeiro ou um mero transeunte.

Por outro lado, nas ruas em que as residências são maiores, menos habitadas e seus moradores possuem melhor nível socioeconômico, o uso do espaço urbano é, ao contrário, significativamente menor. Na maior parte do tempo, as casas estão fechadas e pouquíssimos são os moradores que estão nas calçadas – entretanto, o tamanho das residências e a quantidade de pessoas que nelas moram não parece ser uma causa disto. Nas entrevistas, pude entender que essa realidade produz dois efeitos interrelacionados: aumento da sensação de insegurança e busca por mecanismos de proteção, que vão de cacos de vidro nos muros à equipamentos eletrônicos de monitoramento e vigilância presencial.

Portanto, as desigualdades nas formas de habitação são fatores importantes para o uso do espaço urbano e a estruturação das lógicas de segurança na Várzea. Cruzadas às características econômicas da população, podem motivar diferentes maneiras de sentir-se seguro ou inseguro, assim como o acionamento de recursos securitários variados. No caso

⁴⁷ Importante ressaltar que os dados usados aqui referem-se ao bairro em sua integralidade, não especificam os índices de crescimento a partir dos recortes espaciais que utilizei na análise.

⁴⁸ Entre os requisitos para a segurança das ruas, Jane Jacobs (2011, p.34) aponta os “olhos da rua”: “devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua. Os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixa-la cega.”

estudado, a estratificação social estava ligada a diferentes realidades vivenciais em uma mesma região de um bairro, forjando seu esquadramento em pequenas zonas onde os moradores lidam de formas diferentes com o problema da segurança.

Este conjunto de dados serve para apresentar parcialmente as características da Várzea. Por meio deles torna-se clara a sua imagem de um bairro popular. Além da relativa diversidade étnica e etária, outros elementos observados durante a pesquisa justificam essa afirmação. Dentre eles, destaco a diversidade significativa dos tipos de habitação, a estrutura física das ruas e o tipo social dos moradores – os entrevistados, por exemplo, variaram de funcionários públicos e profissionais liberais das classes médias a trabalhadores precarizados e/ou informais.

Após essa breve descrição, apresento algumas regularidades relacionadas ao problema da segurança no bairro. Primeiro, a heterogeneidade infraestrutural: ruas e avenidas asfaltadas se alternam a outras calçadas com paralelepípedo e àquelas sem pavimentação. A iluminação das vias também varia muito, nem sempre coincidindo de as mais iluminadas serem as calçadas ou habitadas pelos indivíduos mais abastados. Nas ZEIS, por sua vez, becos são muito comuns, impossibilitando a circulação de automóveis em alguns locais.

Segundo, a desigualdade nos tipos de habitação: nas regiões com população de maior poder aquisitivo, é possível ver residências projetadas para a morada de apenas uma família, normalmente com jardim e área de entrada. Já nas áreas precarizadas, as casas variam entre aquelas estruturadas da mesma forma e casas menores, com cômodos separados da rua apenas por uma parede. Em alguns casos, estas últimas abrigam duas ou mais famílias ao mesmo tempo.

Terceiro, a heterogeneidade racial: nas áreas com população de menor poder aquisitivo, das quais as ZEIS são o melhor exemplo, as populações são majoritariamente negras, enquanto as áreas de classe média possuem maioria de brancos.

2.2 A Várzea investigada

Em razão das dimensões do bairro, esquadrinhei uma área que tem seus limites, ao norte, na ZEIS Campo do Banco e, ao sul, na Rua João Francisco Lisboa. Seu extremo leste é a Rua Acadêmico Hélio Ramos e, no lado oposto, a Praça Pinto Dâmaso. Este espaço foi, por conseguinte, dividido em quatro zonas que, apesar de serem discutidas de modo mais sistemático no último capítulo, serão aqui apresentadas com o propósito de tornar inteligível a relação entre espaço, heterogeneidade social, desigualdade e segurança.

A Zona 1 é formada por uma parte da ZEIS Campo do Banco. A Zona 2 compreende a região residencial no extremo leste da Rua Amaro Gomes Poroca. A Zona 3 se localiza entre Praça da Várzea, a Rua Azeredo Coutinho e a Rua Afonso Olindense. Finalmente, na Zona 4 estão a Rua Bulandy, o Pátio do Rosário e a Rua Francisco Lacerda.

Mapa 2 - Divisão espacial das zonas pesquisadas



Autoria própria a partir do *Google Earth*

Quadro 2 - Características das zonas pesquisadas

	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4
Infraestrutura	Ruas sem pavimentação; becos e ruas sem saída; iluminação deficitária	Ruas pavimentadas; iluminação deficitária	Ruas pavimentadas; boa iluminação nos espaços comerciais e de lazer, deficitária nas ruas residenciais	Ruas pavimentadas; boa iluminação nos espaços comerciais e de lazer, deficitária nas ruas residenciais
Classe	Precariado ⁴⁹	Classes médias	Classes médias e precariado	Classes médias
Tipo(s) de habitação	Casas pequenas, com um ou dois quartos ou formadas a partir de anexos horizontais e verticais	Casas grandes, com três cômodos ou mais, e razoáveis terrenos não construídos; pequenos edifícios de apartamentos residenciais	Casas pequenas, com um ou dois cômodos, e médias, com três cômodos ou mais	Casas médias, com dois ou três cômodos, e grandes, com três cômodos ou mais e mais de um andar
Ocupação do espaço urbano	Razoavelmente ocupado durante o dia e intensamente utilizado à noite; fluxo de pessoas da própria Zona 1	Pouco utilizado durante o dia e deserto durante a noite; fluxo de pessoas da própria Zona 2 e da Zona 1	Intensamente ocupado durante o dia e a noite; fluxo de pessoas de todas as Zonas	Intensamente ocupado durante o dia e a noite; fluxo de pessoas de todas as Zonas
Recursos securitários	Obstáculos e redes de proteção	Vigilantes (formais e informais) e obstáculos	Obstáculos	Vigilantes (formais e informais), obstáculos e redes de proteção

⁴⁹ Sob influência de Braga (2012, p.18), refiro-me às frações da classe trabalhadora que recebem os piores salários, trabalham em condições de maior exploração e têm as piores condições materiais de vida. O precariado é o que Marx chamou de “superpopulação relativa”; por ele estratificada em três tipos: a) *população flutuante*: formada pelos trabalhadores por vezes atraídos por vezes repelidos pelo mercado de trabalho; b) *população latente*: formada por jovens e trabalhadores à espera de uma oportunidade no mercado de trabalho; e c) *população estagnada*: formada por trabalhadores em situação de máxima exploração econômica e deterioração das condições de vida. Esta fração da classe trabalhadora se diferencia tanto dos setores profissionais com razoáveis condições de vida e trabalho quanto do *lumpemproleariado*. Na microrregião pesquisada, indivíduos com essa condição de classe compõem a quase totalidade da Zona 1 e parte da Zona 3. As variáveis “intermediárias” usadas para a sua classificação foram as mesmas usadas para as classes médias. Como trabalhadores precarizados foram considerados aqueles que moram em casas com 1 ou 2 cômodos com mais de dois familiares, que não possuem automóveis e que os filhos estudam em escola pública. A esses dados, acrescentei os resultados de entrevistas semiestruturadas gravadas e daquelas realizadas nas ruas durante as observações, nas quais pude saber as ocupações dos entrevistados e de seus vizinhos.

3 PERCEPÇÕES⁵⁰

Ao perguntar a um grupo de pessoas o que caracteriza uma sociedade segura, é possível que muitas das respostas se refiram a ínfimas ou inexistentes taxas criminais. Porém, ao discutir de modo mais aprofundado o assunto será possível entender que a noção de crime é insuficiente para medir a sensação de segurança, uma vez que esse mecanismo jurídico-político está direcionado à classificação das transgressões e à gestão dos *ilegalismos*, não à realidade experienciada pelas populações.

Dissertando sobre a mesma hipótese, Soares (2019, pp.85-86) contrastou-a às situações-limite dos regimes de exceção. Os índices criminais nesses casos são menores que na maioria das democracias liberais. Apesar disso, as violências relacionadas às medidas autoritárias podem gerar mais temor na população. Para ele, “o que entendemos por segurança tem menos a ver com crime e mais a ver com confiança ou ausência de medo”.

Normalmente relacionado apenas aos índices criminais e à violência, o medo também é resultado de um *continuum* com as percepções sobre outros fenômenos sociais (CUNHA; DURÃO, 2011, pp.55-56; YOUNG, 1999, pp.74-78; CASTEL, 2005), como a desigualdade em suas mais variadas formas. O temor da vitimização pode, ainda, variar significativamente de acordo com a diversidade etária, étnica, de gênero e classe, adquirindo significados contextuais.

Nas conversas e observações com os moradores estudados, essas questões sempre estiveram presentes. À natureza plurimotivacional da insegurança estão relacionados a contratação de segurança privada, o fechamento das casas, a reserva na lida com outros moradores e o modo de se comportar em determinadas regiões. Por isso, a descrição das variadas motivações para a securitização pode ajudar a compreender o uso dos mecanismos físicos de segurança e as estratégias plurais de policiamento.

Neste capítulo gostaria de apresentar as percepções que orientam as lógicas e os mecanismos, intencionais e não intencionais, de produção de segurança. Em vez de me basear apenas no medo, como categoria psicossocial ou política, percorrerei um caminho a ele paralelo,

⁵⁰ Chamo de percepções o conjunto articulado de discursos resultante das experiências práticas nos contextos sociais. Trata-se de um processo semelhante àquele que Anthony Giddens (2003, p.4) chamou de *racionalização*, isto é, a formulação teórica da experiência prática. Porém, de modo diferente do sociólogo britânico, focarei o contexto socioespacial experienciado, pois as percepções dos moradores que compuseram esta pesquisa estavam sobremaneira relacionadas ao que observam quando estão no espaço público e às suas conversas com outros habitantes.

qual seja, o das percepções dos sujeitos sobre o espaço urbano. O objetivo será descrevê-las e, em seguida, associá-las às práticas securitárias concretas.

O objetivo deriva do reconhecimento de padrões reflexivos, presentes nas falas dos entrevistados, sobre o espaço e o cotidiano do bairro. Essas regularidades discursivas revelaram como a região estudada é percebida por grande parte dos moradores como um ambiente pacato, com baixos índices de criminalidade, onde o sentimento de comunidade erige-se contra a desagregação social. Tal percepção é compartilhada pelos participantes da pesquisa, mas tensionada por eles com os perigos e as adversidades sentidos por todos que experienciam o bairro.

A ideia de uma Várzea bucólica se refere às zonas 3 e 4, ocultando a Zona 2 e a zona mais pobre e infraestruturalmente precária, o Campo do Banco (Zona 1). Percebido pelo restante dos moradores como uma região marginal – e, por vezes, violenta – este lugar não aparece nos discursos que enaltecem o bairro, nas poucas produções jornalísticas e audiovisuais sobre a Várzea, tampouco nas propagandas dos comércios e empreendimentos que hoje são favorecidos pela narrativa a qual me refiro.

Há, com efeito, um confronto implícito entre o bairro idealizado por parte moradores e aquele visto na totalidade de sua vida prática, com os *perigos* e imprevisibilidades resultantes de sua heterogeneidade social e desigualdade estrutural. O paralelo é evidente nas percepções da maioria dos moradores, que oscilam entre a organicidade harmônica da comunidade, por um lado, e pelo realismo e descrição minuciosa de sua complexidade, por outro. Entre estes polos, outras representações também se expressam na vida dos habitantes.

Apresento-as neste capítulo – expondo sua versão idealizada e estereotipada e, em seguida, seu contraponto. Pretendo compreendê-las em suas expressões concretas e nas suas relações com as características do bairro – como a infraestrutura, a presença de estabelecimentos comerciais, os tipos de habitação e o uso diferenciado do espaço urbano. Daí sua importância para a análise das formas plurais de segurança, pois as lógicas securitárias não estatais analisadas são repercussões práticas, na forma de antecipações e reações, às percepções sobre as características objetivas do bairro. Para isso, usarei a noção de espaço público⁵¹, entendido como o lugar comum de interações sociais. Os estudos de Jane Jacobs (2011) sobre

⁵¹ Em razão da noção de espaço público defendida por Jacobs (2011) não se expressar em todos os espaços da Várzea, na maioria dos casos uso a expressão “espaço urbano”. O conceito de Jacobs, porém, permanece implícito como referência normativa para pensar o controle social urbano.

a cidade serão a principal referência *normativa* a este respeito. Para ela, o controle espontâneo e o uso contínuo e diverso das ruas são os principais elementos geradores de segurança.

A primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas – não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados. (JACOBS, 2011, p.32)

3.1 Vendendo um bairro: o estereótipo positivo como fonte securitária e meio de estigmatização

Objetivando promover empreendimentos imobiliários na Várzea, um vídeo divulgado por uma empresa de construção civil apresenta uma boa representação do estereótipo positivo do bairro⁵². A peça de marketing foi lançada por uma grande corporação que tem construído condomínios para as classes médias na região – um deles, localizado na Rua Amaro Gomes Poroca, parte do lócus da pesquisa e fronteira entre as zonas estudadas.

A elaboração da imagem agradável e pacífica é realizada diferenciando o bairro do restante da cidade; enfatizando elementos antitéticos à representação da Recife contemporânea, marcada pelo hiper crescimento populacional, pela verticalização exacerbada, pelo trânsito caótico e pelo risco de violência. O comercial é, por isso, extremamente didático sobre a Várzea vendida aos de fora e já adquirida (de diferentes modos) pelos residentes da região pesquisada.

Participando do vídeo, um antigo morador cita uma das ideias mais comuns nas percepções dos habitantes e de alguns dos que experenciam o bairro. Segundo ele, a Várzea ainda preserva o aspecto de “cidade do interior”. Entre outros fatores, pela presença de práticas inimagináveis em bairros residenciais de grandes cidades, como as reuniões diárias de idosos nas calçadas e praças e o clima de intimidade entre moradores vizinhos – que, segundo os materiais que tive acesso, deriva de outras épocas⁵³. Além disso, a própria estrutura física da

⁵² O vídeo foi divulgado pela construtora Moura Dubeux e está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JfwK1pcR64g> Acesso em: 21 de set. de 2019.

⁵³ Discorrendo sobre a vida no bairro no início da segunda metade do século XX, um cronista afirmou que “[...] pôr as cadeiras no terreiro, em frente à casa, era hábito comum para promover a conversa entre vizinhos e ver o movimento que quase não existia. O tempo passava lentamente e os dias eram quase sempre iguais” (SILVA SOBRINHO, 2012, p.17).

região estudada remete a uma cidade “de interior”, com comércios de pequeno porte, um pátio outrora religioso e uma praça onde grande parte da população se encontra durante as noites.

Idealizada no comercial, essa percepção também se encontra nas falas de muitos dos moradores. Um deles contou que, além do fato de a escola do filho se localizar ali, a imagem do bairro foi um dos motivos principais para lá morar: “um lugar mais afastado, um negócio mais parecido com o interior. Principalmente essa região onde eu tô, porque um pouquinho ali na frente [muda]” (TIAGO, ZONA 4). Por essa razão, ele começou a frequentar os bares e a praça e, em seguida, decidiu se mudar para o bairro.

Tal como nas falas do entrevistado, a Zona 4 é aquela onde os residentes mais expressam com orgulho o sentimento de comunidade, destacam as incessantes interações no seu território e tudo aquilo que conduz à ideia de uma comunidade orgânica, onde a personalidade contraria o estereótipo da reserva vinculado à vida nas grandes cidades. No entanto, longe de apresentar o bairro em sua totalidade, ou ao menos à região pesquisada, vê-se que essa narrativa se refere a regiões específicas, que apresentam melhor infraestrutura e padrão econômico dos seus moradores.

Caio, morador da zona que mais se distancia, em termos sociais e geográficos, da Zona 4, chegou a comparar a Várzea com a cidade que morava antes, no interior do estado de Pernambuco. Sobre sua chegada ao bairro, disse:

Eu gostei muito, porque eu venho de uma cidade de interior. Eu nasci em Petrolina, mas fui criado numa cidade vizinha que era interior mesmo – quando eu digo interior é no sentido de pacato, que as pessoas tinham esse costume de sentar na calçada, ficar até tarde na rua –, então eu vejo que isso ainda é comum em algumas partes da Várzea, principalmente nessa parte. (CAIO, ZONA 1)

Comparando as percepções de Tiago e Caio – habitantes de regiões opostas, segundo os mesmos –, chama a atenção que aquele da Zona 4, a mais abastada, se refere apenas a esta – localizada entre a Praça do Rosário e a Praça da Várzea – como pacata, enquanto o segundo se refere a todo o meu lócus de pesquisa quando diz “nessa parte”.

Essa mesma diferença entre as percepções de acordo com a zona de residência apresentou certa regularidade durante as entrevistas: os moradores das classes médias referem-se ao lado *tranquilo* da Várzea apenas como aquele onde moram, enquanto parte dos moradores

das regiões precarizadas, como o Campo do Banco, percebem todo o bairro estudado como tranquilo.

As diferenças perceptivas, porém, não foram tão categóricas nas falas de alguns poucos entrevistados. Outra moradora da Zona 4, que reside no bairro há bastante tempo, disse sobre o Campo do Banco, local estigmatizado pela maioria dos habitantes das classes médias:

Eu não tenho necessidade de ir lá, mas uma vez eu fui. Um som meu estava ruim, tinha um cara que consertava. Eu entrei com o carro, deixei o carro parado, que não dava para entrar na casa dele. Fui andando, andando pelos becos todos...Eu acho o Campo do Banco uma comunidade pacífica. (SOFIA, ZONA 4)

O caso de Tiago, que não inclui as regiões precarizadas em sua descrição do bairro, e de Sofia – que, apesar de ter uma percepção desmistificada, só foi ao Campo do Banco em uma situação atípica – mostram que os moradores da Zona 4 não atravessam o Campo do Banco por dois motivos: ou pelo fato de o lugar não corresponder ao estereótipo positivo do bairro e, conseqüentemente, ser considerado perigoso; ou em razão da ausência de relações com seus moradores. Uma condição objetiva também se impõe: nenhuma das vias principais do bairro atravessa esta comunidade, de modo que não é necessário perpassá-la para ir a outros lugares da cidade ou das redondezas.

As diferentes percepções moduladas pelas desigualdades locais são um elemento central para o uso do espaço urbano e a definição social dos ambientes seguros e inseguros para o conjunto da população. Na medida em que os moradores das proximidades da Praça do Rosário (Zona 4) percebem o Campo do Banco (Zona 1) como um local inseguro, em razão de sua precariedade estrutural, ou não o acessam devido à ausência de relações de amizade com os habitantes do local, o uso do espaço urbano nesta região torna-se limitado, diminuindo a sensação de segurança dos moradores das outras zonas que queiram ou precisem frequentá-la.

Também presente na propaganda citada anteriormente, outra imagem aventada é a de que “todo mundo é muito cortês com todo mundo”, como disse um morador entrevistado. Essa ideia é reproduzida por grande parte dos antigos residentes da Zona 4, por alguns daqueles das outras regiões e por parte dos jovens moradores estudantes, cuja participação intensa nos espaços culturais e artísticos os impele a um conhecimento maior dos moradores e do lugar.

A generalização desse “lado cortês” está ancorada, pelo que observei e ouvi, em dois elementos principais. Primeiramente, à tentativa de diferenciação qualitativa em relação aos outros bairros do Recife. Mais do que nos demais lugares, os moradores sentem bastante orgulho de lá residirem – para alguns, a Várzea é “o melhor bairro” da cidade, o que se expressa desde conversas despreziosas até nos produtos de microempresas do bairro e *tags* nas redes sociais virtuais⁵⁴.

Essa narrativa é também resultado do cruzamento entre uma visão mais ampla do bairro, baseada num bucolismo amplamente citado anteriormente, e aquela impressão dos moradores da Zona 4, onde a consonância entre estilos de vida (WEBER, 1974, pp.219-220) produz uma forte empatia entre os vizinhos⁵⁵. Nesse sentido, o suposto comportamento amistoso dos seus moradores é produto de uma percepção particularizada, baseada mais na identificação entre pares do que numa clara aceitação positiva da diversidade dos tipos sociais presentes no bairro.

Durante as observações, não percebi ações discriminatórias dos moradores da região 4 em relação àqueles das zonas precarizadas, porém é clara a maior identificação com os seus vizinhos com condições socioeconômicas parecidas. Muitos deles se identificam por aproveitarem o bairro de modo semelhante: alguns frequentando os bares da Rua Azeredo Coutinho, indo às feiras na mesma rua e na Praça da Várzea e também se encontrando nos cafés da Praça do Rosário. Uns também se conhecem em razão do fato de que seus filhos estudam em uma afamada escola particular da Várzea.

Uma das moradoras de uma rua fechada na Zona 4, por exemplo, contou que frequentava a região desde pequena, quando morava na Cidade Universitária. Seu pai era professor da UFPE e conhecia outro docente que morava na mesma rua onde ela hoje reside. Essa relação entre os pais se desdobrou numa aproximação entre os filhos, de modo que atualmente diversos amigos de infância seus ainda se encontram na região. Outra moradora contou que foi morar na Várzea por ser professora numa Universidade próxima, mas que lá, além da segurança, tem todos os amigos por perto. Mais enfático nesse ponto, Tiago, da mesma zona, disse:

⁵⁴ Um exemplo disso está na matéria: Eu amo a Várzea: amigas criam uma marca para espalhar o amor pelo bairro onde vivem. Por Aqui. Recife, 8 de jan. de 2018. Disponível em: <https://poraqui.com/varzea/eu-amo-varzea-amigas-criam-marca-para-espalhar-o-seu-amor-pelo-bairro/> Acesso em: 15 de mar. de 2019.

⁵⁵ Ao utilizar a noção weberiana de estilo de vida, me afasto relativamente daquela teorizada por Pierre Bourdieu (2017). Isso porque a relação entre *habitus*, estilo de vida e classe social no pensamento deste autor dificilmente poderia ser verificada com algum grau de confiabilidade aqui, dada a miríade de informações que o praxiólogo usava para cruzar essas variáveis. Trata-se, portanto, de um problema metodológico resolvido a partir do uso da teoria de Max Weber, cuja abertura para contextos e aportes metodológicos heterogêneos permite sua utilização.

Eu comprei esse terreno a um ex-professor meu, que mora aqui também. Eu sou funcionário público, trabalho na Secretaria da Fazenda. [A Zona 4] É um local em que as pessoas são muito parecidas, tem professor, tem funcionário público, tem funcionário da Universidade, isso também ajuda na relação.

Como na fala, o mito do lado cortês dos moradores da Várzea se apresenta diretamente vinculado às interrelações entre os indivíduos das classes médias da Zona 4, cujos estilos de vida são semelhantes. Além disso, a variedade de espaços de lazer e o consequente uso do espaço urbano favorecem os encontros. Na Zona 2, por exemplo, seria difícil os moradores se cruzarem tanto nas ruas, uma vez que a ausência de uma iluminação adequada e de fluxo de pessoas à noite é a causa principal para o temor deles.

Quando me refiro à consonância entre os estilos de vida (WEBER, 1974) desses moradores, quero dizer que, apesar das diferentes socializações, seus graus de escolaridade, seus hábitos e suas práticas de consumo são semelhantes. É comum ver os habitantes da Zona 4 frequentando espaços muito parecidos do bairro, como o Pátio do Rosário, os bares da Rua Francisco Lacerda e da Rua Azeredo Coutinho e as feiras de alimentos orgânicos desta última e da Praça Pinto Dâmaso. Além disso, a maioria tem alguma experiência acadêmica, seja na UFPE ou em outra Universidade.

A consonância dos tipos sociais facilita as interações e a reprodução de determinadas percepções dos atores. Sendo vizinhos e usando com frequência o mesmo espaço urbano, o discurso positivado sobre o bairro é mimetizado nas diversas experiências que têm em comum, tornando-se, mais do que uma retórica, um hábito.

Nas experiências com o conjunto dos moradores, a enunciação acrítica do estereótipo positivo enfraquecia-se na medida em que me distanciava da Zona 4. Os habitantes de outros locais também reproduziam muitos artifícios discursivos e percepções como as mencionadas, mas apresentaram, por exemplo, muito mais receio com os transeuntes com os quais eventualmente cruzam do que os habitantes da zona mais abastada. Muitos daqueles das Zonas 1, 2 e 3 contaram que têm medo quando entram nas suas ruas, principalmente à noite, e percebem a presença de alguém que não conhecem.

A imagem positiva da Várzea também é construída pelos visitantes e pelos moradores que antes residiam em outros bairros ou cidades. Tal como na propaganda citada no início deste tópico, um dos procedimentos discursivos fundamentais acionados pelo primeiro grupo é a

comparação com os bairros que se ligam ao estereótipo do Recife como uma cidade com crescimento geográfico, populacional e criminal desordenado.

Moradora de um grande condomínio da Rua Francisco Lisboa (Zona 4), Sofia disse que o Cordeiro, bairro onde residia anteriormente, era bem mais inseguro em comparação com a Várzea. Apesar de outros motivos influenciarem a mudança dela para o novo bairro, como a proximidade do trabalho e da escola dos filhos, uma das principais razões para isso foi o incremento securitário. Sobre seu antigo bairro, disse:

O meu prédio era mais próximo de uma comunidade. E tinha muita briga entre o pessoal da comunidade. Eles vinham pra rua e brigavam no meio da rua. Mas também a questão de assalto, tinha muito assalto a veículo. O morador ia chegando, aí era assaltado, levavam os veículos. E tinha mais: era mais recorrente assaltos de violência. Eu também fui assaltada lá. (SOFIA, ZONA 4)

Neste caso, a presença de atividades criminais e de conflitos entre os próprios moradores foi um fator decisivo. A entrevistada disse também que, diferentemente da Várzea, a região do Cordeiro onde morava não tinha praças intensamente ocupadas – estas eram relativamente desertas. Comparando-as com a Praça da Várzea, disse:

E que diferença da praça do Cordeiro, que o pessoal matava no meio da rua. O pessoal botava parque de diversão, e tinha tráfico também, o pessoal chegava lá e matava um na frente de todo mundo, né? A gente morou lá e quantas mortes houve na naquela praça? Umas cinco. E tudo vizinho, a empregada dizia pra gente: quem morreu foi o filho de fulano. (SOFIA, ZONA 4)

Além da realidade dividida entre atividades de integração e as práticas disruptivas, o movimento nas ruas do Cordeiro estava relacionado apenas ao comércio, aos trajetos de saída e de chegada em casa e, raramente, aos encontros entre a vizinhança nas calçadas.

A proximidade entre tipos residenciais de padrões diferentes, normalmente entre aqueles voltados às classes médias e ao precariado, é demasiadamente incômoda para alguns entrevistados que compõem as primeiras. Além de situações como a da moradora acima, cujo desconforto se relacionava aos episódios violentos e às atividades criminais, muitas vezes a presença de mercados de drogas descobertos ou abertos (Cf. DAUDELIN; RATTON, 2017) e elementos relacionados às semelhanças nos estilos de vida das populações precarizadas, como

ouvir música em alto volume e andar sem camisa nas ruas, geram uma percepção negativa sobre o lugar e seus habitantes.

Entre os moradores que mudaram para a Várzea recentemente, os mais pobres incluem, entre seus atributos positivos, a presença de muitos espaços de interação entre os habitantes, mas também de comércios e escolas. Uma antiga residente do bairro Coelhos disse que, além do número maior de possibilidades de cursos educativos e atividades culturais para o seu filho, a procura dos moradores por tal gênero de atividades é mais habitual do que no bairro antigo.

De fato, os moradores com menor poder aquisitivo costumam procurar pelas atividades educacionais, artísticas e culturais que acontecem normalmente nas zonas 3 e 4. Além de reforçar a imagem da Várzea como um bairro com rica vida cultural e intelectual, isto tem um efeito positivo para algumas de suas regiões, pois o aumento do número de passantes interfere positivamente na sensação de segurança dos residentes e comerciantes.

Se os trajetos dos habitantes das regiões precarizadas para os lugares das classes médias são comuns, o contrário não acontece. Uma explicação, resultante das entrevistas e observações, é de que a ausência de comércios, atividades culturais e o estigma sobre os seus moradores se retroalimentam. Como mostrarei mais a frente, isto produz dois tipos de utilização do espaço ligados a dois tipos de produção, não intencional, de segurança.

Afora as comparações com outros bairros da cidade, muitos moradores, inclusive alguns dos mais novos, fazem analogias com regiões da própria Várzea. Como já citei, Tiago, da Zona 4, disse que o convívio afável entre os residentes está restrito à região onde mora e que um pouco adiante não é possível falar nos mesmos termos. Beatriz também disse que tem receio de passar pelo Campo do Banco, pois lá a possibilidade de assaltos é maior, além do fato de que a existência de mercados de drogas aumenta a insegurança.

Uma moradora da Rua Mário Campelo comparou a região que pesquiso com a comunidade Brasilit, ao norte do bairro. Segundo ela, lá os assaltos são constantes e o policiamento é praticamente inexistente nas suas áreas violentas, se limitando às vias principais, onde o número de crimes é ínfimo. Na região da Várzea onde mora, o policiamento ostensivo gera maior sensação de segurança e tem impacto efetivo na redução dos assaltos.

Além das analogias espaciais, entre bairros e dentro da própria Várzea, as comparações temporais também guiam as percepções das pessoas entrevistadas. Embora algumas destas

tenham caráter negativo no que diz respeito à violência, tratando a situação atual como pior que a anterior, a maioria dos moradores as aciona para mostrar como a Várzea está mais segura.

Habitante da Zona 2, Vera relatou que anos atrás os assaltos ocorriam com mais frequência. Atualmente, o fator que aumenta a insegurança na sua rua é a escuridão durante as noites. Durante o dia, porém, ela e outros moradores usam suas áreas e varandas para conversar e às vezes os vizinhos encontram-se rapidamente nas calçadas, normalmente nos finais de tarde. Isto, para ela, ajuda a construir uma imagem, em suas palavras, mais “pacífica”, o que motivaria o desejo de ir e vir dos moradores.

Hoje tá bem melhor. Antes tinha muito assalto, muita coisa. Depois dos guardas da rua, melhorou um pouco, dá até pra sair na rua à noite sem se preocupar tanto, porque os bandido[s] sabe[m] que eles tão ali. É bom isso, de melhorar uma situação assim, porque normalmente só piora. (VERA, ZONA 2)

A representação da Várzea como um bairro bucólico, semelhante a uma cidade do interior; a percepção positiva sobre os seus habitantes; a diferença qualitativa do bairro e da região pesquisada em comparação com outros lugares da cidade do Recife; e, como na fala de Vera, a percepção de melhoria nas condições de segurança são alguns dos principais elementos na construção de uma retórica que vem produzindo uma imagem atraente do bairro para os visitantes e para os seus próprios moradores.

Independentemente de ser uma particularidade imposta por um grupo de residentes ou ser matizada por habitantes de zonas diferentes, pareceu-me claro que ela impõe efeitos nas vivências do bairro. Tanto do ponto de vista dos estudantes que residem em outros lugares e são atraídos por essa imagem positiva, caracterizada pela diversidade cultural e de espaços de lazer; quanto por aqueles habitantes, sobretudo os recém-chegados, que sentem prazer em frequentar suas praças e outros espaços de convivência.

Desse modo, a relação entre as percepções positivas dos moradores e as consequentes práticas mais intensivas no espaço urbano se retroalimentam simultaneamente. O discurso apresentado torna-se uma espécie de profecia autorrealizada na medida em que os sujeitos passam a ocupar mais as ruas e produzir, não intencionalmente, segurança.

Por um lado, ele serve para aumentar a sensação de segurança dos moradores das 4 zonas, que circulam mais e, em consequência, geram mais segurança uns para os outros. Por

outro lado, a diferenciação nos usos dessa retórica – uma vez que os moradores das classes médias entendem os locais onde moram como seguros, enquanto o precariado da Zona 1 vê essas características em todo bairro – pode servir à estigmatização das áreas que se diferenciam qualitativamente das zonas 3 e 4. Estigmatização que pode ser produto não só de alguns dos discursos apresentados, mas da própria ocultação das comunidades precarizadas nos conteúdos simbólicos produzidos⁵⁶.

Como as percepções positivas, a consciência dos perigos do bairro foi bastante discutida nas entrevistas. Ela está diretamente vinculada às condições objetivas com as quais os sujeitos se defrontam, como a infraestrutura desigual e os modos de interação. Seu contraste às impressões que apresentei até aqui não busca apenas realçar uma divisão entre as classes e tipos sociais diferentes, mas revelar sua influência complexa, leia-se interseccionada, nas lógicas securitárias que discutirei nos capítulos 3 e 4.

3.2 Além do estereótipo: repensando o bairro e seus *perigos*

Jornal do Commercio, abril de 2017: “Em faixas colocadas nas ruas, moradores da Zona Oeste cobram segurança”. Em seguida, o subtítulo: “cansados dos assaltos, moradores da Várzea e da Cidade Universitária se mobilizaram em um pedido de socorro”. Na imagem da publicação, uma série de faixas nas principais ruas dos bairros revelavam a suposta pressão da população pela atuação do Estado no que tange ao problema da segurança (Fotografia 1).

Um ano depois, o mesmo jornal noticiava: “No Recife, 15 dos 94 bairros concentram 50% dos homicídios”. Entre eles, estava a Várzea, juntamente com comunidades pobres e favelas. Do mesmo modo, uma busca nos arquivos recentes do mesmo veículo me mostrou que a maioria das notícias que se referem ao bairro estão associadas à violência e ao crime.

A primeira publicação trata de um momento em que parte dos moradores e comerciantes do bairro e seu vizinho, a Cidade Universitária, sofriam assaltos constantemente. Céticos quanto a uma mudança na atuação da polícia e uma diminuição espontânea no número de crimes, reuniram-se em um coletivo auto-organizado e propuseram ações expressivas, que chamassem

⁵⁶ Como o vídeo discutido no início do capítulo e a marca apresentada na nota 54. Apesar de os próprios moradores das zonas precarizadas construírem páginas nas redes sociais sobre suas zonas (no *Instagram*, por exemplo, existem a “varzeacantinhooficial”, a “varzeaweb” e a “várzea_oficial”), elas são produções marginais, ainda incapazes de ressignificar o estereótipo negativo das regiões pobres do bairro.

a atenção das autoridades para esse fenômeno. Isto me foi informado por alguns dos comerciantes que atuaram nesse episódio e por um morador entrevistado.

O comércio foi muito penalizado por essa coisa dos assaltos. Tivemos várias lojas da área da Avenida Polidoro que fecharam porque estavam trabalhando para pagar os bandidos, levando produtos, levando o faturamento. E aí eles estavam clamando por uma providência. (TIAGO, ZONA 4)

Como, além de trabalharem, muitos comerciantes moram na própria Várzea, os protestos foram interpretados como ações do conjunto dos moradores. Porém, foi um grupo reduzido da população que atuou politicamente.

Fotografia 1 - Protesto realizado pelos moradores da Várzea e da Cidade Universitária



Fonte: Alexandre Gondim, *Jornal do Comercio*, 2017.

A despeito do sentimento de impotência dos que temem ou já sofreram assaltos na região, a maioria dos outros moradores, não comerciantes, não costuma discutir coletivamente o problema do crime no bairro. Embora existam inúmeros coletivos (políticos, culturais e artísticos), a pauta da segurança não é um ponto de mobilização efetivo da coletividade, ficando, no mais das vezes, restrita às discussões entre residentes de determinadas ruas e condomínios/ruas fechados/as⁵⁷.

⁵⁷ Um caso atípico foram as mobilizações pela presença da delegacia no bairro, citadas por alguns moradores entrevistados.

Sobre a segunda publicação, que aponta a Várzea como um dos bairros mais violentos da cidade, é necessário novamente discutirmos a partir de uma perspectiva mais expansiva. Neste caso, porque a maioria dos crimes noticiados acontecem nas regiões distantes do meu lócus de pesquisa. Ao contrário, todas aquelas que elenquei no final do capítulo anterior possuem baixíssimos números de crimes violentos letais intencionais (CVLI), quase imperceptíveis numa cidade como Recife, onde os índices criminais são alarmantes para contextos democráticos.

A maioria dos crimes violentos letais ocorrem no norte e no noroeste da Várzea, onde pequenas comunidades sobrepostas coexistem em regiões com infraestrutura precária, cujo uso do espaço urbano é restrito aos moradores da própria comunidade e o mercado de drogas, apesar de fragmentado e organizado por pequenos grupos, pode ter, a depender da região, mais ou menos força nas formas de ordenamento social⁵⁸. Segundo relatos de habitantes locais, a presença da polícia nessas comunidades é quase sempre repressiva – marcada por abruptas revistas e prisões, ora aprovadas ora reprovadas pelos moradores –, em detrimento de uma atuação dissuasiva e estratégica⁵⁹.

Este pequeno aprofundamento nas duas notícias permite duas assertivas que perpassaram a minha experiência de campo. A primeira é de que o crime é visto, tal como expressou Garland (1999, p.62), como “um risco cotidiano que deve ser avaliado e administrado de forma rotineira – um pouco como nos comportamos com relação aos riscos de acidentes viários”. Embora presente em menor número do que em outros bairros, os residentes da Várzea o concebem como um *dado* vinculado à sua época e à cidade onde vivem, por isso a ausência de mobilização política e, sobretudo, de espanto com os assaltos que ocorrem na região.

Nos casos excepcionais, em que o aumento do número de crimes compromete as formas de integração comunitária, aqueles com maior poder aquisitivo buscam mecanismos securitários privados baseados numa *criminologia do eu* (Cf. GARLAND, 1999, p.75), como mostrarei mais à frente. Já nas situações em que o comércio é afetado, mobilizações podem ser tramadas pelos trabalhadores da área implicada, levando o fenômeno da insegurança ao debate público, ainda que de modo incipiente e localizado.

⁵⁸ Aqui não estou afirmando que os homicídios estão relacionados ao mercado de drogas nessa comunidade.

⁵⁹ Sobre isso, um morador da Vila Arraes, comunidade pobre existente da Várzea, disse: “Tem uns policiais que é ignorante, dá tempo nem você botar a mão no bolso pra tirar documento. Eu digo porque já aconteceu com filho meu. E não deu tempo. Quando ele foi pra cima, o pessoal me chamou, fui lá e levei a identidade dele. E a gente tem que peitar eles às vezes, tem policiais muito ignorantes, que você tem que peitar”. (FÉLIX, VILA ARRAES)

Portanto, o fato de as mobilizações nos últimos anos serem realizadas apenas por um grupo ocupacional indica que o problema da segurança é menos uma pauta coletiva generalizada no bairro do que um problema suportado – de formas diferentes – pela maioria e levado ao embate político por uma minoria.

Por meio da segunda notícia, percebe-se que, em termos gerais, a Várzea não está tão distanciada dos altos índices de violência dos bairros recifenses. Se nos pautássemos apenas pelos dados brutos e pela forma como estes são noticiados, a região estudada seria vista, ao contrário, como uma das mais inseguras. Cruzada às observações etnográficas, a notícia serviu para revelar a desigualdade reinante no bairro e sua divisão espacial entre comunidades sobremaneira precarizadas e regiões habitadas pelas classes médias. Essa *colcha de retalhos*, como definiu um participante da pesquisa, influencia não só o número e o tipo de crimes em cada local, mas também os modos de lidar com esse fenômeno.

Ambas as notícias apresentadas são, portanto, o negativo do estereótipo mencionado anteriormente. Longe de serem produto de uma análise detalhada das informações etnográficas, as ambiguidades nas percepções sobre o bairro apareceram explicitamente em várias conversas, entrevistas e observações no campo. Ficou clara, nas práticas e discursos, uma contradição entre a apresentação de um bairro onde as lógicas comunitárias tornam-se fontes securitárias e, ao mesmo tempo, onde os *perigos* estão presentes, mesmo que extremamente situados. Contradição que alimenta a disjunção entre um espaço urbano ocupado e suas moradias securitizadas.

De modo diferente de ambas as publicações discutidas, percepções a respeito dos lugares considerados *perigosos*, dos motivos desses perigos e de suas relações com os aspectos *positivos* do bairro emergiram nas falas e nas suas variações práticas. Essas reflexões nativas, ao contrário das matérias jornalísticas e dos índices criminais, são revestidas de detalhes e, obviamente, apoiadas nas experiências individuais. Elas, de algum modo, orientam por onde, como e com quem andar pelo bairro, além de *como fazer* para estar seguro em casa. São conhecimentos securitários práticos – muitas vezes “tácitos”, pois que incorporados e utilizados pré-reflexivamente.

Um dos espaços temidos por parte dos varzeanos é a UFPE. A maioria dos que conversei a consideram demasiadamente deserta a partir, mais ou menos, das 21 horas e nos finais de semana. Entre outros problemas, a escuridão em muitas das suas áreas verdes é percebida como

um fator inibidor, pois os assaltos ocorrem nesses espaços, segundo os moradores com os quais conversei.

Como já mostraram outras pesquisas (p. ex., CUBBAGE; SMITH, 2009), são as mulheres que mais temem os campus universitários. Muitos são os relatos de estudantes assaltadas no espaço da Universidade e nas suas imediações. Numa busca no mesmo jornal citado no início do capítulo, também verifiquei diversas notícias que envolviam casos de universitárias assaltadas ou perseguidas em outros lugares do bairro da Várzea⁶⁰. Essas informações veiculadas na cidade reforçam a *percepção* de que as mulheres são mais vulneráveis à crimes no bairro, limitando a sua livre circulação no espaço urbano.

Durante o dia, no entanto, muitas delas costumam atravessar o campus e usá-lo para atividades físicas. Algumas, inclusive, levam os filhos para passear na Universidade e fazem piqueniques nos finais de semana. A percepção negativa diminui o uso de uma das regiões da Várzea/Cidade Universitária que poderia ser utilizada com mais frequência e cria uma pequena, porém sociologicamente relevante, ruptura no cotidiano, uma vez que o receio de assaltos serve como um fator negativo para as mães que querem experimentar um espaço de convivência e lazer com seus filhos.

O campus da UFPE não compõe a zona esquadrihada apresentada no primeiro capítulo. No entanto, os relatos sobre insegurança no bairro se referiam, quase sempre, às suas paradas de ônibus, localizadas na Rua Acadêmico Hélio Ramos – fronteira entre as zonas 1, 2 e 3. Os moradores, nas entrevistas e conversas nas ruas, demonstravam medo de utilizar esses espaços em horas mais avançadas da noite, normalmente entre 20 e 22 horas, em razão da possibilidade de assaltos e arrastões. Esse temor também foi citado por muitos estudantes – alguns dos quais esperam seus ônibus próximos à entrada da Universidade, para se precaverem de roubos.

A Acadêmico Hélio Ramos é extremamente deserta nos sábados e domingos. O medo de utilizar as paradas nesses dias acomete um grande número de moradores. Alguns deles preferem utilizar os pontos de ônibus de outras ruas e regiões, como a Praça Pinto Dâmaso e a Rua Amaro Gomes Poroca, nas zonas 2 e 3, respectivamente.

Essa última via, ligação entre a UFPE e a Praça da Várzea, é um dos pontos onde há maior risco de assaltos, na percepção da grande maioria dos moradores. Primeiro porque,

⁶⁰ Por exemplo: Universitárias são assaltadas a caminho de aula prática na Várzea. Jornal do Commercio, 11 de jul. de 2018. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2018/07/11/universitarias-sao-assaltadas-a-caminho-de-aula-pratica-na-varzea-346714.php> Acesso em: 2 de nov. de 2019.

segundo eles, muitos desses crimes são realizados no seu extremo, entre a Avenida Acadêmico Hélio Ramos e o primeiro quarteirão da Amaro Poroca, uma vez que essa parte é mais escura e deserta durante a noite. Embora alguns estudantes e trabalhadores sejam obrigados a atravessá-la, pois é caminho para as suas casas e ponto de parada das principais linhas de ônibus que atravessam o bairro, seu movimento é extremamente reduzido por conta do medo sentido pelos moradores.

Alguns dos residentes citaram situações de assalto a vizinhos e/ou estranhos, outros falaram de suas próprias experiências. Entre estes, está Caio, morador da Zona 1 que teve seu celular roubado no mesmo trecho mencionado anteriormente:

Eu estava saindo da Universidade, era por volta de 18h30, o trânsito estava normal, era um dia de semana. E dois caras numa bicicleta me interceptaram e acabaram levando meu celular. Eles estavam com armas brancas. Tinha acabado de escurecer, eu acabava de sair da Universidade. (CAIO, ZONA 1)

Esse acontecimento teve um efeito limitador para a sua vida no bairro. Depois dele, passou a circular por menos lugares da região e se sentir menos seguro em algumas localidades. Neste caso, a interpretação de uma vivência individual serviu de substrato para as percepções negativas que orientam as suas estratégias de proteção.

Isto também vale para aqueles que sofreram ou souberam de roubos ocorridos nas paradas da Amaro Poroca. Tanto os pontos de ônibus localizados no início da via quanto aqueles mais próximos à Praça da Várzea (Zona 3) são assaltados com grande frequência. Uma funcionária de um comércio, que usa diariamente o transporte público, contou que prefere ficar nos pontos da Praça da Várzea, em razão do maior fluxo de pessoas, ou o do início da Afonso Olindense, em razão da quantidade de viaturas policiais que usam esta avenida como trajeto para chegar e sair da delegacia da Várzea.

Falas como a de Caio e as dos moradores que foram assaltados nos pontos de ônibus servem para reforçar a sensação de medo entre sujeitos que não foram alvos de crimes. Aqueles da Zona 2, por exemplo, que costumam circular pouco pelo espaço urbano e se sentem temerosos no lugar onde vivem, usam tais episódios negativos como motivação para a contratação de segurança. Desse modo,

A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações. Além disso, a fala do crime também ajuda a violência a proliferar ao legitimar reações privadas ou ilegais – como contratar guardas particulares ou apoiar esquadrões da morte ou justiceiros –, num contexto em que as instituições da ordem parecem falhar. (CALDEIRA, 2011, p.27)

As afirmações de Caldeira valem, principalmente, para as microrregiões onde o espaço urbano possui pouca circulação.

Chamou-me atenção o fato de que a rua mencionada, a Amaro Poroca, é fronteira entre todas as zonas e que tanto as suas paradas próximas aos lugares considerados seguros quanto as das regiões *inseguras* são alvos de assaltos. Isto gera, principalmente para os moradores das classes médias da Zona 2, uma sensação de insegurança significativa, pois, generalizando a percepção sobre os assaltos nessa rua para todo o bairro, se sentem mais temerosos em outros lugares. Há, pois, uma transferência das características de um lugar inseguro para outros onde não costuma haver crimes, como no caso estudado por Brunton-Smith e Jackson (2011, pp.76-77).

Outro alvo da percepção negativa sobre o bairro é o Campo do Banco, localizado na Zona 1. O fato de possuir uma infraestrutura correspondente a uma ZEIS – e, por isso, ser extremamente precarizado em comparação às outras zonas – o diferencia das demais regiões da pesquisa. Os moradores das zonas 2, 3 e 4 não se sentem totalmente seguros em caminhar por lá. A precariedade física é associada por eles à desordem social, expressa no suposto comércio de drogas e no estilo de vida marginal representado pelo gosto estético dos jovens que lá moram.

Ao afirmar que a Zona 2 não é tão segura, uma das moradoras apresentou como causa principal a proximidade ao Campo do Banco. “No final da rua tem o Campo do Banco, já teve morte ali, tiro, ponto de tráfico, enfim... Já teve assalto na vizinha, que levaram o carro às 17h da tarde. Muita gente já chegava meio tensa, para colocar o carro na garagem” (BEATRIZ, ZONA 4).

Enquanto os moradores das outras zonas têm uma percepção negativa sobre a comunidade, aqueles do próprio lugar discordam da generalização acima. Para eles, a primeira parte do Campo do Banco é demasiadamente “pacífica”, uma vez que lá não é comum a prática de crimes, e “integrada”, pois os vizinhos têm relações mais intensas entre si.

Desconfiado de que essa afirmação dos moradores da Zona 1 fosse uma tentativa de se proteger da estigmatização sobre o lugar onde moram e sobre si mesmos, realizei diversas observações na região, conversei sobre o assunto com antigos moradores do bairro e com estudantes que moraram no Campo do Banco durante algumas temporadas. Nas observações, pude ver que a paz e a forte integração comunitária são constantes. Em nenhum dos dias que lá estive me deparei com casos de assaltos, furtos ou situações de agressão física.

Nos diálogos com aqueles que acumulam conhecimento sobre o bairro, estas impressões foram reiteradas. Os ex-moradores contaram que o máximo que chegaram a presenciar foram brigas familiares, que às vezes aconteciam na própria rua onde moravam. Curiosamente, os mesmos fatos foram narrados por um dos atuais moradores entrevistados. Segundo ele, esses conflitos acontecem esporadicamente e envolvem, por vezes, mais de uma pessoa, outras vezes são conflitos entre casais, que podem ou não se desdobrar em agressões físicas.

Um antigo morador, que hoje está na Zona 2, declarou que os poucos casos de violência que acontecem na região são praticados contra visitantes desconhecidos. Trata-se, para ele, de um lugar perigoso para pessoas que destoam do fenótipo dos que lá moram. Homens brancos de fora da comunidade, por exemplo, podem ser vistos em algumas dessas regiões como policiais à paisana. Mulheres, por outro lado, são vistas como alvos fáceis, mais vulneráveis. Em ambos os casos, para caminhar livremente e com segurança pela região deve-se ter algum amigo cuja confiança no visitante seja reverberada para os demais membros da comunidade.

Os demais residentes da Zona 2 percebem o Campo do Banco como um obstáculo para a produção de segurança nas suas ruas. Segundo eles, além da proximidade com uma região associada à pobreza e ao crime, o fato de as ruas onde moram terminarem na comunidade pode funcionar como um meio de fuga para muitos dos assaltantes, pois seus becos impossibilitariam a ação da polícia ou de algum tipo de agente privado da violência.

Dos exemplos que selecionei para ilustrar as percepções negativas sobre o bairro, o último é o da Rua Francisco Lisboa, localizada atrás da Igreja Matriz da Várzea e ponto limite da delimitação da Zona 4. Ela é composta por um condomínio de edifícios e uma rua fechada, além de uma academia de musculação, uma creche e pouquíssimas casas. Com exceção dos horários de entrada e saída das crianças desta instituição, e a despeito da existência da academia, ela possui uma pequena circulação mesmo durante o dia.

À noite, a rua é considerada deserta e o fluxo de automóveis é maior do que o de pessoas caminhando. Em determinados horários, os residentes que descem dos ônibus na Rua

Acadêmico Hélio Ramos e vão para o condomínio, a minoria dos habitantes deste lugar, andam apressados, claramente com medo de assaltos. A ínfima quantidade de moradores que utiliza essa rua é composta quase integralmente por homens, muitos deles jovens e pretos, como pude atestar nas minhas observações.

Além de observadas, muitas experiências foram narradas pelos moradores de um dos condomínios. Uma das entrevistadas citou a mesma informação que colhi nas observações e complementou-o com a descrição de assaltos testemunhados de sua varanda, que tem uma vista privilegiada para a rua citada:

Eu presenciei aqui na minha varanda dois assaltos. Num uma senhora estava andando, aí o carro parou, assaltou ela. Aqui na frente, aqui fora, na rua. Foi de dia. E à noite, logo no início eu presenciava o pessoal voltando do trabalho, especificamente as mulheres andavam rápido e olhando para trás, porque elas geralmente vinham sozinhas. E os homens quando andavam estavam despreocupados. (SOFIA, ZONA 4)

A narrativa de seu marido seguiu pelo caminho contrário: embora reconheça que a rua já foi local de diversos assaltos, ele associou seu lado “pacato” à sensação de segurança.

De fato, essa parte aqui atrás da igreja, essa nossa rua, é muito pacata. Eu acho que o que conta muito é a sensação. De dia você não vai se sentir inseguro, mas de noite, como a rua é pacata – e à noite a rua tem menos movimento mesmo – tem muitos pontos em que você fica à esmo. Aí eu acho que a sensação de segurança cai muito. Mas, exceto a gente ter presenciado acho que dois ou três assaltos bem aqui na frente da varanda, a gente não escuta relatos de falta de segurança na rua. (SÉRGIO, ZONA 4)

Uma outra moradora contou que sua irmã costuma atravessar essa rua para ir para casa. Apesar da proximidade, ela prefere levá-la de carro, para evitar assaltos na região atrás da igreja, entre os dois condomínios que citei anteriormente:

Por exemplo, eu tenho uma irmã que tem 18 anos. Aí ela vem aqui em casa, às vezes sai às 22h, então eu prefiro pegar o carro e levar ela em casa. Porque ela vai passar pela ruazinha do lado da igreja. Vai passar por um trechinho de nada, mas eu tenho medo. (BEATRIZ, ZONA 4)

Mais do que o estereótipo positivo, as impressões dos “perigos” variam de acordo com o gênero e a zona de residência dos sujeitos da pesquisa. Como consequência, as ações também são mediadas por essas variáveis: no que diz respeito ao gênero, vi como mulheres costumam demonstrar mais receio em caminhar por determinados locais do que os homens. Nas ruas consideradas perigosas, à noite os poucos passantes são homens, em maioria pretos e jovens.

As poucas mulheres que caminham por essas ruas são aquelas que necessitam do transporte público para ir ao trabalho ou realizar outras atividades diárias. Diferentemente dos homens, elas passam com pressa por esses locais durante as noites. Em outros casos, homens da família costumam buscá-las nas paradas, como uma forma de dissuadir tentativas de assalto.

No que diz respeito à segunda variável, da área de residência, percebi que alguns dos moradores tomam regiões diferentes das suas como perigosas, como é o caso daqueles das zonas 3 e 4, enquanto alguns temem os próprios lugares onde moram, como os residentes da Zona 2. Isto motiva distinções no uso do espaço urbano e, conseqüentemente, na sensação de segurança entre eles. Indivíduos das regiões das classes médias, que vêem a área mais pobre como insegura, circulam menos por esta, como já demonstrei. Em consequência, o movimento na Zona 1 é reduzido quantitativamente e limitado em termos qualitativos – pois apenas os seus moradores circulam, não outros transeuntes de dentro e fora do bairro.

Forjam-se, desse modo, dois padrões de circulação no espaço urbano: um restrito e outro diversificado. No primeiro deles, a sensação de segurança é limitada aos moradores, por isso aqueles da Zona 2 se sentem inseguros quando estranhos adentram o território. Isso porque a pele preta e a aparência estigmatizada de alguns passantes, principalmente os habitantes da Zona 1, são percebidas de antemão como uma ameaça para a sua segurança. Em consequência, a circulação dos sujeitos da Zona 2 está limitada aos lugares onde moram e a alguns espaços de lazer, como a Praça da Várzea e o Pátio do Rosário. Na Zona 1, a circulação restrita aos próprios moradores é causada pelos mesmos fenômenos já citados: o estigma do local, a ausência de espaços educacionais e de lazer frequentados por pessoas de outras partes do bairro e também de vias de grande circulação. A ausência de interação entre estranhos é um empecilho para a prosperidade dessas zonas (Cf. JACOBS, 2011, p.31).

O padrão diversificado, característico das Zonas 3 e 4, se desdobra numa sensação de segurança maior, segundo o discurso dos moradores, tanto por haver circulação dentro dessas regiões quanto pelo fluxo de *estranhos*. A incessante movimentação de indivíduos, a despeito

do seu fenótipo e tipo socioeconômico, se traduz em uma maior confiança no espaço. Por isso, todos os moradores se sentem tranquilos na Praça da Várzea e na Rua Azeredo Coutinho.

Os tipos sociais marginalizados, cuja melhor representação é a do homem pobre, preto e jovem, deixam de ser vistos como ameaças e tornam-se meros atores na paisagem desses espaços diversificados. Os mesmos moradores que contaram ter medo de ir à Zona 1 me disseram que na Praça da Várzea convivem com “qualquer pessoa”. Nesse lugar, pude realmente observar que tipos sociais muito diferentes interagem entre si, ao contrário de outras áreas.

Na Zona 2, habitada pelas classes médias e cujas casas são caracterizadas pelo fechamento securitário, esses mesmos indivíduos causam medo nos moradores durante as noites, segundo os próprios. Muitos dos residentes contratam segurança privada, seja formal ou informal, para se precaverem não só de assaltos, mas daqueles que têm “cara de bandido” e caminham pela rua para ir ou voltar da zona vizinha, o Campo do Banco.

A presença desses indivíduos nos espaços públicos diversificados torna-se menos ultrajante para os habitantes das classes médias e menos hostil para eles próprios. Tudo se passa como se uma configuração espacialmente situada – um local público diversamente ocupado – “suspendesse” momentaneamente a relação discriminatória entre agentes de classes diferentes. Este fenômeno, no entanto, retorna com a mesma força nos espaços considerados inseguros.

Chama a atenção que os ambientes classificados como perigosos nas falas sejam, em maioria, zonas consideradas fronteiriças no esquadramento utilizado nesta pesquisa. Isto pode ser parcialmente explicado voltando aos princípios que organizaram a divisão analítica do espaço. Com exceção da Zona 3, as microrregiões foram delimitadas de acordo com a presença de aglomerados residenciais – entendidos como pequenos conjuntos de ruas, onde há razoável homogeneidade entre a infraestrutura, as condições econômicas dos moradores e os tipos de habitação. As vias localizadas entre esses locais foram entendidas como espaços de fronteira em relação aos aglomerados. As suas características objetivas revelam que a insegurança e o maior número de assaltos estão ligados a alguns fatores interrelacionados: ausência de uma diversidade de estabelecimentos comerciais utilizados pelos moradores (à noite, quando os assaltos costumam acontecer, eles estão fechados), iluminação deficitária e a parca circulação. Mesmo com a razoável movimentação de viaturas policiais nessas fronteiras, em razão da proximidade com a delegacia da Várzea, os fatores apresentados se impõem.

4 PLURALIZANDO A SEGURANÇA

As práticas que constituem os atuais contextos securitários do bairro não são as mesmas de tempos passados. Sobretudo nas últimas duas décadas, houve um aumento do uso de dispositivos securitários e da contratação de vigilantes e porteiros que cumprem funções de vigilância. Relacionando o incremento securitário à experiência cotidiana, muitos moradores fizeram comparações entre presente e passado que, cruzadas a outros dados, me conduziram a essa constatação⁶¹.

Os mais antigos contaram que andavam sem medo por grande parte do bairro durante os anos 1980 e mesmo início dos 1990. Um deles disse: “[...] o bairro da Várzea nos anos 1980 não era um bairro em que a gente tinha uma preocupação muito grande de circular, com medo de que fosse assaltado, com medo de que fosse alvo de alguma prática de bandidagem” (JOÃO, ZONA 4). Em seguida, complementou:

Andávamos tranquilamente em qualquer parte do bairro. Eu andava muito de bicicleta aqui pelo bairro, nas localidades de...num raio em relação a onde eu morava de cinco quilômetros, mais ou menos. Circulava tranquilamente, sem medo de ser acometido de um assalto ou de ser furtado. E hoje a gente não consegue, por exemplo, fazer mais isso. Naquele tempo a gente dizia que podia dormir – e literalmente fazíamos isso lá onde morávamos – de portas abertas. Os episódios eram muito marcantes: “eita, houve um assalto em algum lugar!”. Era uma coisa muito marcante. E hoje se tornou uma coisa muito corriqueira. (JOÃO, ZONA 4)

A atual insegurança⁶² é por ele relacionada à expansão desordenada do bairro, cujos principais agravantes são a expansão das ZEIS mais antigas, como o Campo do Banco, e o surgimento de novas ocupações irregulares. Do mesmo modo, a atual sobreposição de comunidades precarizadas em diferentes regiões é vista por um conjunto de moradores como causa principal do medo de possíveis assaltos nos espaços públicos e privados.

⁶¹ Como mostrou Caldeira (2011), as comparações entre um passado idealizado e um presente caótico e/ou perigoso são comuns nos discursos sobre crime. Justifico as informações apresentadas com três argumentos: 1) muitos discursos de moradores vão de encontro à reprodução irrefletida de tal comparação – ao contrário, eles contaram que atualmente o problema da criminalidade é menor do que anos atrás; 2) como apresentei nos procedimentos metodológicos, a pesquisa é composta, em parte, pelas regularidades contextuais “experimentada[s] e reconhecida[s] pelos atores” (MAGNANI, 2009, p.138), de modo que a importância desses discursos para a análise aqui empreendida reside no fato de serem motivações para a produção securitária; 3) os mesmos discursos foram cruzados entre si e com outras informações encontradas, como fotografias e notícias jornalísticas.

⁶² Como em todo o texto, a noção de insegurança aqui está relacionada a diversos fatores, não apenas aos índices criminais.

Nesse mesmo período de crescimento, entre os anos 1990 e 2000, que os atuais recursos securitários começaram a figurar na paisagem do bairro:

O que a gente começa a observar naquele tempo, em relação à configuração do bairro, é a subida dos muros, é o pessoal colocando cercas de arame, colocando proteção nos muros, porque começa a aparecer [o crime] com mais intensidade nos anos 1990. Esse fenômeno se dá nos anos 1990, de ser um fenômeno dessa violência chegando aqui. E essa violência trazida pelos roubos, furtos, essas coisas acontecendo com mais frequência na comunidade. (JOÃO, ZONA 4)

Cabe ressaltar que os anos 1990 são uma década de aumento da violência na cidade do Recife, como demonstram os índices de homicídios – que chegam a figurar entre os maiores do país (PERES; SANTOS, 2005, p.61). Também é um momento em que as conquistas políticas e sociais da redemocratização coexistiram com um aumento da violência em todo o Brasil (LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015, p.124). Na ausência de um estudo histórico sobre as relações entre as taxas criminais, a democracia formal e o incremento securitário, ao menos é possível apontar a correlação temporal entre esses fenômenos. E a ela acrescentar, como citaram os moradores, a expansão populacional e territorial do bairro⁶³.

Tal correlação também é possibilitada pelo cruzamento entre fotografias de décadas passadas – encontradas em livros, arquivos pessoais dos entrevistados e documentos visuais publicados virtualmente. Por meio desse acervo pude constatar que muitas casas conservavam fachadas abertas e muros baixos até anos recentes. Com efeito, a securitização foi resultado de um longo processo – talvez, por isso, imperceptível para alguns dos moradores – pelo qual o problema da criminalidade se tornou uma motivação não apenas para a construção de muros, a adoção de grades e o uso de recursos eletrônicos, como para o aumento da contratação de vigilantes e de porteiros que cumprem funções ligadas à segurança.

Por outro lado, os moradores do Campo do Banco (Zona 1), de modo diferente de João e outras pessoas entrevistadas, disseram que o fenômeno da securitização está mais relacionado à atual realidade da cidade, onde é impossível se sentir completamente seguro, independentemente de se estar em um bairro de classe média ou em uma favela. Reverberando

⁶³ Aqui, não estou apontando a sensação de insegurança, principal motivação para o incremento securitário, como um reflexo do número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). O próprio caso estudado contraria tal hipótese, uma vez que, a despeito dos altos números de homicídios no bairro, os moradores das zonas 3 e 4 se sentem relativamente seguros. Pelas falas deles e daqueles de outras zonas, outros crimes influenciam mais intensamente o fenômeno da insegurança, como os roubos de celulares e carros e as invasões às casas.

uma percepção positiva sobre a maior parte da região – característica, como mostrei anteriormente, dos moradores desta zona –, são raros, entre eles, os que vinculam pobreza e insegurança⁶⁴.

Muitos são os recursos securitários utilizados atualmente. Pode acomodá-los, analiticamente, em quatro modalidades, cujas características variam de forma significativa, embora possam se cruzar e se apoiar umas nas outras. Todas possuem aspectos *objetivos*, relacionados à concretude de sua existência e seus efeitos nas práticas dos sujeitos, e *subjetivos*, pois que ligados à sensação de segurança por eles motivada. Esta divisão, porém, pertence mais à análise do que àquilo que foi etnografado, uma vez que os elementos se encontram imbricados nas experiências dos moradores.

A primeira modalidade é constituída pela atuação de vigilantes formais e informais, e porteiros⁶⁵ que, entre outras atividades, realizam a vistoria de ruas, a vigilância por meio de imagens de câmeras, a abordagem de indivíduos nos condomínios e ruas nos quais trabalham e, neste último caso, o cerceamento do ir e vir daqueles considerados “estranhos” ou “perigosos”. Na sua relação com os moradores, eles são “legitimados” de formas diferentes, como mostrarei ao final da descrição de suas práticas e relações.

Em seguida, chamei de *obstáculos* os dispositivos sociotécnicos utilizados para impedir ou dissuadir invasões e assaltos. Entre eles, pude destacar a utilização de cancelas em ruas fechadas, a construção de grandes muros e, neles, o uso de câmeras, cercas elétricas, concertinas e objetos pontiagudos. Esses recursos variam de acordo com as condições financeiras dos moradores, o que me inclinou a pensar numa distribuição diferencial das estratégias obstacularizantes.

Terceira modalidade, as *redes de proteção* são os desdobramentos securitários dos laços afetivos de amizade e vizinhança. Trata-se de vizinhos que fornecem informações uns para os

⁶⁴ Uma possibilidade de investigação desse discurso seria relacioná-lo a uma tentativa de manipulação discursiva de uma *identidade deteriorada* (GOFFMAN, 1988). Não sendo o objetivo central deste estudo realizar uma análise da representação do *self*, me abstive da discussão.

⁶⁵ Lopes (2011) sugere chamar esses agentes de “sentinelas”, diferenciando-os dos vigilantes. Para preservar a faceta antropológica desta pesquisa, preferi utilizar a forma de classificação reproduzida pelos moradores da Várzea.

outros e, nesse sentido, ajudam a majorar as estratégias de prevenção contra situações de violência, abrandar as percepções sobre os perigos do bairro e, em alguns casos, transferir seu *capital social* (BOURDIEU, 2017) acumulado para outros moradores. Essas redes de proteção podem estar apoiadas em diferentes elementos, como o uso do espaço urbano ou a vinculação a grupos de moradores de condomínios e ruas fechadas.

Inspirado em Erving Goffman (2012, p.118), chamei de *tramas* a quarta modalidade analisada: um conjunto de técnicas acionadas pelos moradores para dissuadir possíveis assaltantes. Por meio delas, eles fingem possuir condições de se opor a possíveis violações ao seu corpo ou à sua propriedade. Entre as tramas mais comuns, estão: mentir sobre a existência de armas ou câmeras nas suas casas, indicar que conhecem alguém temido no bairro e, no caso de algumas mulheres, mentir a estranhos sobre a presença de homens em casa.

De diferentes modos, todas as estratégias se apoiam em uma racionalidade fundada na ideia do criminoso como um ator racional. O que seus agentes fazem é diminuir as possibilidades das ações e ganhos dos transgressores, pois, além de desacreditarem quase completamente no Estado, vêem o crime como um dado *normal*. David Garland (1999; 2014) chama estas formas securitárias de *criminologias da vida cotidiana*, pois que ligadas a uma série de mecanismos acionados corriqueiramente, como colocar travas em automóveis ou investir em sistemas de vigilância eletrônica.

As criminologias da vida cotidiana emergiram durante os anos 1970 e 1980 como uma série de técnicas securitárias desenvolvidas fora do Estado, uma resposta à ineficiência policial na resolução do problema do crime. No mesmo passo, essas criminologias ganharam uma ampla justificação teórica, por exemplo, nas teorias da “escolha racional” e das “atividades rotineiras” e nas ideias de “crime como oportunidade” e de “prevenção situacional do crime” (GARLAND, 1999, p.64).

Ainda segundo Garland, tais formas securitárias expressam certo ceticismo sobre a atuação estatal. Em vez de um ideal de segurança pública, elas focam em micro ações preventivas e dissuasórias.

Essa abordagem não reivindica mais o papel principal no campo do controle da criminalidade. Ela tampouco pretende um recrudescimento da repressão social e do domínio de si. Ao invés disso, ela procura promover um novo estilo de “engenharia situacional”, ali onde a “engenharia social” fracassou. (GARLAND, 1999, p.66)

Com as criminologias da vida cotidiana, a segurança torna-se cada vez mais individualizada e, em grande parte dos casos, relacionada ao mercado (ABRAHAMSEN; WILLIAMS, 2009, p.5), que atua suprindo a demanda social, mas também produzindo-a por meio da gestão dos sentimentos de risco e insegurança. Por outro lado, aqueles que estão excluídos do mundo do consumo recorrem a outros mecanismos – como alguns dos que apresentarei a seguir.

Ao analisar tais criminologias, fui obrigado, tal como aqueles que estudam a pluralização da segurança (p.ex., LOADER, 2000), não apenas a me distanciar da perspectiva que encara o controle social como uma incumbência apenas da polícia, mas a desatrelar *parcialmente* a produção de segurança da noção de *policimento*. Isso porque muitas das práticas apresentadas a seguir não estão baseadas na atuação de sujeitos profissionalmente e/ou conscientemente direcionados para as funções securitárias.

Se, ainda neste ponto, definirmos *policimento* como a atividade de provisão de segurança coletiva (e, nalguns casos, individual) realizada por agentes habilitados e/ou orientados para tal objetivo⁶⁶, apenas o trabalho dos vigilantes da Várzea poderia ser classificado de tal forma. Em consequência, o estudo carregaria o déficit de não incorporar as práticas de agentes sem formação profissional ou que não estão direcionados para o problema da segurança – como os moradores (com seus obstáculos, redes e tramas) e os porteiros de ruas e condomínios que, a despeito de não serem considerados vigilantes ou guardas, exercem tarefas semelhantes às destes.

4.1 Vigilantes e porteiros

A contratação de segurança privada é o sintoma mais evidente da preocupação securitária dos moradores nas últimas décadas. Alguns deles relatam que os vigilantes informais, móveis e fixos, conhecidos como *guardas do apito*, já eram personagens corriqueiros nos anos 1980. Mesmo com uma presença bem menor que na atualidade, eles compunham o cenário deste e de outros bairros durante as noites.

⁶⁶ Neste caso, incluiria o policiamento pelo Estado, realizado somente pela polícia, as formas de policiamento misto (público e privado) e o policiamento civil. Em todos os casos, tratam-se de indivíduos diretamente vinculados ao problema da segurança. No caso estudado, há aqueles, como os porteiros, que acreditam apenas realizar as tarefas ligadas a essa função primeira. Isto é, acreditam que somente abrem e fecham portões e veem quem entra e sai, mesmo que controlem a saída e a entrada de estranhos e abordem visitantes desconhecidos.

Atualmente, os agentes do policiamento privado são personagens ainda mais presentes no bairro. Realizando atividades diferentes, correspondentes às ruas/condomínios e estabelecimentos comerciais nos quais trabalham, eles podem ser vistos em três das quatro microrregiões pesquisadas⁶⁷. Doravante, apresento seus modos de atuação e, em seguida, as formas pelas quais são diferencialmente legitimados pelos moradores.

4.1.1 Protegendo os outros

Na Zona 2, uma dupla de vigilantes fornece segurança para as ruas Mário Pederneiras e Teixeira de Freitas e para algumas poucas casas da Rua Amaro Gomes Poroca. O serviço é comandado por um homem, que chamarei de Clodoaldo, na faixa dos cinquenta anos. Apesar de sua ampla experiência nessa função, ele e seu(s) contratado(s) não estão vinculados a nenhuma empresa habilitada a oferecer vigilância. A informalidade do seu trabalho é um exemplo recifense de um fenômeno que ocorre tanto no Brasil (LOPES, 2011, p.104) como em outras partes do mundo (VOLKOV, 2000; MARKS; BONIN, 2020).

O serviço é oferecido entre 18 e 00 horas, horário em que a grande maioria dos moradores volta do trabalho – podendo se estender quando algum deles precisa chegar mais tarde. Clodoaldo e seu funcionário disseram que o turno foi escolhido por causa da maior possibilidade de roubos de carros e invasões à noite. Alguns poucos episódios nesse sentido foram relatados pelos residentes. Em todos, a volta para casa se mostrou um momento de “vulnerabilidade” para eles e de grande “oportunidade” para os assaltantes.

Afora a constatação da existência objetiva dos casos de assaltos, pude perceber que suas interpretações por parte dos vigilantes e moradores estavam alicerçadas numa visão do criminoso como um agente racional, premissa semelhante àquela que motivou a ideia de *prevenção situacional do crime* (CLARKE, 1997) em países como os Estados Unidos e a Inglaterra durante a segunda metade do século XX. No entanto, constatei que no caso estudado não houve uma “substituição” de uma mentalidade que privilegiava a ação repressiva por uma racionalidade simplesmente inclinada às ações ambientais, isto é, às ações de dissuasão através da modificação dos espaços físicos. Em vez disso, entre os moradores e seus contratados coexistiam mentalidades que ensejavam a representação do criminoso como um *Outro*

⁶⁷ Apenas o Campo do Banco (Zona 1) não possui vigilantes contratados.

irracional, para o qual dever-se-iam destinar as práticas mais violentas e irracionais, e, por outro lado, a representação do criminoso como um agente racional comum, semelhante aos próprios moradores. Isto motivava uma ação securitária ao mesmo tempo repressiva e dissuasiva, a depender do contexto e do alvo.

No meu primeiro contato com Clodoaldo e seu funcionário, cheguei ao local por volta das dezoito horas. Ao não observar nenhum dos guardas na Rua Amaro Poroca, via pela qual eu estava caminhando, entrei numa das ruas onde está uma das cabines implantadas e utilizadas por eles. Lá encontrei um homem vestindo o uniforme, um colete preto indicando sua função, e guardando seus objetos pessoais. Depois que me apresentei e citei a pesquisa que estava realizando, ele afirmou que seria melhor eu falar com “a outra pessoa”.

Sem que eu precisasse me deslocar até a “outra pessoa”, Clodoaldo logo chegou para saber do que se tratava. De baixa estatura, cabelos brancos e postura firme, o homem aparentava ter entre 50 e 60 anos. Como o outro, também vestia colete e calça pretos, como que imitando os vigilantes de empresas legalizadas. Seu *ethos* me lembrou os *one-man shows* descritos por Diphoorn (2015, p.315), personagens da segurança privada sul-africana dos anos 1980. Com uma atuação ao mesmo tempo intrépida e desregulada, esses homens ganhavam notoriedade entre os moradores ávidos por segurança. Por conta da ausência de oportunidades, Clodoaldo não usava da força como os vigilantes estudados pela antropóloga, mas tentava demonstrar coragem e virilidade em cada conversa e situação.

A ele repeti o que disse ao guarda e, ao final, perguntei se podíamos conversar. Sem responder, falou que trabalha naquelas ruas “há uns 20 anos”. Disse, ainda, que os moradores podem adquirir o serviço – que é oferecido em outros em outros lugares (Fotografia 2) –, mas que a mensalidade não é obrigatória, apenas aqueles que “acham que ele merece” é que devem pagá-la.

Depois de alguns dias, soube que, diferente do que disse nesse primeiro momento, o seu serviço é oferecido há 10 ou, no máximo 15 anos. Segundo os moradores, o homem chegou ao local para vigiar os carros dos frequentadores de um Centro Espírita que funciona na Rua Amaro Poroca – antes trabalhava nos “Lotes”, uma outra região do bairro da Várzea. Os veículos ficavam estacionados na Rua Mário Pederneiras e, por esse motivo, ele se tornou conhecido não só entre os frequentadores do Centro, mas entre os residentes da área.

Logo depois contou que buscou um outro homem para ajudá-lo no serviço. Perguntou a alguns conhecidos que já trabalhavam com segurança e, depois de um tempo, um aceitou o

emprego. Este ficou por menos de um ano, pelo que Clodoaldo me contou. Em seguida foi substituído por uma pessoa sem experiência com segurança, que também trabalhou por pouco tempo. Independentemente da veracidade de suas histórias, a rotatividade dos seus “funcionários” é evidente. Entre os anos de 2018 e 2019 soube de, pelo menos, três trocas. Na última vez que conversamos, seu filho é que estava trabalhando naquela função. Neste e em outros casos, os sujeitos não possuem experiência no campo da segurança, se limitando a fazer o que o “chefe” orienta.

Fotografia 2 - Cartão de vigilante informal da Zona 2



Autoria própria

Segundo o vigilante e todos os moradores antigos com os quais conversei, há 10 anos atrás os crimes eram mais frequentes naquela região. Roubos de carros, invasões a casas e assaltos, tanto na avenida principal quanto nas ruas que a cruzam, eram corriqueiros. Os crimes aconteciam principalmente à noite. Diante disso, parte dos moradores da Rua Mário Pederneiras pediu ao vigilante para que fizesse a guarda do local nesse turno.

Depois do pedido dos residentes, o homem logo tratou de organizar seu trabalho. Para funcionar como uma espécie de guarita, instalou uma cabine na mesma rua onde vigiava os carros. Utilizando-a como um tipo de “base”, que chama de “escritório”, é lá que guarda seus objetos pessoais e permanece sentado numa cadeira durante parte do serviço. Com letras pintadas, nela há um aviso de que funciona como posto de segurança e, ao lado, está o apelido pelo qual Clodoaldo é conhecido (Fotografia 3).

A implantação da cabine não aconteceu sem oposição de alguns moradores, que não permitiram a instalação nas suas calçadas. Clodoaldo, então, a colocou em frente à casa de um dos seus contratantes. Ela está numa posição estratégica: numa esquina que dá acesso ao Campo do Banco – local estigmatizado pelos seus clientes da Zona 2. Tempos depois de instalar, colocou outra cabine na outra rua onde oferece segurança; ela tem as mesmas características da primeira e está no início da via, próxima à esquina com a Rua Amaro Gomes Poroca.

Como disse, a maior parte dos que pagam pelo serviço estão nas ruas Mário Pederneiras e Teixeira de Freitas. Elas são, na quase totalidade, residenciais. Possuem, no entanto, duas diferenças: uma é pavimentada e a outra não; uma dá acesso ao Campo do Banco em seu final, enquanto a outra é fechada, de modo que suas saídas são apenas a Avenida Amaro Gomes Poroca e uma pequena rua que a cruza em sua metade e conduz à Rua Adauto Gomes Barbosa, na Zona 1. Isto muda o percurso de patrulhamento dos vigilantes, pois na rua fechada não é necessário ir até o final para fazer a segurança, basta ficar numa esquina que dá acesso ao Campo do Banco para ter a visão do local. Na via em que o seu final é nesta comunidade, os vigilantes costumam caminhar até a sua extremidade.

Além de sentados na frente da cabine, na maioria das vezes os vigilantes ficam em outros lugares das três vias onde trabalham. Nesse tempo, conversam sobre assuntos pessoais e profissionais com os moradores que passam. É dessa forma que informações sobre os últimos acontecimentos nas ruas e no bairro lhes são transmitidas. É também dessa forma que os guardas se tornam grandes conhecedores das ruas, pois, além do que vêem, escutam muitas histórias dos moradores sobre si mesmos e sobre os seus vizinhos.

As formas de atuação desses homens estão fundadas sobre a consciência de que sua presença é um modo de evitar crimes. Além da dissuasão, as poucas abordagens que precisam fazer, em circunstâncias muito específicas, se baseiam em repertórios de ação construídos pela experiência na área. Nesse ponto, o chefe dos guardas me disse que trabalhou em diversos estabelecimentos comerciais, sempre informalmente. Essas experiências o fizeram conhecer diversos outros guardas, além de alguns policiais que também faziam o mesmo serviço nos dias de folga⁶⁸. Segundo ele, esse *know how* aliado à troca de informações com outros guardas o fez desenvolver certa “intuição” a respeito de quem ou quais situações podem oferecer perigo.

⁶⁸ Para a análise das estimativas de agentes da segurança pública que trabalham como vigilantes, ver Lopes (2011, p.105).

Fotografia 3 - Cabine de vigilância na Rua Mário Pederneiras (Zona 2)



Autoria própria

Quando perguntei sobre quais tipos sociais podem representar esse “perigo”, a resposta foi muito semelhante às dos moradores da Zona 2, para quem oferece seu serviço. Disse que são indivíduos pretos e com um determinado estilo de roupas: bonés cobrindo parte do rosto, cordões, tatuagens e certo comportamento no espaço urbano, como andar balançando demasiadamente os braços e olhar de um jeito “mal-encarado”.

O trabalho é perceber se esses sujeitos estão passando pela rua e se podem praticar algum delito. No entanto, o fato de conhecer parte dos moradores do Campo do Banco (Zona 1) faz com que, mesmo estigmatizando seus modos de se vestir e agir, semelhantes aos da descrição anterior, desmistifique a associação entre eles e o crime. Muitos desses sujeitos, inclusive, tornam-se “conhecidos”, sendo parceiros de conversas cotidianas e cumprimentando-os quando atravessam as ruas.

Quando, porém, os indivíduos possuem um perfil marginalizado, não são conhecidos e atravessam o bairro é que costumam ser enquadrados no perfil de “estranhos” e apresentar, para os guardas, alguma periculosidade. Nesse caso, a discreta dissuasão é substituída por uma abordagem mais incisiva. De início, os vigilantes perguntam se o sujeito conhece ou está

procurando alguém na rua. No caso de resposta afirmativa, procuram orientá-lo a chegar à casa do conhecido. Se não, perguntam o que está fazendo por ali. Nesse segundo caso, a situação pode se desdobrar em ameaças ou agressões físicas, com o objetivo de retirar o indivíduo da rua e causar-lhe medo de voltar.

O vigilante contou que a maior parte das poucas abordagens que fazem têm como alvo um tipo específico, os “noiados”. Tratam-se, para ele, de indivíduos pobres e viciados em alguma substância ilícita, que utilizam os ganhos de seus roubos para satisfazer a dependência química. Suas ações violentas costumam ser menos arquitetadas e visam objetos de pequeno valor. Os noiados foram por ele diferenciados dos “bandidos”, pois estes, ao contrário, planejam melhor suas ações e investem em propriedades de médio ou grande valor, como os carros dos moradores da Zona 2. Enquanto os noiados são facilmente combatidos com práticas dissuasivas e pequenas abordagens, segundo Clodoaldo a perspicácia dos bandidos os torna alvos mais problemáticos, pois costumam atuar nas frestas das estratégias securitárias usadas pelos “cidadãos de bem”.

Boas relações são cultivadas entre esses vigilantes da Zona 2 e os policiais que patrulham a região. Clodoaldo contou que conhece alguns deles e também agentes que trabalham em outros lugares da cidade. Nesse último caso, porque, como eu citei, já teve experiências com policiais que atuam como vigilantes em horários de folga. No ano de 2019 pude ver diversas vezes viaturas policiais estacionadas em frente à cabine, mesmo que no local não estivesse acontecendo nenhuma ação da polícia, tampouco fosse próximo aos restaurantes que os policiais costumam frequentar na região.

Porquanto as boas relações sejam a tônica da ligação entre policiais e vigilantes, um caso de conflito entre eles me foi relatado. O chefe da vigilância me disse que policiais “novos” o abordaram, perguntando o que estava fazendo ali. Ao verem que estava armado, ameaçaram prendê-lo. Diante disso, tentou negociar com os agentes e, não conseguindo, acionou outros “contatos” seus na polícia. Sem sucesso, optou por confrontar os policiais respondendo desaforadamente as perguntas feitas. Ao ser questionado sobre a arma que possui, por exemplo, disse o lugar onde comprou e que, caso eles a apreendessem, iria voltar para comprar outra. Porém, a situação foi se acalmando aos poucos e, falando sobre sua relação com os demais policiais da região, conseguiu que tudo se apaziguasse.

Essa foi a segunda vez que ele me falou da existência da arma. Na primeira, disse que estava ensinando o seu funcionário da época a dirigir. Depois de algum tempo, deixou o homem

sozinho no seu carro, para treinar a condução. Este, no entanto, bateu o automóvel contra a parede de um morador. Preocupado, Clodoaldo pensou que o barulho era do disparo da arma que estava no carpete do seu carro.

O objeto não fica visível para os moradores – pode ter sido descoberto pelos policiais depois de algum tipo de revista ou acesso às cabines, pois, quando não a guarda no carro, a esconde nessa instalação. Apesar de tê-la há bastante tempo, ele não possui porte para tal. E, mesmo possuindo, seu uso seria irregular, uma vez que Clodoaldo não tem autorização para oferecer serviços de vigilância armada.

Para alguns moradores, esses guardas são “como se fossem” a polícia. A eles que recorrem quando há algum problema. Ao perguntar a uma moradora sobre a polícia, ela disse “está ali” e, em seguida, apontou para a cabine de Clodoaldo. Neste caso, as fronteiras entre o público e o privado são borradas (cf. DIPHOORN, 2015, p.323) no mundo simbólico, como nesse tipo de percepção; e nas práticas, pois, além de atuarem informalmente, possuem armas sem autorização estatal e podem agir com um recurso à violência que é restrito à polícia.

Na Zona 2, um conhecido restaurante possui guardas que também atuam como *flanelinhas* nos turnos da tarde e da noite. Na frente do estabelecimento e protegidos por um guarda-sol, os homens ficam sentados, por vezes conversando com moradores que passam. A maioria possui entre 40 e 60 anos e trabalha há bastante tempo no lugar. Diferentemente dos vigilantes das cabines, eles não utilizam arma nem fazem ronda, apenas atuam dissuasivamente observando quem atravessa a rua ou entra no restaurante.

Como mostrarei no próximo tópico, apesar da discricção do serviço, muitos moradores acreditam que esses homens melhoram a situação da rua, pois, independentemente de possuírem condições físicas ou habilidades para se oporem a criminosos, sua presença e a confiança que geram aumenta a sensação de segurança dos passantes e residentes.

Ainda na mesma zona, alguns dos moradores contratam vigilantes motorizados que patrulham as ruas à noite e, tal como os *guardas do apito*, são conhecidos por buzinar quando passam na frente das casas que protegem. Eles são funcionários de empresas de segurança legalmente habilitadas a fornecer o serviço. Por isso, seus contratantes acreditam que o trabalho é “mais profissional” que o dos guardas das cabines e dos que estão no estabelecimento comercial. Porém, ao contrário destes, os vigilantes motorizados não possuem relações de proximidade com os residentes, nem sabem de suas impressões sobre seu trabalho, apenas passam na rua, vistoriam e buzina para avisar sobre sua presença.

Na maioria das vezes, fazem as rondas a partir de determinada hora da noite. Não costumam passar mais que um minuto em cada rua, a não ser que algum morador ligue e faça algum pedido, como fornecer segurança em determinada hora, ou que, os vendo passar, solicitem que fiquem até guardar o carro, por exemplo. Afora esses casos, muitas vezes as patrulhas passam despercebidas até para os residentes.

Na Zona 3, apenas um estabelecimento comercial possui vigilante. Funcionário de uma empresa regularizada que, entre outros serviços, oferece vigilância patrimonial, ele trabalha os três turnos, isto é, durante todo o horário de funcionamento do local. Tal como os vigilantes das cabines da Zona 2, utiliza um colete preto, indicando a sua função no estabelecimento.

Este homem fica parado na entrada principal do lugar. Apenas observa aqueles que estão entrando, a fim de saber se estão com mochilas, pois podem guardar mercadorias nelas, e se possuem um “estereótipo criminal” – o mesmo reproduzido pelos vigilantes da Zona 2. Alguns dos clientes mais frequentes falam com o vigilante, fazendo brincadeiras ou simplesmente o cumprimentando, raramente as interações passam disso.

Quando precisa atuar é para imobilizar alguém que tenta furtar algum produto. Nesses casos, segura o indivíduo, agride fisicamente e, em seguida, espera a polícia chegar. Quando aquele que aspirou o crime é, como na narrativa dos vigilantes da Zona 2, apenas um “noiado”, o põe para fora do estabelecimento, tentando causar medo no sujeito.

A maioria dos contatos que esse vigilante tem são com um sem-número de pedintes e indivíduos dispostos a carregar as compras dos clientes até os seus carros ou casas. Também como os vigilantes informais da Zona 2, que desenvolvem relações mesmo com indivíduos cuja aparência é por eles marginalizada, o funcionário do supermercado tem uma postura bastante moderada com os meninos pretos e pobres que pedem ou oferecem serviços na frente do estabelecimento. Em alguns casos, cheguei a vê-los se cumprimentando ou falando rapidamente.

Os demais pontos comerciais da Zona 3 não utilizam segurança presencial. Em compensação, alguns deles possuem câmeras de vigilância, enquanto os que não têm nem vigilantes nem dispositivos eletrônicos utilizam meios mais baratos, como grades que circundam todo o local.

A Zona 4 é aquela com maior número e diversidade de agentes securitários não estatais. Nas suas duas ruas fechadas, os porteiros são responsáveis por essa tarefa. Em uma delas,

revezam durante o dia e começo da noite, enquanto um vigilante contratado por uma empresa privada atua durante a madrugada e a noite. Mais do que os vigilantes desta e das outras zonas, esses porteiros são bem conhecidos pelos moradores e gozam de bastante confiança entre eles.

Em uma das ruas fechadas, os fortes laços são resultado do tempo em que os porteiros trabalham no local. Vários moradores contaram que o conhecem desde criança e que, por esse motivo, confiam quase completamente no homem. A confiança foi transferida para o seu filho, que hoje também trabalha no local. A relação deles com os moradores parece “familiar” em sentido amplo, pois conhecem suas histórias, seus parentes e interagem cotidianamente.

Esses homens costumam ficar sentados na entrada principal das ruas e condomínios. Embora exista uma guarita no local, colocam cadeiras próximo ao portão, assim podem conversar com seus contratantes e com os moradores das imediações. Durante o dia, eles são menos desconfiados quanto à presença de visitantes. Em alguns casos, apenas perguntam quem estão querendo encontrar – por vezes querendo ajudar, por vezes desconfiando do perfil dos que entram na rua.

A partir de certo horário, os portões são fechados. Para entrar, visitantes precisam se identificar. Nesses momentos, quem está na portaria da rua citada não são os porteiros, mas um vigilante de uma empresa de segurança que atua em outras áreas da Várzea. Este faz o mesmo serviço dos porteiros antigos, no entanto possui, na visão dos moradores, melhor treinamento para a realização da tarefa. Ao contrário dos outros, ele fica na guarita, pois nesse horário não há com quem conversar.

Em outra das ruas fechadas, os porteiros fazem o papel de vigilantes durante o dia e as madrugadas. Eles não utilizam fardas, nem indicações explícitas de que realizam a segurança. O seu trabalho é semelhante ao dos guardas acima apresentados, com a diferença de que estes não precisam abrir ou fechar um portão, mas uma cancela. Cerrada em certa hora da noite, os visitantes precisam se identificar para entrar de carro ou caminhando.

Em um condomínio de edifícios da Zona 4, atuam dois porteiros, um em cada entrada. Bastante conhecido e antigo na região, é quase inteiramente habitado por moradores mais velhos e por aqueles que estudam ou trabalham na UFPE. Em cada turno, Júlio e Alfredo trabalham nas entradas da Rua Francisco Lacerda e da Praça do Rosário. Apenas o primeiro tem acesso a uma guarita, o outro fica numa espécie de corredor, por onde os moradores caminham depois de passarem pelo portão.

Também nesta zona, a maioria dos vigilantes são bastante antigos no local, Alfredo chegou a me falar que está lá há trinta anos. Soube, conversando com esse e outro porteiro, que nos anos 1990 eles não faziam o mesmo trabalho de hoje, mas atuavam como seguranças. Na época, andavam armados pela extensão do condomínio. Armas, segundo eles, compradas pelos próprios moradores. Ainda sobre isso, contaram que na época era mais fácil adquirir uma, pois a “fiscalização” não era tão intensa. Também Júlio, segurança do mesmo condomínio, acha que hoje há mais obstáculos legais para obterem revólveres e poderem atuar armados. Atualmente, a ação desses porteiros é semelhante à dos que trabalham nas duas ruas fechadas da mesma Zona 4.

O conjunto de vigilantes e porteiros apresentados não se comunica entre si – cada um atua direcionado apenas para as suas respectivas ruas, condomínios e/ou estabelecimentos comerciais. A governança da segurança se concretiza mesmo com tal desarticulação, funcionando como uma espécie de rede frouxamente articulada, tal como teorizada por Martin (2012, p.148). Isso explica e justifica a divisão analítica em zonas espaciais, pois cada uma delas funciona como um microterritório, cujo ordenamento oscila entre padrões comuns, compartilhados por todas, e mecanismos singulares, relacionados às condições socioeconômicas dos moradores, à infraestrutura das ruas e as consequentes regularidades interacionais.

Estas informações também ilustram o processo de individualização e mercantilização da segurança, uma vez que os agentes da violência estão mais interessados nos “clientes” do que na proteção do bairro. Com efeito, em todos os casos apresentados cria-se uma divisão entre “fora” e “dentro” das ruas e condomínios vigiados, tal como nos espaços comunais estudados por Shearing e Wood (2003). Embora esta dicotomia possa se romper nas interações entre o precariado e as classes médias, ela permanece nos discursos e é, de algum modo, um padrão de ordenamento dos modos de pensar e agir dos vigilantes, porteiros e moradores.

4.1.2 Duas formas de legitimação: sobre as relações entre moradores, vigilantes e porteiros

Os motivos para a contratação dos agentes de segurança e os modos pelos quais os moradores se relacionam com eles variam significativamente de zona para zona. Apresento, agora, os processos de “legitimação” da atuação dos vigilantes e porteiros. Por legitimidade, entendo “o direito de governar e o reconhecimento desse direito por parte dos governados”

(JACKSON; BRADFORD, 2010, p.1)⁶⁹. A despeito da dualidade dessa definição, neste tópico analiso apenas o segundo aspecto.

Como descrevi no capítulo anterior e na introdução, a Zona 2 é deserta durante o dia e à noite. O déficit no uso do espaço urbano, aliado à má iluminação e à proximidade de uma região mais pobre e estigmatizada, causa uma grande desconfiança nos moradores. A semelhança entre as causas apontadas para a utilização de recursos securitários, porém, não fomenta a legitimação dos mesmos profissionais e tipos de policiamento.

Parte dos moradores que pagam pelos serviços de guarda motorizada justificam essa escolha recorrendo ao fato de os vigilantes serem “treinados” e pertencerem a empresas legalizadas, em contraposição aos vigilantes informais. A maioria daqueles que entrevistei e conversei informalmente, contratou esses serviços nos últimos quinze anos. Antes, suas casas não possuíam segurança privada formal e, em maioria, tinham apenas obstáculos rudimentares. Nessa época, optavam por mudanças na estrutura física das residências, adotando portões mais fechados e usando de objetos pontiagudos nos muros.

Outros moradores da Zona 2 adquiriram o serviço de guarda motorizada por acaso. Falaram que funcionários das empresas passaram na rua oferecendo o serviço e distribuindo panfletos. Ao saberem que o valor era baixo, o contrataram mesmo não acreditando completamente na sua eficácia na prevenção de crimes. Para eles, a efetividade desse serviço decorreria apenas da dissuasão provocada, pois os indivíduos temem praticar crimes quando sabem que uma casa é vigiada. No mais, essas pessoas repetiram um mesmo jargão: “é melhor ter que não ter”.

Ambos os tipos de moradores, os que buscaram o serviço e os que contrataram por acaso, acreditam que a dissuasão pode começar com os adesivos das empresas colados nos muros de suas casas. É como se a presença das logomarcas, com o nome do serviço e a figura de um guarda, já fosse um meio de alertar os *bandidos* para o risco que correm em casos de invasões e assaltos. Tal qual outros anúncios e placas, como os que afirmam a presença de animais agressivos, os adesivos “assustariam” os transgressores.

De modo geral, todos os moradores da Zona 2 aprovam a atuação dos vigilantes motorizados. A legitimação do seu trabalho, porém, decorre muito mais da confiança no suposto

⁶⁹ O conceito de Jackson e Bradford foi originalmente acionado para entender os processos de legitimação da polícia. Uso para analisar as relações entre os agentes da segurança não estatal e os moradores, sob a justificativa de que os primeiros, tal como a polícia, fazem o uso da violência “legítima”. O mesmo vale para o estudo de Tyler (2006), citado ao final do tópico.

profissionalismo do que no conhecimento de suas formas de patrulhamento. Cheguei a esta conclusão depois que ouvi que não conhecem, ainda que *de vista*, os patrulheiros das suas ruas, tampouco os horários em que fazem o serviço. Muitos dos contratantes sequer sabem se os profissionais utilizam ou não armas de fogo, por exemplo

Nos momentos em que os guardas passam pelas ruas, os moradores da Zona 2 já estão trancados em suas casas, em razão do horário. Nas minhas observações, raros foram os momentos em que ambos estavam no espaço urbano. Nestes, os residentes estavam voltando para casa em seus carros próprios, táxis ou serviços privados de mobilidade. Nessas circunstâncias, os guardas esperavam os moradores entrarem em casa para, em seguida, continuarem o patrulhamento pela região. Contratantes e contratados apenas acenavam uns para os outros, sem haver qualquer tipo de proximidade ou diálogo.

A relação dos moradores com os guardas motorizados é, com efeito, semelhante à que têm com a polícia. Alimentam uma esperança muito pequena na sua eficácia, não costumam dialogar ou aprofundar laços com os seus agentes da ponta e, por outro lado, inexistente algum tipo de *accountability* – isto é, de transparente prestação de contas – por parte das organizações/empresas. A única relação de proximidade entre esses atores é no dia de pagamento, quando um encarregado busca o valor pessoalmente. Nesses casos, a maioria dos contratantes se limita a dizer se gosta ou não dos serviços e o que está faltando. A segurança motorizada não estatal é, portanto, pouco regulada pelos seus consumidores, sendo os modos de patrulhamento e de atuação dissuasiva e repressiva decididos pelas próprias empresas.

Na Zona 2, a maioria dos moradores confia mais no trabalho dos vigilantes informais do que no dos vigilantes motorizados – e até mesmo no da polícia –, no entanto não há uma aprovação unânime de sua atuação, por motivos diversos. Os que contratam acreditam que os guardas protegem suas ruas em relação a alguns moradores jovens e pretos do Campo do Banco. Outra justificativa é a de que eles “dão cobertura” a quem chega em casa durante horários avançados da noite. Estas situações são temidas pela maioria dos moradores, pois a necessidade de descerem de seus carros para abrir o portão, ou mesmo esperar para que um familiar os abra, gera, segundo os próprios, certa vulnerabilidade e facilita roubos de veículos e invasões às residências.

É interessante constatar que, entre os que aprovam a atuação dos vigilantes informais, é o frequente contato com esses homens que motiva as relações amistosas e a sensação de segurança. Essa informação vai de encontro a algumas pesquisas quantitativas sobre as formas

de legitimação da polícia (p.ex., COSTA; DURANTE, 2019, p.11), segundo as quais o estabelecimento de contato entre os agentes da ordem e a população diminui a sensação de segurança deste segundo grupo. Uma hipótese aventada para essa diferença de reação está no fato de que as populações que têm contato mais frequente com a polícia são aquelas que, por condições étnicas e sociais, são seus alvos preferenciais, enquanto as populações mais próximas dos vigilantes informais são aquelas que usufruem da sua proteção.

Os que não gostam do trabalho dos guardas remetem suas críticas à “imposição” feita pelo vigia principal. Isso porque Clodoaldo fixou duas cabines, uma em cada rua que atua, de modo independente de parte dos moradores e das autoridades públicas. Se para os seus contratantes isto representa a boa vontade profissional, para os críticos é uma tentativa de pressionar a população a pagar pelo serviço e, em certa medida, de cercear o espaço urbano.

Falando a respeito dessa “imposição”, uma moradora acredita que os mesmos agentes informais da segurança podem gerar “insegurança” nos casos em que são contrariados: “rola aquela coisa: não pagar e começar a aparecer assaltos” (BEATRIZ, ZONA 4). Além disso, apontou a seguinte hipótese:

Eu acho que [o morador] fica mais vulnerável. Você fica com um certo medo também, porque a pessoa sabe toda a sua rotina, que horas sai, que horas não sai, quem sai, os filhos, que horas chega. Então eles podem lhe proteger ou podem passar toda a orientação do que você faz da vida, né? Então ali, se institucionalizaram por eles próprios. Uma vez que começa, é difícil você tirar. (BEATRIZ, ZONA 4)

Para ela, é como se os vigias fossem acumuladores de conhecimento cotidiano. As informações que possuem tornam-se instrumentos de vulnerabilização dos moradores, na medida em que estes têm suas rotinas completamente expostas para estranhos que podem utilizá-las criminalmente. Relacionando a situação da Zona 2 a outras que vivenciou na cidade do Recife, um residente da Zona 4 reafirmou a relação entre segurança e insegurança vivida pelos moradores que contratam empresas ou vigilantes informais: “a gente já viu em alguns lugares, tem muitas notícias, e eu já vivi isso também, da combinação do vigia com o ladrão” (JOÃO, ZONA 4). Como no caso estudado por Diphorn (2015, 327), os vigilantes estão numa posição ambígua, pois foram contratados para proteger seus clientes do Outro perigoso, mas podem eles próprios serem vistos como o Outro.

A relação dos moradores com esses vigilantes, apesar da desconfiança de alguns, é amistosa. A maioria deles costuma cumprimentar o guarda principal, além de frequentemente serem vistos conversando animada ou intimamente com ele. O fato de estar na região há muito tempo faz com que seja um antigo conhecido de alguns dos moradores, de modo que sua relação com os demais atores é muito mais horizontal do que aquelas dos guardas motorizados. O próprio vigilante se refere aos residentes como amigos e, nas várias conversas que tivemos, me contou “intimidades” deles.

Aqueles que aderem ao serviço costumam pagar uma taxa mensal, que varia de pessoa para pessoa. O dinheiro é entregue ao vigia principal, o mesmo que inaugurou o serviço. Ele, em seguida, paga o outro vigilante e fica com a maior parte do valor. Em uma conversa, me disse que chega a ganhar 500 reais de uma das ruas e que o pagamento varia em termos não só de quantidade, mas de data de pagamento. Depois que perguntei aos próprios moradores sobre os valores, pude atestar que a quantia pode, realmente, se aproximar daquela apontada por ele.

Se a relação com a guarda motorizada e com a polícia é marcada pela ausência de interação e de regulação dos residentes, o mesmo não acontece com o serviço dos guardas informais. Além do fato de que mantêm vínculos fortes com alguns dos moradores, eles também ouvem cotidianamente as opiniões sobre o serviço, sobre a tranquilidade das ruas e os problemas enfrentados. Um exemplo dessa interação é o fato de que, a despeito do horário de trabalho comum ser até às 00 horas, muitas vezes este é alargado em razão das necessidades de algum habitante.

Praticamente unânime quanto aos guardas motorizados, a legitimação dos vigilantes informais pelos residentes não é um ponto em comum entre a totalidade dos que moram na Zona 2, pois alguns deles temem os guardas e os vinculam a práticas criminosas. Essa visão negativa, no entanto, não decorre da informalidade destes, mas de uma suposta imposição – por vezes entendida como tentativa de extorsão financeira ou chantagem – implícita na sua ação. Tudo se passa como se, por um lado, houvesse maior regulação de suas práticas em um âmbito microrrelacional e, por outro, a regulação informal os vulnerabilizasse, pois teriam suas informações pessoais compartilhadas e sofreriam algum tipo de extorsão. Como no estudo realizado por Costa e Durante (2019), sobre a legitimação da polícia, a percepção da existência de violência e corrupção entre os agentes da ordem aumenta a sensação de medo. Ainda que por razões diferentes, neste caso as formas de valoração das atividades das organizações estatais e não estatais são idênticas.

No estabelecimento comercial da Zona 2, os funcionários não buscam, diferentemente dos guardas profissionais e da dupla de vigias, mimetizar o *ethos* militar da polícia. Todos os que atuam são apenas homens de confiança do dono do estabelecimento e, além de darem uma “olhada” no lugar, ajudam os clientes a manobram seus carros no estacionamento localizado na rua. Todos os moradores com os quais conversei acreditam que esse serviço é positivo para a área.

Não só os habitantes da Zona 2, mas os do Campo do Banco (Zona 1) acham que o trabalho desses vigias dissuade ladrões e, conseqüentemente, gera maior segurança. Uma das moradoras da comunidade falou que se sente relativamente segura de frequentar bares e ir a festas na região, pois volta andando pela rua do restaurante e lá encontra esses homens, como demonstrou relatando uma experiência:

Teve o Festival de Inverno da Várzea e teve um episódio voltando. Vieram alguns meninos, eu não sei se eles tinham usado droga, alguma coisa mais pesada do que maconha. Eles vinham bem agressivos atrás, batendo nas placas e falando assim: elas ali, ó, são elas. A gente ficou com muito medo. Eu lembro que nesse dia a gente ficou com muito medo, a gente quase correu pra entrar na nossa rua, porque ali é um espaço...Tinha um pessoal do restaurante ali, então a gente já tava mais seguro. (TAÍS, ZONA 1)

Assim como percebeu a antropóloga Tessa Diphoorn (2015, p.323), o trabalho da segurança privada aos poucos está se tornando uma espécie de “bem público” e rompendo a divisão entre estatal e não estatal. Com efeito, seria necessário perguntar o que caracteriza um bem público em cada contexto específico, pois, embora no caso tratado a segurança se expanda para além de um conjunto específico de moradores, em outros contextos a atuação dos vigilantes no espaço público pode ser antidemocrática e nociva para o seu livre uso comum.

Na Zona 4, cujo espaço urbano é amplamente utilizado por grande parte da população do bairro, há três lugares onde os moradores contratam segurança: duas ruas fechadas – uma das quais possui vigias informais durante o dia e vigilantes profissionalizados à noite e outra que tem apenas porteiros – e um grande condomínio de edifícios, onde a vigilância é feita sempre por dois porteiros, em suas duas entradas.

Diferentemente da Zona 2, onde os guardas atuam em espaços de livre circulação, lá são os condomínios e ruas fechados/as que são protegidos/as pelos porteiros e vigilantes.

Mesmo as ruas cerceadas tendo, como determina a legislação, que ser abertas para a circulação da população, na Várzea elas funcionam de modo bem parecido com os condomínios tradicionais. Apesar de supostamente qualquer um poder adentrá-las, seus portões são fechados em determinada hora da noite e, mesmo durante o dia, seus vigias abordam, ainda que moderadamente, certos visitantes “estranhos”.

Os motivos para a contratação dos porteiros e vigilantes também são diferentes daqueles aventados pelos moradores da Zona 2. Para a maioria dos que residem nesses condomínios e ruas, a importância desses homens tem a ver não apenas com a regulação da entrada, mas com a ajuda que dão em determinadas circunstâncias práticas e os alertas sobre questões que envolvem a rua. Além disso, esses funcionários acabam se tornando vigias, na medida em que podem, como eu disse, abordar os visitantes desconhecidos, e ser responsáveis pelos sistemas eletrônicos de segurança.

Parte significativa dos moradores mais novos escolheram morar no lugar por conta dessa segurança das ruas/condomínios fechadas/os. Muitos disseram que tinham uma “boa” visão do bairro, baseada no estereótipo positivo já discutido, mas que a existência de espaços residenciais “fechados” foi crucial. Unindo essa informação às suas experiências nas ruas da região, marcadas pela circulação nos bares e praças, é possível dizer que o problema da segurança na Várzea se apresenta, para eles, de modo diferente, porém complementar, nas ruas/condomínios onde moram e no restante do espaço urbano do bairro. As primeiras necessitam de um tipo de regulação privada e intencional, enquanto nas outras áreas a regulação mais efetiva é a espontânea, baseada no fluxo das pessoas nas Zonas 3 e 4. Esta contradição, porém, não é por eles reconhecida.

No que se refere à legitimação, ainda é possível dizer que ela muda de lugar para lugar e de morador para morador. No condomínio de edifícios, a confiança nos vigilantes está relacionada, principalmente, ao tempo em que trabalham no lugar – os moradores mais antigos conhecem os porteiros há, pelo menos, 15 anos. Aliado ao “bom comportamento” desses trabalhadores, o longo conhecimento os torna parte de uma “rede de confiança”. Falando sobre um dos porteiros, um morador disse:

[...] acho que já nasceu aqui. Trabalham aí desde sempre, né?! Então já conhece todo mundo. Aí eu me sinto seguro. Eu chego em casa, paro o carro, não saio correndo do carro. Tem lugares na Várzea que eu não faço isso. Na

casa da minha mãe eu não fazia isso. (TIAGO, ZONA 4)

A região da casa da mãe do entrevistado é a Zona 2. Mesmo com a presença dos guardas que citei, ele hesitava em sair do carro normalmente quando ia visitar a família, por causa dos assaltos que já aconteciam com razoável frequência no lugar e da ausência de passantes na rua.

Entre os moradores do condomínio de edifícios, há significativas diferenças na confiança depositada nos porteiros e vigilantes. Os mais antigos têm, como no caso anterior, uma relação mais próxima com eles. Muitos disseram que já passaram por diversas situações, em casa e na rua, em que foram ajudados pelos porteiros.

Alguns dos residentes mais novos confiam menos nos guardas. Primeiro, porque não acham que esses homens tenham plenas capacidades de evitar crimes e atuar em confrontos armados, ou mesmo desarmados, com criminosos. Também porque a ocorrência de pequenos furtos, de bicicletas ou objetos de pouco valor, no local faz com que apesar de não ser vista como perigosa, a vida no condomínio seja menos “segura” do que, por exemplo, a das ruas fechadas que citei.

Ainda na Zona 4, as relações entre vigilantes, porteiros e moradores são amistosas. Isto pôde ser percebido nas conversas que têm, principalmente os mais velhos, com os guardas. Diariamente eles são vistos falando sobre assuntos recentes, como as novidades do bairro. Aqueles que saem ou retornam às suas moradias, costumam cumprimentar esses porteiros ou vigilantes e, em não poucos casos, parar para conversas. Isto quer dizer que, dentro de alguns limites, as interações são minimamente horizontais, mesmo que a disparidade de classe e de estilos de vida (WEBER, 1972) seja bastante significativa.

Em suma, foi possível entender que as formas de legitimação se fundamentam mais na atuação dos agentes e organizações do que nos resultados entregues por eles. Tyler (2006), refletindo sobre a legitimação policial, chamou isto de “justeza procedimental”. Este autor mostrou que, apesar de a diminuição de crimes ser sobremaneira importante, o reconhecimento do direito de atuar dos agentes está mais relacionado à maneira como fazem do que à consciência de sua eficácia por parte dos que se valem do serviço. Em um contexto diferente, esta mesma afirmação foi possível depois das minhas observações e entrevistas.

Com efeito, a legitimação dos agentes do bairro acontece de duas formas: 1) “legitimação por profissionalismo”: relacionada ao pertencimento dos vigilantes a uma empresa

de segurança formal, que é, para os contratantes, o significante da organização racional da segurança; 2) “legitimação por proximidade”: derivada dos laços de amizade e afeto que os moradores desenvolvem com vigilantes informais e porteiros. A forma 1) é mais presente na Zona 2, enquanto a forma 2) caracteriza as relações entre moradores, porteiros e vigilantes na Zona 4. Na Zona 3, a vigilância presencial está restrita a um espaço comercial, não sendo objeto de reflexão e julgamento dos moradores, e na Zona 1 não há vigilância presencial contratada.

4.2 Obstáculos

As práticas obstaculizantes podem ser tanto resultantes de tradições incorporadas como de medidas aconselhadas, ou motivadas, por empresas de segurança. Em ambos os casos, trata-se de mostrar aos transgressores estruturas e dispositivos reais de proteção, cuja violação representará risco de morte ou de visibilização incriminatória. Busca-se expor perigos efetivos, representados em sua concretude. Muitas dessas técnicas se encaixam no que o mercado de segurança se refere como “proteção perimetral”.

Como já apontei neste capítulo, o surgimento das práticas obstaculizantes na Várzea aconteceu nos anos 1990. Ele foi percebido no crescimento dos muros e no aparecimento de cercas elétricas e cacos de vidro, das câmeras de vigilância, do fechamento dos portões e grades e no uso de outros dispositivos eletrônicos de segurança. Esta mudança nas fachadas, porém, não aconteceu abruptamente: o que houve foi uma transformação progressiva, que esteve mais ligada à generalização de práticas específicas do que à sua diversificação ao longo do tempo. Apresentarei como esses mesmos recursos são utilizados atualmente⁷⁰.

É possível dizer que os moradores das zonas 2 e 4, ocupadas majoritariamente pelas classes médias, foram os que mais aderiram aos obstáculos. Em muitas das suas casas é comum a existência de muros com mais de um metro e noventa, por exemplo, alguns combinados a portões que impossibilitam qualquer visualização do seu interior.

Chama a atenção o fato, discutido no primeiro capítulo, de que essas regiões possuem modelos distintos de uso do espaço urbano e, em consequência, diferentes percepções sobre segurança. A Zona 4 tem um fluxo de passantes diversificado, marcado pela heterogeneidade

⁷⁰ Relacionarei o uso desses mecanismos às zonas estudadas. No Capítulo 4, exponho esta questão unindo-a ao uso de outros mecanismos e dispositivos.

de tipos sociais. A Zona 2, ao contrário, costuma ser restrita àqueles que lá moram e aos residentes do Campo do Banco (Zona 1), que costumam usá-la como trajeto para as suas casas. Os moradores da primeira costumam se sentir mais protegidos, em razão do intenso fluxo e/ou da presença de segurança privada nas suas ruas e condomínios fechados; os da Zona 2 se sentem inseguros pela razão inversa: o uso deficitário das ruas. Outras causas apontadas por estes são a proximidade da Zona 1 e a insignificante iluminação à noite.

O que, então, *explica* o uso de um mesmo recurso securitário em zonas tão diferentes? Pelos dados colhidos nas observações e entrevistas, pareceu que a construção de muros altos e demais obstáculos à ação criminal é uma aspiração das diferentes classes sociais. Com exceção de parte daqueles que moram nos condomínios ou ruas fechadas, pois já contam com algum tipo de vigilância, a grande maioria dos outros moradores acredita que é importante usar desses mecanismos em quaisquer circunstâncias. O uso, nesse sentido, depende muito mais dos recursos financeiros que dispõem do que da opção por mais ou menos securitização.

Aqui a gente usa só essas grades nas portas. Elas são importantes, mas bom mesmo seria construir um muro bom e colocar uma câmera. Por enquanto não dá pra fazer, a grana tá curta, mas assim que der vamo fazer, pra deixar como essas outras casas aí. É assim: a gente faz o que tem dinheiro pra fazer. Se todo mundo tivesse dinheiro, todas as casas ficariam mais seguras. (FRANCISCO, ZONA 3)

A utilização de recursos securitários é vista como uma prática normal em um contexto em que os crimes contra o patrimônio são vistos também com alguma naturalidade. Porém, a “necessidade” do seu uso só pode ser completamente suprida por uma parte da população, aquela que dispõe de melhor situação financeira. Como as zonas 2 e 4 são ocupadas por indivíduos com maior capital econômico, nelas os recursos obstaculizantes mais sofisticados são mais presentes – nos outros casos, mecanismos mais baratos são usados. Como mostrou Dupont (2004), a diversidade na produção de segurança está homologamente relacionada à posse desigual de recursos econômicos.

Nos muros, altos e baixos, é comum a presença de vidros ou, em alguns casos, cercas elétricas. O primeiro obstáculo é visto tanto nas residências das classes médias como nas habitadas pelo precariado. Sobre as motivações para o uso, os moradores com os quais conversei deram respostas semelhantes àsquelas sobre as *tramas* que apresentarei a seguir. Para eles, esses objetos não são eficazes no combate ao crime, mas servem como “mais um” obstáculo para os que desejam invadir a casa.

Em relação às cercas elétricas, as motivações pareceram diferentes. Os moradores que contratam o serviço acreditam que elas são um inibidor mais efetivo de assaltos. A maioria acha que, independentemente de serem complementadas por câmeras ou outros dispositivos, podem inibir transgressores. A isso muitos deles relacionaram o *risco de morte* para os ladrões⁷¹, em razão da intensidade do choque ao qual ficam expostos. Por outro lado, o fato de os dispositivos normalmente serem instalados por empresas de segurança eletrônica gera maior confiabilidade sobre seu funcionamento e sua eficácia dissuasiva – como se o mesmo processo de “legitimação por profissionalismo” se expressasse também neste caso.

Visível na paisagem das microrregiões 2 e 4, as câmeras também são elementos importantes na paisagem securitária do bairro. Na maioria das residências, costumam monitorar o portão de entrada e/ou parte da calçada. A ideia dos moradores que as utilizam é ter uma visão de toda a entrada, para que, além de estranhos que possam interfonar ou chamar por alguém, possam visualizar possíveis invasões através de outras partes dos muros.

Na Várzea, o uso de câmeras tornou-se mais frequente na década de 2010, como me revelaram as entrevistas e fotografias do bairro. Apesar do *boom* da vigilância eletrônica durante os anos 2000 no Brasil, e os anos 1990 no mundo (TAKALA, 1998), nos subúrbios do Recife esses dispositivos só se tornaram mais presentes nos últimos anos, em razão do crescimento do mercado de segurança e da ascensão social de contingentes médios da população.

Nos ambientes cerceados, a presença de câmeras é significativa. Em uma das ruas, elas foram colocadas em diversos pontos, para monitorar a entrada e a saída dos moradores e passantes (Fotografia 4). O síndico⁷² de um desses condomínios me falou a respeito:

Eu mantenho cinco câmeras na entrada. Nos dois postes da frente, numa árvore que tem mais pra cá, uma que é mais forte – mesmo assim tô pensando em colocar uma melhor pra pegar a placa do carro. E na frente tem um apartamento novo que tem mais duas, que pegam a pessoa vindo e a pessoa indo. Aí a gente sabe mais ou menos.

Um dado curioso é que, mesmo com esse *big brother* em miniatura, alguns dos

⁷¹ A corrente elétrica que sofre aquele que toca uma cerca produzida por uma empresa especializada não é contígua, de modo que o invasor não ficará atado a ela enquanto sofre o choque. Ao contrário do que acreditam os moradores com os quais conversei, a possibilidade de óbito durante uma tentativa de invasão é quase nula.

⁷² A ausência de referência para a fala do síndico foi a maneira encontrada para proteger sua identidade.

moradores da rua ainda utilizam câmeras próprias para ver quem está na frente das residências. Isto, mais uma vez, reforça a tendência percebida de que a quantidade de recursos securitários é proporcional à posse de recursos financeiros. Como os habitantes dessa rua compõem o estrato socioeconômico mais privilegiado do bairro, a presença de um exacerbado número de câmeras e cercas elétricas torna o lugar uma espécie de “ilha securitária”.

Diferente dessa rua e do outro condomínio, uma das vias fechadas da Avenida Francisco Lacerda não possui câmeras na entrada. Apenas um porteiro, que também atua como vigilante, fornece proteção para as casas. Ainda assim, a maioria delas possui muros baixos, mesmo estando numa região fronteiriça e considerada insegura. Uma possível razão para isto é o fato de que parte dos moradores se conhece há bastante tempo. Porém, isso também acontece nas outras ruas e condomínios fechados, que, ademais, são tão antigos quanto ela.

Fotografia 4 - Câmera de vigilância na Rua Bulandy (Zona 4)



Autoria própria

Conversando com os moradores desse condomínio, percebi que as câmeras são um elemento dispensável para a maioria deles. Os poucos que defenderam seu uso residem na rua há pouco tempo e tiveram experiências anteriores em condomínios hiper-securitizados. Confrontando suas posições às dos mais antigos, percebi que há uma diferença cultural que

orienta a consciência da necessidade ou da dispensabilidade do dispositivo. Os residentes mais antigos estão acostumados à vida pacata do bairro e, mesmo com o crescimento do número de assaltos e a emergência do discurso especulativo sobre esses fenômenos, acreditam que ele continua seguro, em razão do pequeno número de furtos e assaltos na microrregião onde moram. Os moradores mais novos, por outro lado, pareceram muito mais influenciados pelos discursos alarmantes sobre o crescimento da criminalidade no Recife. Para eles, é necessário ter o máximo de aparatos de segurança.

Sendo os moradores mais antigos parte do estrato com maior poder aquisitivo, pareceu-me que a hipótese da concomitância entre capital econômico e exacerbada securitização estava desfeita. Porém, se eu compreendia aquela rua como deficitária em termos de aparatos de segurança, para os moradores ela parecia suficientemente protegida com a presença dos guardas. Alguns deles chegaram a dizer que “não faria sentido” morarem ali se não fosse pelo fato de, além de contar com um porteiro, a rua possuir uma cancela na entrada. Esses residentes das classes médias, portanto, tinham como fundamental a presença de dispositivos securitários, ainda que em número reduzido quando comparada às outras regiões semelhantes.

Diferente da percepção sobre a eficácia das *tramas* e de alguns dos *obstáculos*, os que utilizam câmeras confiam na sua eficiência securitária. Poder visualizar o que está acontecendo fora de suas casas sem se exporem produz maior sensação de controle sobre as situações, diminuindo a imprevisibilidade da vida urbana. O recurso, porém, nunca é usado de modo unitário, podendo variar de acordo com as “necessidades” do agente – como, por exemplo, ver se os vigilantes e porteiros estão nas ruas, saber da presença de estranhos ou, como no caso apresentado mais a frente, usar uma falsa câmera como dispositivo de real vigilância.

Ainda que a vigilância por meio de câmeras remeta a aspirações de controle total e à transformação das cidades em grandes panópticos, como já sugeriu parte da literatura sobre o tema (LYON, 1994; TABOR, 2001), o que observei e analisei durante a pesquisa foram usos mais limitados desses dispositivos. Na maioria dos casos, a vigilância por parte dos moradores se limitava a algumas visualizações no monitor durante o dia e o uso direcionado das imagens em casos excepcionais, como um assalto na rua ou outro incidente, que, muitas vezes, não estava relacionado ao problema da segurança – por exemplo, um acidente de trânsito.

Outro obstáculo é a presença de grades nas portas e portões da maioria das casas. Características das habitações do precariado e das classes médias, elas estão generalizadas por toda a cidade. Na Várzea, foi possível vê-las ao sul e ao norte, ao leste e ao oeste, estando

presentes em todo o meu lócus de pesquisa. Estavam, inclusive, nas ruas e condomínios fechados, embora em menor número.

Fotografia 5 - Grades em residência da Zona 1



Autoria própria

Na região do Campo do Banco (Zona 1), as grades são os principais obstáculos (Fotografia 5). Como muitas das casas não possuem muros, uma vez que os cômodos são separados da rua apenas por uma parede, elas têm uma importância semelhante às cercas elétricas das casas das classes médias. São usadas antes de qualquer porta ou portão e ficam bastante evidentes também nas janelas – que, por menores que sejam, são por elas protegidas.

Em comércios pequenos, as grades podem servir como entremeio entre o vendedor e o cliente. Em vez deste último entrar num mercado e pegar os itens que lhe interessam, ele, limitado pela grade, pede ao vendedor para fazê-lo. A maioria dos comerciantes acredita que essa é uma forma de diminuir o risco de assaltos. Apenas diminuir, pois os supostos ladrões podem estar armados e atirar em caso de desobediência da vítima, como temia um comerciante da Zona 1 com o qual conversei.

Na Zona 3, o recurso não é utilizado dessa forma. Embora gradeadas, as papelarias, os mercados e os bares são abertos à entrada do público. Elas são um recurso apenas para as

situações em que os estabelecimentos estão fechados. E coexistem com outros, como câmeras e/ou vigilantes.

Fotografia 6 - Cerca e grades em condomínio da Zona 4



Autoria própria

Embora em número sutilmente reduzido, as grades também são uma constante nas ruas e condomínios fechados. Nas ruas, elas estão principalmente nas janelas, uma vez que as entradas já são munidas dos outros obstáculos apresentados. Em um condomínio de edifícios (Fotografia 6), por outro lado, elas estão não só nas janelas, mas em algumas das portas dos apartamentos. Sofia, uma das moradoras da Zona 4 com as quais conversei, disse que ela e os outros moradores colocam grades em tudo que podem, por temerem não só situações de violência envolvendo invasores, mas também furtos entre os próprios condôminos.

Sofia também me falou do medo que lhe desperta uma pequena saída de ar, com as dimensões de uma pequena janela, na cozinha. Mesmo sendo um espaço insignificante para um observador, ela acredita que alguém pode escalar o prédio e entrar por essa fresta:

Inclusive, eu morro de medo dessa janela [pequena na cozinha]. Já “noiei” várias vezes, porque ela não tem grade, é a única que não tem grade, aí eu

pensei várias vezes: meu Deus, se alguém escalar os cobogós e entrar ali...A gente deixa ela aberta durante a noite e qualquer um pode escalar o cobogós e entrar por ela. Quando lembro dessa noia, eu fecho a tranca, porque, quando eu morava em Rio Doce, um ladrão subiu escalando os cobogós e entrou no terceiro andar por uma janela dessa. Roubou, assaltou, fez a minha amiga de refém com os pais dela e desceu com as coisas. (SOFIA, ZONA 4)

A grade, nesse sentido, poderia protegê-la da suposta fragilidade estrutural do condomínio, cuja presença de cobogós aumenta as chances de alguém escalar o prédio e invadir o seu apartamento. O mesmo medo foi expresso por uma moradora de outra região. Falando sobre qual das janelas da sua casa desejava trocar, disse:

A do meu quarto, que é próxima da rua e fácil de escalar. Tem grade embaixo, tem parapente, então é muito fácil de subir, aí ela tem grade. Já tava [quando chegou]. Mas eu queria ter condições financeiras pra colocar grade nessa janela [da sala] especificamente, e na janela do quarto da minha prima, que também não tem grade. (JOANA, RUA MÁRIO CAMPELO)

A compreensão sobre a eficácia dos obstáculos varia de acordo com os objetos utilizados. Cacos de vidros nos muros podem ser vistos como pequenos minimizadores da ação criminosa, enquanto cercas elétricas e grades podem ser mais efetivas na dissuasão ou limitação das práticas criminosas. Entretanto, as diferenças nos objetos usados em cada casa e zona estão relacionadas à condição econômica dos habitantes, mesmo a tendência à securitização atravessando todas as classes que compuseram o meu recorte de pesquisa.

Mesmo que a afirmação sobre a influência do capital econômico sobre a estruturação da governança da segurança seja uma obviedade no caso da Várzea, é necessário acrescentar à teoria das redes (Dupont, 2004), na qual este tema é discutido, que os agentes e organizações que não dispõem de boas condições financeiras podem, ainda assim, ocupar lugares de preponderância nas lógicas securitárias. Neste caso, a razão da sua primazia pode ser tanto a criatividade no uso ou criação de obstáculos de baixo custo quanto a constituição de redes de proteção (mobilizadoras de capital social) e o acionamento do que chamei de tramas securitárias.

4.3 Redes de proteção

As redes espontâneas tecidas pelos moradores se diferenciam de acordo com as zonas e o uso do espaço urbano onde se constituem. No caso da Zona 1, a criação de laços entre os habitantes é facilitada pela intensa convivência nas ruas durante as noites. A maioria dos vizinhos se conhece porque, entre outros motivos, frequentam um famoso *bingo* que acontece todos os dias no local, conversam enquanto estão sentados na frente de casa e se encontram regularmente nas paradas de ônibus do bairro.

Compartilhando esses momentos diariamente, esses moradores se relacionam com mais profundidade do que os das outras zonas. Usam o tempo na rua para falar sobre o que fizeram durante o dia, suas histórias de outrora ou para contar episódios vivenciados por pessoas próximas. Além disso, as “fofocas” servem para informar sobre episódios de violência, assaltos ou alertar sobre a “periculosidade” de alguns sujeitos que andam pela região. Desse modo que os vizinhos criam redes de confiança que, entre outras coisas, servem para avisar de situações e pessoas consideradas perigosas.

Após ser perguntada sobre a importância dessas redes, uma jovem residente contou que o fato de conhecer algumas senhoras que frequentam a Igreja Matriz e de alugar um apartamento de um conhecido morador tem uma função protetiva:

Sim, porque eu acho que o fato de eles conhecerem, saberem que eu sou de lá, e elas também serem conhecidas daquele pessoal da igreja, me inclui num grupo, de certa forma. O dono da casa é uma pessoa muito conhecida e muito respeitada, tem isso também. Então quando a gente foi se inserindo ali, já sabiam que somos “as meninas dele”. Então ninguém mexe, tem essa questão também dele. Ele sempre fala pra gente dizer quando acontecer algum problema. Teve um dia que aquele guarda que eu te falei tava bêbado, e ele foi na nossa casa fazer umas perguntas meio estranhas. E aí a gente foi e falou pra ele, aí ele [o dono da casa] falou com o ‘guarda’ e eu achei interessante que depois o guarda pediu desculpa. E ele fala normalmente só assim, nunca mais chegou. (TAÍS, ZONA 1)

Em alguns casos, as redes de moradores da Zona 1 também podem servir para que um vizinho transfira a sua confiança no outro vizinho para um terceiro. Giovana⁷³, uma moradora de 52 anos, contou que anos atrás um amigo seu considerava outro morador muito “estranho”.

⁷³ Com Giovana apenas conversei informalmente, por isso seu pseudônimo não consta na Tabela 1.

Conhecido como uma figura destemida e acusada de alguns crimes, ele sempre encarava o vizinho quando o encontrava na rua. Incomodada com a situação, decidiu usar seu conhecimento e respeito no bairro para avisar que o seu amigo é “boa pessoa” e que nada “de errado” planejava fazer na região. Desde então, ambos passaram a se cumprimentar de modo respeitoso, sem encaradas ou provocações.

De modo geral, a função das redes é a criar relações de confiança que possam facilitar os mecanismos de controle social. Se Sampson, Stephen e Earls (1997, p.918) mostraram que as baixas taxas de crimes numa comunidade resultam dos valores comuns compartilhados por seus membros, posso pensar essa mesma variável no que diz respeito à sensação individual de segurança na Zona 1.

Na Zona 2, as redes são menos fortes que as do Campo do Banco. Diferente deste lugar, onde a configuração do espaço urbano e dos espaços domésticos motivam maior convivência entre as pessoas, lá as ruas desertas, somadas ao fato de que parte dos moradores passa o dia no trabalho, fazem com que as poucas relações entre eles sejam para avisar de algum acontecimento atípico ou, esporadicamente, conversar na parte interna de suas casas. Na maioria das vezes, as interações duram pouco tempo ou, quando são mais prolongadas, refletem interesses pragmáticos, como o aviso sobre uma reforma na casa ou um convite para um aniversário.

Se entre os próprios moradores não é possível pensar em redes fortes o suficiente para protegê-los em situações reais, cogitei-as acerca de suas relações com os vigilantes informais que trabalham nas cabines. Nesse caso, eles não só se avisam mutuamente sobre o que está acontecendo, como também se ajudam. Todavia, essa rede não pode ser entendida como aquela da Zona 1, pois nesta é um resultado de relações espontâneas entre agentes que não são encarregados nem ocupam funções de vigilância e uso da violência. Segue-se que o espontaneísmo e, de algum modo, o *desinteresse*⁷⁴ são os componentes centrais para o que chamo de redes de proteção⁷⁵.

Diferentemente, os moradores da Zona 4 se assemelham aos da Zona 1 pelo fato de possuírem relações de proximidade. Os que moram nas *ruas abertas* em geral se conhecem há bastante tempo e compartilham estilos de vida (WEBER, 1972) parecidos – inclusive, porque

⁷⁴Desinteresse no que tange à produção da segurança; em outros sentidos, as relações podem ser demasiadamente “interessadas”.

⁷⁵ A Zona 3 mistura aspectos das redes das zonas 2 e 4; por motivos que envolveram o tempo de escrita, preferi não as apresentar.

utilizam com frequência os espaços de convivência, como a Praça, a feira da Rua Azeredo Coutinho e outras áreas culturais ou de lazer. Os das ruas privadas, além disso, se encontram nas reuniões de condomínio e, por isso, criam fortes laços.

As reuniões de condomínio costumam ter a segurança como uma das pautas fundamentais, como me contaram um síndico e dois moradores. Perguntado sobre isso, Tiago disse que “a segurança vai do começo até o final da reunião”. Por sua vez, Beatriz comparou as reuniões de condomínio a uma cena do filme *O Som ao Redor*, pois a pauta é sempre o que os porteiros/seguranças fazem e como fazem. Reunidos e falando incansavelmente sobre o tema e seu cortejo – medos, perigos, securitização. –, parte dos vizinhos cria fortes laços.

Embora alguns moradores da Zona 4 e a maioria daqueles da Zona 2 tenham como alvo principal os indivíduos pobres e pretos das pequenas comunidades do bairro, esses não são o objeto principal de suas conversas. A fofoca verbaliza acontecimentos, independentemente dos agentes que deles participem. Isto revela um tipo de visão social e do crime baseada mais numa lógica ambiental – isto é, na prevenção por meio da organização do espaço de acordo com os riscos – do que numa tentativa de punição individualizada dos que compõem as “classes perigosas”.

O fato de as redes serem baseadas nas informações trocadas entre os moradores faz com que a transmissão de “novidades” sobre a rua seja o elemento principal. Estudando o papel da “fofoca” em uma pequena comunidade, Norbert Elias (2000, p.121) mostrou que a sua propagação entre os moradores era facilitada quando estes apresentavam altos níveis de integração. Nos casos estudados, o mesmo aconteceu com a formação de redes. Nas zonas 1 e 4, onde os moradores possuem fortes laços, as redes se formam mais facilmente, enquanto na Zona 2, onde os moradores pouco se conhecem e são pouco integrados, elas são frágeis ou praticamente inexistentes.

De modo geral, é possível dizer que as redes de proteção são as cadeias mais fundamentais do que Robert Sampson (1997) chamou de “eficácia coletiva”. Para o sociólogo, o controle social está diretamente vinculado a um alto grau de confiança e cooperação entre vizinhos. Além disso, a eficácia coletiva se expressa não apenas em termos de controle, mas também de diminuição nos índices de medo. Com os dados que apresentei até aqui, foi possível compreender que as zonas onde há maior “segurança” são as que possuem laços vicinais mais fortes e nelas também a sensação de medo dos moradores é menos intensa.

4.4 Tramas securitárias

Em *Os quadros da experiência social*, Erving Goffman define as tramas da seguinte forma:

Refiro-me ao esforço intencional de um ou mais indivíduos, destinado a manobrar uma atividade de modo que uma ou mais pessoas sejam induzidas a ter uma falsa convicção a respeito daquilo que está ocorrendo. Trata-se de um plano perverso, de uma trama ou projeto traiçoeiro que – quando concretizados – levam à falsificação de alguma parte do mundo. (GOFFMAN, 2012, p.118)

Tratam-se, portanto, de modos de falsear a realidade para gerar algum benefício para si ou para outrem. No caso estudado, as tramas têm como objetivo, sobretudo, limitar a ação de possíveis criminosos e obter, para si e/ou para aqueles com quem mora, maior sensação de segurança.

A maioria delas estão baseadas em práticas reproduzidas nos contextos sociais mais próximos aos seus agentes. São repetições de estratégias já levadas a cabo por parentes ou amigos. Ou seja, são conteúdos incorporados durante a socialização e, por causa disso, se tornam parte de algo assemelhado a um *senso prático securitário*. Pelo seu caráter mimético e, em alguma medida, “tradicional”, são diferenciadas pelo senso comum da suposta racionalidade dos mecanismos securitários tecnológicos e mesmo da vigilância presencial, pensados como algo tecnicamente mais sofisticado.

São, ainda, ações baseadas em certa *suposição* popular a respeito do cálculo racional feito pelos “bandidos”. O seu agente crê realizar um exercício de alteridade, se colocando em outra pele e medindo os riscos e benefícios de invadir uma casa, por exemplo. Daí decorre a crença na sua eficácia, pois os indivíduos acreditam estar se adiantando aos criminosos; e sua fragilidade, uma vez que são estratégias precárias e muitas vezes já conhecidas por aqueles que praticam crimes.

Seu lado débil e pitoresco é evidente em uma das tramas mais vistas durante minhas incursões no bairro: acender as luzes da casa quando os residentes passam muitas horas fora ou quando estão viajando. Por diversas vezes, vi que as lâmpadas de determinadas casas continuavam acesas mesmo quando sabia, pelos vizinhos ou pelos próprios moradores, que não havia ninguém. Ficavam ligadas as luzes da área da entrada e de mais algum quarto que tinha

a janela voltada para a rua. Para os seus agentes, essa é uma forma de indicar aos possíveis invasores que há alguém em casa e, em consequência, dissuadi-los de invadi-la.

Aqueles que utilizam tal estratégia não acreditam piamente na sua eficácia. Em vez disso, pensam se tratar de “mais um” reforço securitário:

É claro que a gente sabe que um negócio desse não resolve, mas não custa nada, é melhor ter do que não ter. Um dia desses eu soube que invadiram a casa de um amigo meu na Madalena. Tava todo mundo em casa, até os filhos. Mesmo assim, os bandidos entraram. Um caso como esse acontece, mas não é todo dia. Até porque se eu fosse bandido, pensaria duas vezes antes de entrar numa casa com um pai de família dentro, porque o camarada pode ter uma arma e meter bala. Então deixar a luz ligada é um jeito de mostrar que o pai de família pode estar lá dentro e que o bandido pode ter problema. (TIAGO, ZONA 4)

Mentir para os vizinhos ou pessoas próximas sobre o uso de câmeras ou cercas elétricas também pode ser uma forma de *tramar* contra possíveis assaltantes. Em algumas das casas, soube que as câmeras nem sempre funcionam. Por falta de manutenção ou descaso dos moradores, esses mecanismos são apenas exibidos como *panópticos* sem vigilantes. Em outros casos, funcionam apenas parcialmente, ou seja: se uma casa possui três câmeras na entrada, apenas uma pode estar funcionando, enquanto as outras apenas compõem a paisagem securitária.

Nessa situação, alguns moradores me contaram que falam aos vizinhos sobre a eficácia das câmeras, sobre a possibilidade de ver algum *estranho* na rua ou em frente à sua casa quando já é hora de sair. Como um reforço da mentira, também mantêm nos muros adesivos de empresas de segurança que já não contratam, ou mesmo placas avisando sobre a existência de câmeras. Eles acreditam que os vizinhos podem espalhar a notícia acerca desses obstáculos, de modo que os demais moradores da zona ou das proximidades saibam dos recursos de segurança da sua casa.

Um comerciante e morador com quem conversei, disse que foi assaltado quinzenalmente durante os meses de junho e julho de 2017. Na época, roubaram suas mercadorias, seu celular e seu carro. Depois disso, decidiu colocar câmeras. Todavia, antes de poder instalar todo o sistema – segundo ele, bastante caro –, apenas pregou uma das câmeras na parede, para fingir que já contava com monitoramento. Em seguida, avisou para todos os moradores e comerciantes que, além disso, passou a contar com o trabalho de um vigilante.

Para ele, a trama, vista com tal, surtiu efeito. Para outros moradores, ludibriados, também – afinal, não houve assaltos depois disso.

Outro exemplo de trama securitária faz parte da vivência das mulheres que, vendo-se em situação de vulnerabilidade quando sozinhas, preferem dizer a estranhos que há algum homem em casa. A mentira é muito utilizada quando alguém chama ao portão ou interfona para pedir esmolas ou oferecer algum serviço. Quando perguntam se quem está falando é a responsável pela casa, algumas dizem que não, mas que seus maridos ou parentes, que poderiam atender o estranho, estão ocupados – pois afirmar que estão sozinhas ou apenas com crianças em casa é reforçar a sua fragilidade.

Eu digo que meu marido tá, mas não pode atender, porque já aconteceu de eu falar que estou sozinha e um homem mal-encarado ficar querendo puxar conversa, fazer algum serviço na casa de graça ou ficar calado olhando pra mim. Então prefiro mentir do que ficar com medo desse tipo de gente. Os meus meninos também já sabem que é pra falar isso quando esse povo chamar.
(VERA, ZONA 2)

As três tramas arquitetadas pelos moradores e pelo comerciante prescindem de recursos econômicos dos agentes. São pequenas astúcias cotidianas tradicionalmente reproduzidas; *blefes securitários* tornados meios de proteção na medida em que avisam ao transgressor do risco de transgredir. Elas suprem fragilidades, como o esvaziamento das residências durante certo período de tempo ou, na percepção das mulheres, a ausência de homens em casa, assim como a falta de um reforço de segurança, como porteiros e vigilantes.

5 QUATRO LÓGICAS SECURITÁRIAS

Depois de descrever e analisar as percepções que influenciam o uso do espaço urbano do bairro e, em seguida, os diversos mecanismos securitários acionados pelos moradores, neste último capítulo proponho um modelo analítico da produção de segurança não estatal em cada uma das zonas estudadas⁷⁶. De modo espacialmente referenciado, retomarei algumas das observações e entrevistas e adicionarei outras informações ao texto.

Como em todos os outros capítulos, a teoria da *governança nodal* (BURRIS *et al*, 2005) será um aporte subjacente para caracterizar as formas de pluralização da segurança. Nesta abordagem, agentes e organizações são entendidos como *nós* inseridos em redes organizacionais. Com efeito, a governança securitária resulta das seguintes variáveis: a) as mentalidades, isto é, os modos pelos quais os agentes concebem seus papéis dentro dos arranjos de segurança, b) as tecnologias, entendidas como técnicas empregadas pelos nós; c) os recursos, definidos como os capitais (sociais, culturais e econômicos) mobilizados para exercer influência nas redes; d) e os arranjos institucionais, entendidos como as relações estratégicas entre os nós (BURRIS *et al*, pp.31-32).

Também como no restante do texto, a teoria da governança nodal não será seguida fielmente. Isso porque também utilizo outras abordagens da segurança plural – a saber, a teoria do policiamento crepuscular (DIPHOORN, 2012; 2015) e a teoria dos agenciamentos da segurança (ABRAHAMSEN; WILLIAMS, 2009; HAZBUN, 2016) – como ferramentas de análise. Além disso, este trabalho se distancia das posições liberais implícitas nas influências axiológicas e teórico-epistemológicas de autores como Clifford Shearing, entusiasta da abordagem supracitada.

Para sintetizar as ferramentas analíticas fornecidas por essas teorias, usarei a expressão “lógicas securitárias”⁷⁷. Com ela me refiro aos efeitos coletivos das práticas e dos mecanismos de segurança acionados pelos moradores. Sabendo que tais efeitos podem ser semelhantes, mas também diferentes daqueles perseguidos pelos indivíduos, incluirei o artigo *As consequências não antecipadas da ação social intencional*, escrito em 1936 por Robert Merton⁷⁸, como uma

⁷⁶ Neste capítulo não farei referência às tramas securitárias, pois seus desdobramentos são demasiadamente subjetivos, dificultando a aferição de sua importância em contextos mais amplos.

⁷⁷ Emprego este termo para diferenciar a abordagem que faço das teorias da segurança nodal/em rede e da teoria dos agenciamentos de segurança. Como Tessa Diphoorn (2016, p.316), penso que ambas tendem a apresentar as interações numa perspectiva organizacional e descendente, oposta à que construí até aqui.

⁷⁸ Há um grande debate em torno da concepção mertoniana de ação (p.ex., GIDDENS, 2003, p.14), devido sua inserção na teoria funcionalista. O artigo citado precede esta polêmica – à época, Merton ainda não tinha formulado

referência. Com ele posso atingir ambos os objetivos deste capítulo: evidenciar a ação securitária, em vez das (micro ou macro) estruturas, e investigar como os resultados dessas ações podem estar desvinculados das suas motivações prévias⁷⁹.

5.1 Zona 1

Compreendendo a ZEIS Campo do Banco, a Zona 1 é a microrregião que mais se diferencia das outras que compõem o recorte analítico. A maioria de suas ruas não é pavimentada e as casas são, em grande parte, precarizadas. Entre estas, predominam os *puxadinhos*, isto é, residências marcadas pela sobreposição de cômodos e andares.

O espaço urbano da Zona 1 é bastante movimentado durante o dia e intensamente utilizado à noite. Nas manhãs e tardes, há uma circulação razoável de adultos homens e mulheres, que saem para as zonas 3 e 4, onde estão a maioria dos comércios e das atividades culturais, e para outras regiões da cidade. A ausência de serviços públicos na região, como escolas e postos de saúde, também impele sua população a busca-los em outros lugares.

O fato de não haver pontos de ônibus, ao contrário das outras microrregiões pesquisadas, também obriga seus moradores – que, em maioria, não possuem automóvel – a circular em outras zonas, normalmente na Avenida Afonso Olindense e na Zona 2, onde estão os pontos de ônibus da Avenida Amaro Gomes Poroca. Enquanto durante o dia essa transição é marcada pela ida dos habitantes da Zona 1 às paradas das outras microrregiões; à noite é possível ver as mesmas pessoas voltando para casa. Neste último caso, grande parte das mulheres e um grupo de homens temem ser assaltados no caminho, mas têm a sensação de segurança reforçada por alguns motivos que apresentarei mais à frente.

Apesar de ser intensamente utilizado, o espaço urbano do Campo do Banco não é marcado por uma diversidade entre os tipos sociais que o atravessam. O uso das ruas é restrito àqueles que lá residem, sendo poucos os moradores de outras zonas que por lá passam – como

sua teoria sobre as funções manifestas e latentes da ação. Nesse sentido, pretendo utilizá-lo sem adotar uma analítica funcionalista.

⁷⁹ Esses procedimentos não me liberam de um problema metodológico: como aferir a intencionalidade da ação dos sujeitos? Creio que o material apresentado nos capítulos anteriores seja uma boa resposta para essa questão. Mais do que simples afirmações, ele é resultado de entrevistas e conversas com um número razoável de moradores e agentes da segurança, de observações e da minha própria experiência como morador do bairro.

demonstrado no Capítulo 2. Isto se explica por todos os motivos apresentados nesta dissertação: o Campo do Banco e seus habitantes são estigmatizados por parte dos outros moradores da Várzea; o local não possui estabelecimentos comerciais, educacionais, culturais e de lazer importantes para o restante dos varzeanos; além de não ser atravessado pelas artérias do bairro e, conseqüentemente, não possuir pontos de ônibus.

Diferentemente de todas as outras microrregiões, a Zona 1 não possui vigilantes formais ou informais. A ausência de recursos financeiros faz com que os habitantes nem cogitem contratá-los. Perguntado sobre essa questão, uma moradora disse:

Aqui ninguém tem [vigilantes]. Ninguém tem dinheiro pra contratar essas empresas, que são caras. O rapaz da mercearia ali até botou câmara depois que foi assaltado, mas porque câmara é mais barato, né? Você pode colocar pra você mesmo ficar vendo [o monitor], não precisa pagar uma empresa dessas. Quer dizer, paga só se quiser. No caso dos vigilantes, como é obrigado pagar, acho que não vale a pena, porque ninguém tem dinheiro pra ficar gastando assim. Também...ninguém tem [vigilantes], deve ser porque não precisa. (TAÍS, ZONA 1)

Depois de saber que parte dos moradores da microrregião vizinha, a Zona 2, contratou vigilantes motorizados pelo simples fato de funcionários das empresas oferecerem o serviço nas suas casas, perguntei aos moradores do Campo do Banco se o mesmo aconteceu lá. Segundo essas pessoas que entrevistei e aquelas com as quais conversei nas ruas, nenhuma empresa de segurança ofereceu tal serviço, nem mesmo jogou seus panfletos nas casas, como costumam fazer nas outras zonas.

Apesar de não contratarem, a ação da segurança privada na Várzea afeta a vida de muitos dos moradores desta microrregião. Em um plano mais geral, porque os vigilantes estão em outras áreas frequentadas pelos habitantes da Zona 1. De modo mais específico, porque algumas mulheres se valem da ação dos vigilantes informais da Zona 2 quando estão voltando do trabalho. Da Rua Amaro Gomes Poroca, essas moradoras caminham pelas ruas Mário Pederneiras, Teixeira de Freitas ou Profa. Argemira Rêgo Barros até chegar ao campo de futebol da Zona 1, onde também se sentem protegidas, nesse caso em razão da presença de “conhecidos”. Uma dessas das moradoras disse:

Eu conheço os vigias, eles são gente boa, estão há muito tempo aí. A relação é tranquila: eu passo, falo, às vezes até jogo uma conversa fora com eles. É só você não fazer nada que eles não fazem nada. Acho que tão aí só pra evitar

que algum vagabundo faça alguma coisa, mas trabalhador normal não tem problema com eles. (TAÍS, ZONA 1)

Apesar de a moradora se referir à imagem do “vagabundo” como aquele que possui um *ethos* marginalizado, mesmo os indivíduos com esse perfil costumam, quando já são conhecidos pelos guardas, manter boas relações com estes. Como mostrou a pesquisa de Zaluar (1985, pp.132-172), as representações sobre os sujeitos podem ser alteradas com o fluxo dos acontecimentos práticos. Nesse mesmo sentido, as constantes interações com os “vagabundos” fazem com que desconfiança dos vigilantes que entrevistei tenha como alvo apenas os considerados “estranhos” e os viciados em substâncias ilícitas que rondam a região.

Contratados, entre outros motivos, para protegerem os moradores da Zona 2 daqueles da Zona 1, os vigilantes servem, contraditoriamente, também para proteger parte desses últimos, como em alguns casos pensados por Diphorn (2015). Segue-se que o resultado não intencional da ação intencional de contratar esses homens aumenta a sensação de segurança de um espectro amplo da população, que não está restrito às ruas dos contratantes. Além de se utilizarem do serviço, os moradores da zona precarizada operam o mesmo procedimento de “legitimação por proximidade” que os moradores da Zona 2.

Entre o pequeno número de obstáculos nas fachadas das casas da Zona 1, o único presente em quase todas são as grades. Como mostrei nos outros capítulos, elas são colocadas na maioria das janelas e em algumas das portas. Isto, porém, não representa uma singularidade da área, nem mesmo das residências do precariado recifense, mas uma característica generalizada na cidade. Sobre isso, alguns dos entrevistados brincaram dizendo que parecem morar num presídio, devido à quantidade de grades que suas casas possuem. Enquanto alguns dos moradores vêem isso como um problema, a maioria tem uma postura conformada sobre o fenômeno.

A ausência de outros obstáculos se deve, primeiro, à condição financeira: parte dos moradores não possui dinheiro para comprar câmeras de vigilância ou alarmes, por exemplo. Todavia, essa afirmação não explica completamente a ausência desses dispositivos, pois os indivíduos poderiam se valer de elementos mais baratos, como vidros nos muros, outros tipos de cercas ou mesmo cachorros. Percebi, então, que a ausência de obstáculos também estava relacionada a um elemento já citado: muitas das residências não possuem, em suas entradas, áreas anteriores à sala e ao restante dos cômodos (Fotografia 5). Isso impossibilita a adoção de cercas elétricas ou objetos pontiagudos, pois não possuem muros.

Mapa 3 - Zona 1



Autoria própria a partir do *Google Earth*

As redes de proteção espontâneas são as formas securitárias mais importantes da Zona 1. Para falar delas, é necessário retornar às características do espaço urbano. Como disse anteriormente, as ruas dessa microrregião se diferenciam de todas as outras por conta da ausência de pavimentação. Na parte observada do Campo do Banco, onde também moram os entrevistados, a Rua Vereador Luiz Cavalcanti tem as características de um beco nas suas extremidades. Além de um grande conjunto de casas, muitas das quais com as características que citei anteriormente, a mesma via conduz ao campo de futebol que dá nome ao lugar. Ele é, talvez, o único espaço de lazer da Zona 1.

Há mais duas ruas, estas pavimentadas, ao redor do campo. Além das residências, em uma delas funciona um bar, onde é comum a aglomeração de pessoas à noite, que vão para conversar com o dono ou com os outros clientes. O movimento se deve, ainda, a um bingo que ocorre todos os dias a partir das 20 horas. Por causa dele, jovens e adultos ficam sentados na esquina do bar, para participarem da atividade.

O movimento do bingo é reforçado pelo do campo, que é também intenso entre o final da tarde e parte da noite. Neste caso, os laços entre os moradores costumam se fortalecer

também pela presença de indivíduos de faixas etárias diferentes. A maioria deles se conhece, mesmo que apenas visualmente, em razão dessa experiência cotidiana.

Em outra das ruas, a General Adauto Gomes, o mesmo contato é reforçado pelo hábito de colocar cadeiras na frente das casas para conversar com os vizinhos, passar o tempo ou vigiar as crianças que brincam nas ruas. Outro motivo aventado pelos moradores para ali estarem durante as noites são as condições das suas casas: pequenas, quentes e, segundo os mesmos, nelas não há “nada para fazer” senão assistir televisão ou usar o computador.

Lá dentro [da casa] é muito abafado, é ruim demais de ficar. Pra gente, que trabalha o dia todo, é ruim demais ficar trancado, sem poder respirar ar puro. Aqui a gente bota as cadeiras na frente e conversa com os vizinhos pra passar o tempo. Às vezes vem gente de outra rua conversar também e assim vai sendo. (TAÍS, ZONA 1)

Por meio das redes de contatos – forjadas pela ação espontânea de ficar na frente de casa, frequentar o campo ou o bingo – que a maioria dos habitantes sabe do que se passa no bairro. Por outro lado, é também através das redes que conhecem aqueles moradores mais temidos e/ou acusados de já terem praticado crimes e, nessas circunstâncias, se tornam amigos ou “bons conhecidos”. Para eles, esta é a garantia de que não serão vítimas de violências.

Como mostrei até aqui, as redes de proteção da Zona 1 são possibilitadas por situações concretas, ligadas às condições socioeconômicas dos moradores, à precariedade infraestrutural das ruas e à existência de estabelecimentos comerciais e de lazer. Ainda que relacionada a um contexto radicalmente diferente, em termos históricos e espaciais, uma afirmação de Jacobs (2011, p.56) é adequada para o que observei nessa microrregião: “a vida na rua [...] não nasce de um dom ou de um talento desconhecido deste ou daquele tipo de população. Só surge quando existem as oportunidades concretas, tangíveis, de que necessita”.

Em suma, o material das entrevistas e observações revelou que as formas de produção de segurança são constituídas principalmente pela existência espontânea dessas redes de segurança propiciadas pela presença de espaços de encontros, atividades esportivas e pelas características das casas, que impelem os moradores a saírem à noite. Neste caso, as ações que não objetivam a produção de segurança se tornam os principais meios de produzi-la.

5.2 Zona 2

A microrregião é formada pelas ruas Mário Pederneiras e Teixeira de Freitas. Elas são limitadas, por um lado, pela Rua Amaro Gomes Poroca e, por outro, pela Rua Vereador Luiz Cavalcanti. A sua infraestrutura difere nos vários espaços: enquanto duas ruas são completamente pavimentadas, as outras não possuem calçamento. A iluminação, por sua vez, é deficitária em todas. Nesse contexto, a Zona 2 é aquela onde os moradores se mostraram mais inseguros nas suas casas e ruas.

O espaço urbano é pouco utilizado em todos os turnos. A maioria dos residentes que observei nas ruas estavam apenas indo ao ou retornando do trabalho. Parte deles sai de casa já nos automóveis, o que diminui ainda mais o contato com o restante dos vizinhos e passantes. Apenas de vez em quando é possível ver senhoras sentadas na frente de suas casas ou conversando com vizinhas/os. No mais das vezes, essas mesmas pessoas preferem interagir umas com as outras nos jardins ou áreas frontais de suas casas, protegidas pelos muros, cercas e/ou câmeras de vigilância.

Mapa 4 - Zona 2



Autoria própria a partir do *Google Earth*

A ausência de estabelecimentos comerciais também fomenta o esvaziamento das áreas públicas. Essa característica distingue a Zona 2 de todas as outras: nela não há influência positiva de comércios no número de passantes e daqueles que interagem no espaço urbano. É também uma das principais causas para a pequena movimentação durante os dias e noites, e, por consequência, para a insegurança dos que lá moram. Portanto, as “oportunidades concretas” de que necessita a vida nas ruas, segundo Jacobs (2011, p.56), não existem na Zona 2 também por causa da ausência de comércios.

Diferentemente dos habitantes das outras zonas, percebi que a maioria dos que moram nela usam os espaços públicos e privados do bairro apenas para satisfazer necessidades de consumo. A rua é ocupada e percebida pela maioria dos moradores somente como um caminho para essas atividades dentro do bairro e para chegar a outras regiões da cidade. No entanto, um pequeno grupo de estudantes utiliza bastante os espaços culturais e de lazer da Várzea. Morando no Recife há pouco tempo, experenciam o lugar de modo alternativo ao restante dos habitantes.

Parte significativa dos poucos que passam pelas ruas da Zona 2 são os moradores da Zona 1, pois é um dos meios para chegarem ao seu território. Enquanto algumas dessas pessoas são vistas com certa normalidade pelos residentes da Zona 2, que as compreendem como “trabalhadores”, há um grupo de moradores do Campo do Banco que são vistos, também nas suas palavras, como “vagabundos” e pessoas “mal-encaradas”.

A maioria desse povo que mora no Campo do Banco é trabalhador, fazem tudo direitinho o dia todo e voltam à noite do trabalho por aqui. Dá pra saber de longe quando você vê um trabalhador. Até pela roupa, porque eles não andam com esses bonés desses meninos aqui da Várzea, nem balançando os braços ou sem camisa. Quem anda assim geralmente são os vagabundos. E com vagabundo você sabe que não tem o que fazer. Tem que chamar polícia, vigia, botar câmera. É um povo que só entende quando a gente faz isso. (FERNANDA, ZONA 2)

Essas classificações e valorações nativas podem ser alteradas de acordo com a relação dos agentes em seus contextos, como mostrei no tópico anterior e no Capítulo 3, quando os vigilantes desenvolvem relações amistosas com aqueles previamente vistos como “vagabundos”. Aqui, não há uma oposição fixa entre “trabalhador” e “vagabundo”, mas um relacionismo prático, como aquele entre “trabalhador” e “bandido” estudado por Zaluar (1985, pp.132-172).

Ainda assim, a cristalização de representações negativas sobre certos grupos populacionais funciona como um obstáculo para o desenvolvimento de formas de integração mais efetivas na Zona 2, pois “o principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos” (JACOBS, 2011, p.31). Neste ponto, o caso da Praça da Várzea (Zona 3) é exemplar, uma vez que conhecidos e desconhecidos lá se encontram amistosamente durante suas atividades de trabalho ou lazer.

Fonte e resultado de um contexto de enclausuramento, as duas principais formas securitárias da Zona 2 são a vigilância privada (formal e informal) e a utilização de obstáculos sociotécnicos. Alguns moradores contratam serviços de vigilância motorizada para fazer rondas durante as noites. Tanto para estes, que confiam pouco na eficácia do serviço, como para o observador comum, que pouco ou nunca os vê nas ruas, eles são personagens secundários nas lógicas securitárias. Como também mostrei, a “legitimidade por profissionalismo” não é acompanhada, no caso estudado, de uma crença ingênua na eficácia do serviço.

Os vigilantes informais têm maior presença e são mais reconhecidos que os profissionalizados. Nas entrevistas, percebi que alguns dos moradores das outras zonas não sabiam se há vigilantes formais atuando na sua área, mesmo estes avisando quando passam pelas ruas; ao contrário, todos conheciam os “vigias das cabines”. Muitos deles chamavam o chefe do serviço pelo nome e contavam histórias ao seu respeito.

Não sabia que tem vigia de moto aqui. Eles passam de que horas? Deve ser de noite, né?! Porque de dia eu não vejo nada. O que eu sei é que tem o cara que fica aí na frente. [Ele] tá aqui faz muito tempo, já é conhecido de todo o pessoal. Dia desses ele veio me avisar que a porta do meu carro tava aberta. Eu fui lá, fechei, agradei, depois dei um trocado a ele, pra ajudar mesmo.
(VERA, ZONA 2)

Portanto, o conhecimento, aliado ao que chamei de “legitimidade por proximidade”, alimenta uma forte relação entre esses moradores e os vigilantes informais.

Ao contratar esses homens, as intenções dos residentes estão voltadas para a inibição de assaltos que possam sofrer quando estão chegando nos seus carros ou quando já estão dentro de casa. Além disso, indivíduos jovens, pretos, consumidores de determinado estilo de roupas também são possíveis alvos da obsessão securitária dos moradores dessa microrregião. Como os habitantes dos bairros das classes médias paulistanas estudados por Teresa Caldeira (2011,

p.272), os varzeanos da Zona 2 ambicionam “um controle de classe, que ajuda a manter o mundo homogêneo e isolado”. O resultado desta ação está desvinculado de tais motivações prévias, pois, por um lado, os moradores do Campo do Banco também se sentem mais protegidos em razão do trabalho dos vigilantes, por outro, a percepção sobre os “vagabundos” é alterada nas interações dos assim rotulados com os guardas e moradores.

Durante as entrevistas, os vigilantes informais da Zona 2 tentavam demonstrar virilidade em seus modos de falar e agir e, em alguns casos, mimetizavam o *ethos* típico da Polícia Militar. Assim como muitos policiais, eles recorrentemente citavam o lado intrépido de sua profissão, além de reiterar a suposta autoridade de que gozavam naquelas ruas. Durante a análise do material que colhi, notei uma semelhança entre o perfil desses homens e o dos *armed response officers*⁸⁰ estudados por Tessa Diphorn (2015) na África do Sul. Tal como esses guardas, os vigilantes entrevistados têm atitudes que imitam a polícia, tanto operacionalmente quanto simbolicamente, e reproduzem uma subcultura masculinista. Esse perfil dos agentes pode possibilitar práticas autoritárias e usos desmesurados da força.

Um desdobramento da aspiração militar que caracteriza os vigilantes é o fato de muitos moradores se referirem a esses homens quase que como os policiais. Um dos residentes me contou que, quando acontece algum assalto na sua rua, prefere falar com os guardas do que prestar uma queixa na delegacia do bairro. No mesmo sentido, uma outra moradora apontou para a cabine dos seguranças quando lhe perguntei sobre a atuação da polícia. Segundo ela, a polícia estava nas cabines da segurança privada, não nas viaturas que rondam o bairro. Assim como no caso de Diphorn (2015), trata-se de um processo em que o Estado não desaparece com a ascensão de outros agentes do controle social, mas permanece enquanto representação no cotidiano dos indivíduos. Portanto, a divisão entre público e privado é borrada tanto por meio das práticas dos vigilantes quanto no plano simbólico.

As cabines utilizadas pelos vigilantes informais também são um elemento bastante característico dessas ruas, mas sua introdução é motivo de questionamentos. Isso porque a instalação ocorreu sem discussões amplas, gerando alguns problemas para parte dos moradores. Alguns deles acreditam se tratar de uma “imposição”:

Não acho justo um cara chegar e colocar essa cabine. Não avisou a ninguém, não disse nada. Chegou aqui, botou a cabine e saiu perguntando se a gente

⁸⁰ Tratam-se de guardas contratados por empresas de segurança privada e que, legitimados pela legislação local, atuam de modo parecido às polícias da maioria dos países ocidentais.

queria. Acho que muita gente aceitou pagar [pelo serviço de segurança] porque ele já tava aí instalado. Tem umas pessoas que têm medo, outras que imitam os vizinhos. Isso não devia acontecer. Se quer oferecer o serviço, tudo bem, mas pergunte quem quer, quem não quer, se a maioria quer esse negócio de cabine aqui. Se não for assim, eu já acho estranho. (VERA, ZONA 2)

Por motivos parecidos com os de Vera, alguns dos moradores não aceitaram a instalação das cabines nas suas calçadas, o que gerou pequenas rugas entre eles e os guardas, que até hoje não foram completamente resolvidas. Era comum ouvir dos últimos histórias negativas sobre essas pessoas que discordaram da implantação.

Pareceu-me que, mesmo sendo legitimados por parte significativa dos moradores, a informalidade e ilegalidade dos serviços prestados pelos vigilantes informais é motivo de apreensão para muitos. Os moradores mais críticos dizem que não confiam nos vigias e que estes podem, ao contrário do que falam, praticar crimes, como fornecer informações para outrem ou mesmo invadir alguma casa. O fato de possuírem arma de fogo também gera o receio de práticas violentas.

Além de dispor de vigilantes, os moradores da Zona 2 são os que mais se utilizam de obstáculos de segurança. Em uma contagem realizada durante a pesquisa, constatei que 86% das 56 casas que compõem duas das três ruas da região possuem muros com um metro e noventa de altura ou mais; destas, 65% apresentam outro obstáculo, como portões completamente fechados, cercas elétricas, câmeras de vigilância ou alarmes.

Como citei, a quase totalidade dos moradores das classes médias entrevistados acredita que esses recursos são importantes. Porém, se os dispositivos aumentam a sensação de segurança dos moradores, eles restringem os contatos entre vizinhos e, em consequência, o uso das ruas. Fechados em suas casas, os habitantes da Zona 2 pouco se comunicam uns com os outros, o que impossibilita a formação de redes de proteção. Trata-se de um processo em que “os efeitos das estratégias de segurança transcendem a própria segurança” (CALDEIRA, 2011, p.311) ao transformarem o uso das ruas e as relações interpessoais.

É possível dizer que as formas securitárias da Zona 2 objetivam compensar as deficiências do espaço urbano, mas que, ao contrário, reforçam tais características negativas, na medida em que esvaziam as ruas e diminuem o contato entre vizinhos. Neste caso, o resultado não intencional da introdução de dispositivos sociotécnicos é a produção de mais insegurança. Por outro lado, se a vigilância informal é legitimada e produz maior sensação de

proteção para um grupo de moradores, ela também é bastante criticada pelas suas práticas e pela ausência de algum tipo mais efetivo de regulação.

5.3 Zona 3

A microrregião é formada pela Praça Pinto Dâmaso, pela Avenida Afonso Olindense, pela rua Coronel Pacheco e por parte das ruas Amaro Gomes Poroca, Coronel Pacheco, Azeredo Coutinho, Francisco Lacerda e Francisco Lisboa. Com exceção de parte da Rua Coronel Pacheco, que só possui uma parte asfaltada, todas são pavimentadas. Nessas vias, aquelas residenciais possuem uma iluminação deficitária, enquanto as que abrigam comércios e espaços de lazer são mais iluminadas.

A Coronel Pacheco é a única que tem um número significativo de residências. Nelas, as formas securitárias são uma mistura daquelas da Zona 2, marcadas pelo uso de grades, grandes portões e alarmes, e da Zona 1, cuja segurança se apoia na existência de redes de proteção. Mais importante, essa rua se beneficia da sensação de segurança gerada pelo grande fluxo de pessoas na praça, como discutirei mais à frente.

A principal característica da Zona 3 é a presença do mais importante equipamento de lazer do bairro, a Praça Pinto Dâmaso, e, ao lado dela, muitos estabelecimentos comerciais. Diferentemente das outras microrregiões pesquisadas, ela é quase inteiramente comercial, o que motiva usos do espaço urbano também diferenciados. Pela mesma razão, os moradores das regiões mais diversas costumam se encontrar nesse espaço.

Como mostrei no Capítulo 1, a praça é dividida em duas partes. De um lado, estão um conjunto de fiteiros, que funcionam como bares durante as noites e atraem um público formado, em grande parte, por estudantes da UFPE e moradores antigos do bairro. Desse lado também costumam se reunir alguns poucos moradores de rua, que ficam sentados nos bancos conversando entre si. No outro lado, há um grande número de vendedores ambulantes comercializando lanches e refeições durante todo o dia e à noite.

Desse outro lado está o ponto de ônibus da Praça da Várzea, que é bastante usado pelos moradores de todas as outras zonas durante todos os turnos do dia. Ao seu lado, há uma quadra poliesportiva, utilizada por jovens, normalmente pobres, durante as tardes e noites. Enquanto os que praticam esportes estão lá dentro, os seus amigos costumam se reunir ao redor da quadra,

conversando e/ou assistindo as partidas. Perto desse espaço, também há uma academia popular de musculação, utilizada por muitos dos moradores.

Um pequeno espaço coberto, semelhante a um coreto, é onde praticamente não há interrupções no fluxo de pessoas durante o dia. Isso porque ele serve como sede de um “clube de dominó” dos idosos do bairro. Disputando seus campeonatos, eles utilizam quase que ininterruptamente a praça. No mesmo espaço, uma vez por semana, se reúne um grupo percussivo do bairro.

Alguns estudantes se encontram quase diariamente nos bancos que estão entre o coreto e a quadra. Além de conversar, eles praticam algumas atividades, como malabares, e consomem maconha. Perto deles, também outros jovens do bairro, em maioria pretos e pobres, conversam e consomem a mesma substância. Alguns são de regiões distantes daquela, mas cotidianamente encontram os amigos à noite no local. A prática de ambos os grupos é “tolerada” pela maioria dos ocupantes da praça. Mesmo aqueles mais conservadores conseguem conviver civilizadamente com esses estudantes e jovens.

Se retomei algumas das informações discutidas nos capítulos e a elas adicionei outras, não foi por motivos meramente descritivos. Na verdade, são as características do espaço urbano e do fluxo de pessoas da Zona 3 que definem, em grande parte, os modos de produção de segurança no local. Além de resultado das várias observações durante todo o período em que etnografei o bairro, essa condição é sentida por grande parte dos moradores desta e de outras zonas.

A praça da Várzea é o lugar mais seguro pra ficar aqui na Várzea. Você pode ficar em qualquer hora do dia, de manhã, à noite, à tarde. Até quando tem pouca gente é bom de ficar, porque a polícia passa perto às vezes. Também se alguém quiser bagunçar, roubar ou fazer algo pra alguém não vai se dar bem, porque vai logo ficar conhecido por aqui como ladrão. É muito fácil ser reconhecido aqui, todo mundo vai sacar, porque muita gente na Várzea já se conhece. (FRANCISCO, ZONA 3)

A praça tem muito movimento. É essa coisa: tem gente na rua, tem movimento, eu acho que diminui a incidência de assaltos. E aqui sempre tem gente passando, né? Nos lugares mais desertos... (SOFIA, ZONA 4)

O primeiro relato enfatiza um aspecto que diferencia a praça das outras regiões observadas: lá é comum ver viaturas paradas e policiais observando o movimento. É importante

retomar as falas de alguns outros moradores a este respeito.

[...] da área da Várzea que eu considero meu quintal, que vai da Praça até a minha casa, realmente na Praça a gente sempre vai encontrar viaturas. Até porque nós temos uma delegacia próxima, por trás da rua do Arco-Íris⁸¹, então a gente sempre encontra...O que pode dar uma sensação mais de segurança.
(CAIO, ZONA 1)

Esses policiais se limitam, na maioria das vezes, a uma atuação preventiva e dissuasiva. Ficam parados em algum dos cantos da praça, conversando entre si ou com moradores que já conhecem. As poucas, talvez raras, vezes em que atuam repressivamente é para coibir algum morador de rua que esteja numa situação de conflito com outrem ou consumindo substâncias ilícitas ao lado dos bares.

A coerção sobre consumidores de drogas pelos policiais é, no entanto, algo difícil de ser observado na praça. Na maioria das vezes, eles toleram os adolescentes do bairro e estudantes da UFPE que consomem maconha naquele espaço. Entendi que as poucas atuações não são motivadas pelo consumo, mas por buscarem previamente um alvo. Em um dos casos de coerção desse tipo, o qual presenciei, três homens sofreram revistas na parte da praça onde ficam os fiteiros. Depois de nada encontrarem, os policiais disseram ironicamente que os homens deveriam ir para casa depois daquilo. Ao ver que um dos revistados seguia de bicicleta pela Avenida Afonso Olindense, o militar pediu que voltasse, pois aquele não era o caminho da sua casa. O homem, então, seguiu suas ordens. Depois que perguntei ao policial e às pessoas que estavam em volta por que os indivíduos foram revistados, disseram que pela suspeita de estarem portando ou vendendo drogas no lugar.

Duas coisas me chamaram a atenção. Primeiro, o fato de que os policiais conheciam os suspeitos anteriormente. Quando perguntei o que aconteceu, disseram que se tratava de “uns caras conhecidos na região” e que “podiam estar aprontando”. A revista foi, então, um modo de intimidá-los. Paralelamente, o fato de revistarem aqueles homens e fazerem *vista grossa* em relação aos consumidores da outra parte da praça também é um dado interessante. A partir dessas duas informações, entendi que a ação da polícia em relação ao consumo, a que presenciei e outras que me foram relatadas, costuma estar atrelada a episódios que ultrapassam as situações imediatas. No caso desses homens, outros crimes praticados na região foram usados como

⁸¹ Trata-se de uma escola particular de ensino infantil localizada na Várzea.

motivação para a violência da revista.

A polícia, portanto, tem um papel importante nas formas de regulação da segurança na praça. Apesar disso, o fator mais relevante é o intenso uso do espaço urbano. Mesmo quando os agentes do Estado não estão rodeando o lugar, há uma relativa calma e, como disse, uma significativa civilidade nas relações entre grupos sociais diferentes. Como mostrei no capítulo anterior, nesse contexto o rótulo aplicado por alguns habitantes a indivíduos que possuem um *ethos* percebido como marginal é suspenso.

Mapa 5 - Zona 3



Autoria própria a partir do *Google Earth*

A tranquilidade se expande tanto para os comércios ao redor da mesma praça, quanto para as casas da Rua Coronel Pacheco. Trata-se de uma situação em que a forte sensação de segurança em determinado espaço extrapola os limites dele e se expande para o seu entorno. Tal “extrapolação” é sentida por quase todos os residentes da rua citada – mas também por parte daqueles que moram na Rua Azeredo Coutinho. Muitos dos seus moradores, por exemplo, deixam seus carros estacionados na Coronel Pacheco durante toda a noite, por não temerem assaltos.

Se algumas pesquisas já demonstraram que a existência de crimes em determinados locais pode produzir medo não apenas nos indivíduos que residem próximos a esses ambientes, mas também naqueles que vivem nas adjacências (BRUNTON-SMITH; JACKSON, 2011, pp.76-77), com esta pesquisa foi possível dizer que a sensação de segurança gerada em determinados espaços da Várzea tem efeitos em microrregiões localizadas em outras partes do bairro.

Além dos moradores já mencionados, outros habitantes sentem os efeitos não intencionais do uso intensivo do espaço urbano. Uma funcionária de um *hostel* localizado na Rua Amaro Poroca me contou que, eventualmente, precisa atender algum cliente durante a madrugada, quando já está em casa. Mesmo assim, vai até o local andando, pois toma a praça como uma região segura.

Qualquer horário. Às vezes chega hóspede aqui 1h, 2h da manhã, aí ligam pra mim. Eu saio de lá [de casa] sozinha, venho andando tranquila. Até porque essa Praça nunca para de ter gente. É 24h aberta. Sempre tem uma aberta. Aí não faz medo. E final de semana, sexta e sábado sempre tá aberto até de manhã. Mas é tranquilo. (MILA, VILA ARRAES)

Apesar de relatarem sentir os efeitos positivos da praça, os moradores da Rua Coronel Pacheco utilizam alguns mecanismos de segurança intencionais, ora semelhantes àqueles da Zona 2 ora àqueles da Zona 1. Isto acontece porque o perfil dos residentes é marcado por uma divisão entre indivíduos mais antigos e pobres e, por outro lado, por um conjunto de estudantes de classe média que aluga apartamentos por temporadas. Enquanto os primeiros se valem de grades, mas sobretudo de redes de confiança, os condomínios dos outros possuem maior número de obstáculos.

Há dois condomínios habitados pelos estudantes. Num deles, um grande portão, com uma chapa de metal sem aberturas, é a única entrada. No topo de seu muro, de mais de dois metros de altura, há uma concertina. No outro condomínio, o muro também é alto, mas a entrada é por um pequeno portão, pois não possui garagem. Nele, cercas elétricas e câmeras ficam ligadas durante todo o dia e à noite. As imagens são monitoradas apenas pelo administrador do imóvel.

Os obstáculos nas residências dos estudantes das classes médias não são os elementos que mais influenciam a sensação de segurança dos mesmos. Moradores de um condomínio me

disseram que não se sentem tranquilos apenas por essa causa – inclusive porque o seu pequeno portão sequer é fechado com cadeado durante a maior parte das noites. Tal como a habitante da Vila Arraes, os residentes da Coronel Pacheco também não sentem medo de usar a rua durante as madrugadas, em razão do fluxo de pessoas e da existência dos bares na praça.

Às vezes, quando estou com fome de madrugada, desço e vou comprar alguma coisa nas barraquinhas da praça. É sempre tranquilo, costumo até deixar o portão aberto, pra não ter que abrir o cadeado quando voltar. Quando cheguei, tinha um pouco de medo. Com o passar dos dias, percebi que outras pessoas faziam isso tranquilamente. Em vez de ficar com medo porque elas deixavam o portão aberto, eu mesmo comecei a deixar, como uma forma mais prática. Só fecho quando entro e não vou mais sair, nas outras vezes deixo ele sem cadeado mesmo. (FRANCISCO, ZONA 3)

Por sua vez, os moradores mais pobres da rua se sentem ainda mais seguros. Os únicos obstáculos que usam são grades nas portas e janelas, algumas porque são ligadas à rua, e cacos de vidro nos muros. São deles os carros que costumam passar a noite estacionados na via, de frente ao muro de um dos condomínios.

Aqui ninguém mexe com a gente. O povo deixa o carro dormindo aí na rua. Há muito tempo faz isso, tem ninguém que mexe. Tem o pessoal do bar também, que fica indo e voltando [da praça]. É como um rapaz tava dizendo dia desses na televisão: tem gente na rua, fica mais tranquilo. E aqui sempre tem. De noite tem menos, mas sempre tem na praça, que é perto daqui. (ÂNGELA, ZONA 3)

Portanto, o modelo de produção de segurança no entorno da Praça da Várzea é caracterizado por uma combinação entre a ação intencional da polícia e a utilização ininterrupta do espaço urbano pelos moradores. A segurança produzida por essa intersecção se expande para as ruas adjacentes, ainda que os seus moradores complementem tal lógica securitária com o uso diferencial, de acordo com a condição de classe, de obstáculos de segurança.

5.4 Zona 4

Como a Zona 3, esta microrregião também é composta por residências e estabelecimentos comerciais. As casas, em maior número, são as que possuem os padrões

arquitetônicos mais sofisticados da região. A maioria também tem grandes terrenos, significativas áreas entre a parte interna e a rua e, em alguns casos, contam com mais de um andar. São habitadas, em maioria, por aposentados, funcionários públicos, profissionais liberais e professores universitários – muitas vezes, da própria UFPE. Além dos recursos securitários que apresentarei a seguir, os elementos que mais atraem essas pessoas são as intensas interações entre moradores, entre si e com os visitantes, o lado boêmio e a imagem bucólica – que subjaz o que chamei de “estereótipo positivo” da Várzea.

Dos vários lugares etnografados, esse é o único onde todas as ruas são pavimentadas. Sua iluminação, porém, é tão deficitária quanto a das outras microrregiões. Atravessar a Rua Francisco Lacerda, por exemplo, pode despertar receio em um estrangeiro, sobretudo em certa hora da noite – quando o bar que lá funciona está fechado e os moradores cerram seus portões em razão do breu que se instala.

O seu pátio, onde está localizada a Igreja do Rosário, é bastante iluminado. Alguns moradores e frequentadores dos comércios locais me relataram que este é um motivo, entre outros, que os faz caminhar por lá sem medo mesmo quando está vazio. Como em toda a Várzea, os lugares de aglomeração de comércios e espaços de lazer são iluminados, tanto nas regiões precarizadas quanto nas dos estratos médios, enquanto as ruas propriamente residenciais são mal iluminadas.

Apesar disso, as ruas dessa zona são marcadas pelas interações entre moradores, sobretudo durante o dia; primeiro, porque o fato de os residentes dos condomínios possuírem condições socioeconômicas e estilos de vida (WEBER, 1972) minimamente consonantes corrobora para que sejam mais afáveis uns com os outros na lida cotidiana. Como disse um entrevistado citado no segundo capítulo, as semelhanças servem como motivação para a criação de laços – que, como mostrarei ao final, se desdobram em redes de proteção.

Sobre essa questão, é interessante notar que os moradores das ruas e condomínios fechados da Zona 4 não se opõem à ideia de vida comunitária. Isto os diferencia tanto dos moradores da Zona 2 como de residentes de grandes condomínios das classes médias, como aqueles estudados por Caldeira (2011, p.262) na cidade de São Paulo. Uma possível explicação para a valoração positiva da “comunidade” está no estilo de vida dessas pessoas. Muitas delas foram socializadas em ambientes tradicionalmente vinculados à esquerda e, em consequência, apresentam posições progressistas na maioria dos debates.

Resultam dessa valoração positiva condomínios e ruas que, embora considerados “fechados”, não apresentam as mesmas características de grande parte dos espaços coletivos de moradia que se multiplicam no Brasil contemporâneo. Ainda que a aspiração de segurança, isolamento, homogeneidade e uso de recursos sociotécnicos, tal como nos condomínios tradicionais (CALDEIRA, 2011, p.265), ainda esteja presente, na Zona 4 ela é incrementada com outros ideais, como os de abertura e sociabilidade.

O segundo motivo para a maior interação entre os moradores nessa zona está relacionado ao fato de haver alguns dos estabelecimentos comerciais e espaços de encontros mais importantes para o bairro, além de estar muito próxima da Praça da Várzea (Zona 3). No pátio da Igreja do Rosário, há um café utilizado pelos moradores com maior poder aquisitivo e por funcionários da UFPE, que o frequentam durante os intervalos entre os turnos e no final da tarde. Os moradores de menor poder aquisitivo, por sua vez, frequentam uma lanchonete, que fica ao lado do condomínio de edifícios descrito no capítulo anterior.

Mapa 6 - Zona 4



Autoria própria a partir do *Google Earth*

Ao mesmo tempo, há um grande movimento de religiosos em alguns dias da semana, pois no mesmo pátio ainda funcionam duas das principais igrejas católicas da Várzea e uma

pequena igreja evangélica. Nos dias de missa e/ou culto, acumulam-se automóveis no pátio e o movimento de pessoas que chegam das regiões mais diferentes, como o Campo do Banco, é comum.

Os moradores se sentem bastante seguros em razão dessa circulação. Todavia, diferente daqueles da Zona 3, que utilizam os mecanismos securitários como objetos secundários, estes sentem maior necessidade desses recursos. Quase todas as casas possuem mais de dois obstáculos à ação criminosa. As que não possuem, estão, em maioria, nos condomínios fechados, que já se beneficiam da atuação de porteiros e vigilantes e de obstáculos usados coletivamente, como cancelas e câmeras de vigilância. Isso corrobora para a confirmação da hipótese de que a maior posse de recursos econômicos motiva uma maior securitização.

A obsessão securitária está entranhada em um “paradoxo” entre a percepção do espaço urbano e os discursos e práticas dos moradores da Zona 4: é necessário produzir o máximo de segurança em um lugar já considerado seguro.

Aqui é muito bom, muito tranquilo, também é perto de tudo, dá pra comprar o que quiser e também se divertir. Mas hoje você sabe como está, né? Não adianta nem tentar fingir que não tem, porque tem muito crime, muita bandidagem. Você liga a televisão e vê os crimes passando, anda na rua e escuta as pessoas, então o melhor é se prevenir, para o pior não acontecer. Eu moro nessa rua [fechada] há muito tempo, de lá pra cá a gente veio melhorando, colocando mais coisas pra ajudar. Primeiro foi o porteiro, depois um portão melhor, depois as câmeras [da rua]...E ainda tem gente que bota câmera na casa, pra se sentir mais seguro. Eu não julgo, porque todo mundo sabe como tá o mundo. Quanto mais segurança, melhor. (TIAGO, ZONA 4)

A perspectiva desse morador é generalizada em dois dos três condomínios que estão na Zona 4. Para a maioria dos residentes, o lado espontaneamente seguro precisa ser complementado por ações intencionais de segurança. Com efeito, a mencionada valoração positiva do ideal de comunidade coexiste com o seu oposto, o fechamento securitário.

Os porteiros e vigilantes são, nesse contexto, vistos como os principais geradores de segurança. São eles que dizem o que está acontecendo e quais são os “perigos”. Além disso, são os que podem agir ou chamar a polícia em casos de tentativas de assaltos ou outros crimes.

Como eles tão aí há muito tempo, já são experientes nesse negócio de saber o que tá acontecendo. Uma vez conversei com ele [o porteiro] e ele me disse

que sabe pelo olho quem tá fazendo o quê. É que nem a polícia, a gente acha que a polícia tá de bobeira esperando pra agir. Na verdade, os caras já sabem quem é bandido e quem não é, quem eles vão pegar hoje, quem vão pegar amanhã. Esses porteiro[s] não são de agir assim que nem a polícia, mas também sabem quem tá fazendo o quê. (TIAGO, ZONA 4)

Entre estes, há dois tipos. O primeiro é formado por aqueles que nunca exerceram a função de vigilantes, nem têm interesse. Preferem as tarefas para as quais foram contratados: observar a saída e a entrada dos moradores e, em algumas situações, ajudar com algum problema prático que possa surgir nas ruas e condomínios. Por outro lado, há aquele grupo de indivíduos que, também não possuindo habilitação para o serviço de vigilantes, já trabalharam nessa função e nela têm algum interesse. Na maioria das vezes, esses homens enfatizaram o lado heroico daqueles que “arriscam suas vidas” para trabalhar como seguranças.

Nesse segundo caso, alguns dos homens possuem armas de fogo, que, a despeito de não as utilizarem durante o trabalho, as mantêm escondidas nas suas guaritas. Esse grupo é bem parecido com aquele dos vigilantes informais da Zona 2, que adquiriram experiência prática na atividade de vigilância independentemente de quaisquer qualificações profissionais. Como falei, a posse desregulada desse recurso por eles é muito arriscada, pois tal percepção de sua função e do suposto “heroísmo” da profissão podem fomentar práticas violentas e sem qualquer tipo de mediação.

Os aspectos até então mencionados se referem principalmente à mentalidade dos moradores e vigilantes da Rua Bulandy, do condomínio de edifícios localizado na Rua João Francisco Lisboa e nas demais ruas “abertas” da região. A outra rua fechada destoa da característica principal apresentada: a clara correlação entre a presença de moradores das classes médias e a obsessão securitária expressa nos muros e fachadas das casas. Nela, ao contrário, a maioria dos muros são baixos e as casas não possuem um excessivo número de câmeras, cercas elétricas e portões totalmente fechados, como na outra rua fechada e nas residências da Zona 2.

Os moradores dessa via fechada se sentem bastante seguros apenas com a presença do porteiro, que costuma ficar numa cabine –, semelhante a dos guardas da Zona 2, instalada na entrada. Além disso, ali há também há uma cancela, que pode ser fechada em algum dia específico e também durante a noite. Esses recursos da própria rua são suficientes para alimentar a sensação de segurança dos moradores.

Pareceu-me que tal mentalidade tem mais a ver com uma percepção propagada entre os vizinhos, fruto da ausência de assaltos no interior da rua, do que com o tempo de moradia – hipótese aventada durante a análise do material de campo. Isso porque os moradores da outra via fechada também estão lá há bastante tempo, e mesmo assim utilizam em excesso todos os mecanismos de vigilância.

Definir as características securitárias gerais da Zona 4 significa dizer, de início, que o uso do espaço urbano produz, não intencionalmente, maior sensação de segurança entre os moradores. A junção dessa característica com as condições infraestruturais (todas as ruas são pavimentadas) e com as constantes interações entre os indivíduos, facilitadas pela consonância entre seus perfis socioeconômicos e entre seus estilos de vida (WEBER, 1972), também engendra uma incessante sociabilidade e, ao mesmo tempo, a constituição de redes de proteção.

Se, por um lado, essas ações não intencionais tornam-se mecanismos de segurança para a maioria dos residentes, as práticas intencionais são o outro lado da moeda. Muitos dos moradores com os quais conversei acham necessário o uso do máximo de recursos sociotécnicos possível, além da contratação de vigilantes. Com efeito, a lógica securitária da Zona 4 pode ser sintetizada pela disjunção entre o uso intenso das ruas e o fechamento securitário das casas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lógicas securitárias investigadas são, entre outras coisas, desdobramentos das reconfigurações urbanas pelas quais passou a cidade do Recife. Durante grande parte do século passado, essas transformações se confundiram com o aumento populacional de uma cidade em pleno processo de industrialização. Nesse contexto, trabalhadores recifenses e migrantes expandiram as zonas de moradia da cidade ao comporem conjuntos habitacionais regulares, mas também por meio da construção de comunidades residenciais em terrenos irregulares (PONTUAL, 2001). Passado o período de industrialização, o crescimento não cessou de produzir novas manchas urbanas.

Atualmente isso ocorre de modo ainda mais complexo e com uma participação mais efetiva do poder público – principalmente após a criação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Um dos principais desdobramentos da expansão urbana nos dias atuais é a justaposição de comunidades precarizadas e áreas residenciais habitadas pelas classes médias. Trata-se de uma intensa diferenciação social e econômica entre e intrabairros, resultando em grandes desigualdades expressas em regiões geograficamente próximas umas das outras.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o Recife é a capital economicamente mais desigual do país. Na escala do Índice de Gini, a cidade atingiu 0,612. A concentração de renda expressa na pesquisa está homologamente relacionada às desigualdades explícitas no espaço urbano. Um dos principais exemplos disso é a região de Boa Viagem, onde os sofisticados condomínios residenciais fazem fronteira com favelas marcadas pela presença de casas precarizadas e palafitas.

Essas formas de segregação espacial apresentam muitas semelhanças com aquelas percebidas em outras capitais brasileiras. Assim como em São Paulo, por exemplo, no Recife o modelo centro-periferia foi substituído por uma lógica na qual “diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns” (Cf. CALDEIRA, 2011, p.211).

Na Várzea, encontrei uma paisagem urbana muito parecida com a de outros bairros recifenses. Entre suas principais características, destaquei a coexistência de ruas pavimentadas e sem calçamento, a proximidade entre ZEIS e zonas residenciais das classes médias e a existência de maior número de serviços públicos nestas últimas regiões. Em termos

sociodemográficos, tal heterogeneidade se expressou na coexistência de estratos sociais diferentes e numa significativa diversidade étnica.

Ao mesmo tempo em que apresenta um conjunto de características comuns aos demais bairros recifenses, a Várzea também se diferencia em alguns aspectos, muitos deles relacionados à existência da Universidade Federal de Pernambuco em seu território. Parte dos moradores do bairro são estudantes, professores ou servidores desta instituição. De algum modo, o encontro dessas pessoas com o restante dos moradores faz com que a Várzea esteja em constante ebulição cultural, como pude perceber já nas minhas primeiras visitas.

Esta configuração urbana marcada por disparidades econômicas e sociais apresenta um conjunto de complexidades sem as quais não é possível pensar o problema da segurança no Recife. Isso porque as desigualdades que perpassam a cidade engendram lógicas securitárias que variam de acordo com as características sociodemográficas da população, as condições infraestruturais dos bairros e os usos do espaço urbano.

Por este motivo, a saída para captar as diferentes lógicas de segurança da Várzea foi esquadrinhar uma pequena região, onde encontrei quatro zonas cuja distância entre seus extremos era de, aproximadamente, duzentos metros. Apesar de geograficamente limitada, essa amostra representou bem os diferentes contextos que encontrei nas minhas observações em outras partes do bairro. Ela contemplava as diferenças entre as infraestruturas urbanas, entre os estratos sociais, os tipos de habitações, os diferentes usos do espaço público e as estratégias securitárias acionadas pelos habitantes.

Investigar a governança da segurança (BURRIS *et al*, 2005, pp.31-32) em um contexto como esse que descrevo necessitou de uma diferenciação entre duas escalas de análise. Em primeiro lugar, tratava-se de entender os processos de gestão da segurança e as práticas securitárias não intencionais ao nível das ruas e zonas esquadrinhadas. Paralelamente, tentei explicar a governança securitária por meio de intersecções entre as quatro microrregiões. É no movimento entre esses dois olhares que farei as considerações que se seguem.

Como defende a teoria da *governança nodal*, um dos quatro pilares da gestão da segurança são as “mentalidades” dos agentes que dela participam, isto é, o modo como eles concebem seus propósitos e papéis nos contextos de governança (MARTIN, 2012, p.149). Nas microrregiões analisadas, foram nítidas as diferenças nesse aspecto. A maioria dos moradores da Zona 1 não tematizava com frequência a atuação securitária, muitos deles acreditavam que tal problema poderia ser resolvido apenas com o fluxo de pessoas nas ruas. Ao contrário, os

habitantes da Zona 2 viam-se incumbidos de atuar nessa questão, por isso usavam mais dispositivos sociotécnicos e contratavam vigilantes formais e informais.

Assim como os moradores da Zona 1, os da Zona 3 também acreditavam que a insegurança do bairro poderia ser resolvida com um significativo fluxo de transeuntes. Todavia, o contexto de intensa atividade da Praça Pinto Dâmaso (Zona 1) se baseava no contato entre estranhos, enquanto no Campo do Banco (Zona 1) as formas de circulação eram restritas aos moradores desta localidade. Ainda no que se refere às *mentalidades*, a Zona 4 incorporava as várias características apresentadas, uma vez que seus moradores entendiam a importância da circulação no espaço urbano e atuavam intencionalmente com esse objetivo, mas também acreditavam ser necessário usar dispositivos de vigilância e contratar guardas.

As “tecnologias” empregadas e os “recursos” (entendidos como capitais culturais, econômicos e sociais) mobilizados pelos agentes nos contextos securitários são outros dois pilares da governança nodal (BURRIS *et al*, 2005). Como mostrei nos dois últimos capítulos, eles variam muito entre as microrregiões. Na Zona 1, a ausência de recursos econômicos e a precariedade das habitações faz com que seus moradores utilizem mais o espaço urbano e produzam algum grau de *eficácia coletiva* (SAMPSON *et al*, 1997) por meio do que chamei de redes de proteção. Isto é, laços de confiança tecidos entre vizinhos durante as interações cotidianas. Por possuírem maiores recursos econômicos, os moradores da Zona 2 optam por dispositivos sociotécnicos (como cercas elétricas, alarmes e câmeras) e pela contratação de vigilantes formais e informais. Ao contrário da Zona 1, eles não desenvolvem redes de proteção, pois pouco usam o espaço urbano para atividades desprezíveis. Na Zona 3, o fluxo de pessoas e a atuação da polícia produzem a sensação de segurança dos moradores e na Zona 4 há uma junção entre as redes de proteção, o uso de dispositivos sociotécnicos e a contratação de vigilantes informais.

Porém, tanto as mentalidades quanto as tecnologias securitárias empregadas não foram homogêneas no interior das zonas. Como mostrei no decorrer dos capítulos, havia uma tensão entre as percepções e práticas reproduzidas pelos moradores. Tensão cujo desdobramento foi a formação de arranjos institucionais (MARTIN, 2012, p.149) em que as estratégias de segurança preponderantes eram aquelas que conseguiam se sobrepôr à diversidade existente. Portanto, a governança securitária tinha como uma de suas características a heterogeneidade e, em consequência, a conflitualidade entre e intraclasses. Um dos principais exemplos foram as diferentes reações dos moradores da Zona 2 a respeito da atuação dos vigilantes informais.

A diversidade das lógicas securitárias que investiguei estava apoiada numa disjunção entre o ideal de cooperação comunitária, ilustrado pelas redes de proteção e pelo fluxo de pessoas em algumas regiões do bairro, e a obsessão securitária de significativo número de moradores, que almejavam o maior número possível de recursos de vigilância. Tratando das relações entre forma urbana, política e vida cotidiana, Teresa Caldeira (2011, p.302) já mostrou como “processos simultâneos com significados opostos podem acontecer na mesma esfera pública”. Na Várzea, tal disjunção é expressa no paradoxo securitização-sociabilidade.

Em resumo, a análise do conjunto das zonas esquadrinhadas permitiu compreender a governança da segurança na Várzea como um conjunto desarticulado de mentalidades e práticas. Isso porque nem os vigilantes nem os moradores de zonas diferentes interagem entre si. Em consequência, o controle de ruas específicas não se desdobrava em um ordenamento do bairro, nem mesmo da totalidade das zonas. Teorizando sobre contextos semelhantes, Martin (2012, p.148) já havia afirmado que os nós que compõem as redes securitárias podem atuar de maneira segregada, sem contatos ou interrelações operacionais.

Desarticulados, os agentes securitários não produzem modos coletivos de regulação das suas práticas. Esse modelo heterodoxo de governança se distancia tanto das noções tradicionais de segurança pública⁸² quanto dos ideais de segurança participativa e cidadã (Cf. LEEDS, 2013). No primeiro caso, porque não há uma participação efetiva do Estado. Além disso, também inexistente participação democrática do conjunto da população e dos agentes e empresas de vigilância na constituição das lógicas securitárias.

A ausência de regulação coletiva se desdobra em dois fenômenos centrais. O primeiro é a emergência da segurança privada formal e informal como o elemento preponderante da segurança da população. Isto se torna problemático quando sabemos que a maioria dos vigilantes atua numa zona cinzenta, entre o legal e o ilegal, que possibilita tanto o desenvolvimento de práticas de aproximação e integração com o conjunto dos moradores como ações disruptivas e autoritárias.

Conversando com os vigilantes, soube que a maioria deles não está vinculada a empresas que atuam no mercado formal. Dentre estes, um pequeno número compõe organizações informais e a grande parcela é de trabalhadores autônomos. Tais dados refletem o contexto

⁸²Aqui, a segurança pública é entendida como “um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra a ordem e os conflitos sociais” (COSTA; LIMA, 2014, p.397).

brasileiro, no qual o mercado clandestino de segurança privada supera, em número de trabalhadores, o mercado legal (LOPES, 2011, p.104). Se a atuação das empresas legalizadas pode representar algum risco para as populações, uma vez que sua atuação é pouco fiscalizada pela Polícia Federal, as empresas e trabalhadores informais representam um perigo ainda maior, principalmente pelo fato de que muitos desses vigilantes atuam armados no espaço público sem possuir autorização para tal.

Quanto às características dos vigilantes, soube que a grande maioria deles não possui nenhum tipo de treinamento profissional. Suas ações resultam de experiências práticas nos contextos em que trabalharam e de informações trocadas com outros profissionais da área. Muitos desses homens se mostraram satisfeitos com a profissão, sobretudo por verem nela uma expressão de força e masculinidade, tal como os *armed response officers*, objetos de estudo de Tessa Diphorn (2015) na África do Sul. Em ambos os casos, tratam-se de homens com baixo nível de escolaridade e reprodutores de uma subcultura masculinista.

Também como os guardas estudados por Diphorn (2015), alguns dos vigilantes entrevistados pareciam imitar o *ethos* dos policiais militares por meio de suas roupas, das formas de *patrulhar* e de demonstrar autoridade perante a população. Também por esse motivo, muitos dos moradores os viam como uma espécie de polícia. Quando sofriam algum crime no bairro, eram os vigilantes que procuravam, ainda que houvesse uma delegacia perto de suas casas. No plano simbólico, alguns dos residentes sempre se referiam à polícia quando falávamos sobre os vigilantes – uma das moradoras da Zona 2 apontou para as cabines desses homens quando eu perguntei sobre as rondas da polícia na região.

Em vez de desaparecer, o Estado emerge nas práticas dos vigilantes e nas representações dos moradores. É essa indefinição entre o estatal e o não estatal que define o trabalho da segurança privada informal no contexto estudado. Diphorn (2012; 2015) chamou tal fenômeno de *policimento crepuscular*, em razão das incertezas e indefinições que lhe são intrínsecas. É importante ressaltar que o contexto sul-africano estudado pela antropóloga permite uma intersecção “legal” muito maior entre polícia e segurança privada. A legislação do país autoriza que os vigilantes armados atuem no espaço público e utilizem viaturas semelhantes às policiais, por exemplo. No Brasil, a legislação não admite nada parecido, ainda assim o caráter crepuscular do policiamento informal se expressa de variadas formas nas cidades do país.

O estado de indefinição que caracteriza a atividade desses trabalhadores pode gerar segurança para alguns e insegurança para outros. Parte dos moradores entrevistados se sentiam

protegidos com a presença dos homens nas suas ruas e condomínios, enquanto outros dissertaram sobre o risco que é confiar em sujeitos que podem guardar informações ou mesmo praticar crimes. Chamou-me atenção que um dos entrevistados se referiu aos vigilantes de sua rua como “milicianos”. Durante a pesquisa, não obtive nenhum dado para reiterar sua afirmação. Contudo, mesmo que as milícias urbanas estejam enredadas em complexas redes políticas e mercados ilícitos (DUARTE, 2019; CANO; IOOTY, 2008), a ausência de regulação estatal e não estatal, tal como acontece na Várzea, é uma das condições de possibilidade para que estas surjam.

O fechamento securitário é o segundo desdobramento da não participação dos moradores na organização da segurança do bairro. Como mostrei durante a pesquisa, na área esquadrinhada existem ruas fechadas, pela ação próprios moradores, e condomínios residenciais. No primeiro caso, tratam-se de espaços públicos que podem ser parcialmente cerceados ao livre uso comum em qualquer hora do dia. De todo modo, em ambos existem esquemas de segurança que objetivam algum grau de segregação e diferenciação social no interior do bairro, cujo resultado pode ser a acentuação das disparidades de classe.

Diferentes dos *enclaves fortificados* estudados por Caldeira (2011), na Várzea os condomínios e ruas fechadas não são completamente avessos aos ideais comunitários. Um exemplo disso é a Rua Bulandy, ocupada por moradores das classes médias da Zona 4. Apesar de nela haver um portão na entrada e guaritas onde porteiros e vigilantes se revezam, além do uso de dispositivos securitários na maioria das casas, seus residentes costumam frequentar os espaços de sociabilidade do bairro e receber outros moradores nas suas casas sem qualquer constrangimento causado pelo seu sistema de segurança. Esse é mais um exemplo da disjunção securitização-sociabilidade que caracteriza o bairro.

Ainda que com significativas diferenças de classe e estilos de vida, os moradores da Várzea expressaram um mesmo ideal de securitização. Tanto o precariado quanto a classe média varzeana acreditam que a violência atual os impele ao uso de sistemas de segurança nas suas casas e à contratação de vigilantes. Obviamente, esta aspiração só é satisfeita pelos moradores que dispõem de maiores recursos econômicos. Como mostrei nos últimos capítulos, os habitantes das regiões precarizadas se valem com mais frequência das redes de proteção e da circulação expressiva no espaço urbano.

O *transclassismo* do ideal de securitização expressa a força crescente do mercado da segurança no Brasil. Apesar de o discurso da vigilância privada se refratar em cada contexto

regional, ele coloniza cada vez mais a população e se capilariza no tecido social. Uma prova disso é a grande expansão que esse mercado apresentou nas últimas décadas (FENAVIST, 2019). Expansão que fez o número de trabalhadores formais da segurança ultrapassar o de policiais, do mesmo modo que em outros países do mundo ocidental (Cf. PROVOST, 2017).

Ao mesmo tempo em que isso ocorre, a segurança torna-se cada vez mais individualizada. Tornadas consumidoras, as populações se percebem responsáveis pela sua segurança tanto em termos de controle comportamental quanto da terceirização da sua proteção (LOADER, 1999). A generalização da noção de “risco” através dos veículos de imprensa e do *marketing* das próprias empresas de segurança é elemento constitutivo dessa lógica.

Entre os moradores que não possuíam recursos suficientes para satisfazer o desejo de segurança privada, a precariedade infraestrutural em que viviam e suas condições econômicas e culturais serviam como condições de possibilidade para a compensação da suposta vulnerabilidade de suas casas e ruas. Pelo fato de se incomodarem com o tamanho de suas residências que essas pessoas circulavam mais pelas suas ruas e desenvolviam laços mais fortes com os vizinhos, por exemplo. As consequências não intencionais dessas práticas foram a criação de redes de proteção.

Em vez de um déficit de governança entre aqueles com menor poder aquisitivo, como no caso estudado por Clifford Shearing e Jennifer Wood (2003, p.412), vi um contexto em que as disparidades econômicas estão envoltas em outros elementos, como os laços de confiança e a ocupação do espaço urbano. Diante disso, aqueles que possuem maiores recursos para investir em mecanismos de segurança tecnologicamente sofisticados não necessariamente são os que se sentem mais seguros ou que têm maior controle sobre o ordenamento de suas ruas. No caso da Zona 2, por exemplo, a excessiva securitização estimulava o abandono das vias.

Estas afirmações não se encaminham para uma visão otimista sobre o problema da segurança, como se a pobreza e a privação motivassem formas securitárias compensatórias. A despeito das redes criadas em comunidades precarizadas, os processos materiais e simbólicos de separação, cuja maior expressão é a generalização de grandes condomínios e ruas fechadas, estão cada vez mais intensos nas cidades brasileiras. Independentemente de suas ações localizadas, os sujeitos estão cada vez mais segregados espacialmente.

Todo o material colhido durante a experiência no bairro também me permitiu discutir algumas questões relativas ao tema do controle social. Nos Estados Unidos e em muitos países da Europa, discute-se, desde a segunda metade do século passado, a adoção de medidas de

segurança centradas em modificações arquitetônicas e no uso de tecnologias de vigilância. Isso ensejou o desenvolvimento de um conjunto de teorias⁸³ que visavam amparar tecnicamente as ações securitárias promovidas, muitas vezes, sem a influência do Estado.

A teoria da escolha racional é o fundamento teórico-epistemológico de todas essas abordagens que defendem o controle do crime por meio de modificações ambientais. Nelas, o “criminoso” é visto como alguém que opta pela prática transgressora em razão das possibilidades de êxito. Por isso, David Garland (1999, p.75) chamou este repertório discursivo de *criminologia do eu*, dado que nele os transgressores são pensados como sujeitos ativos e reflexivos.

Para Garland (1999), no mundo contemporâneo esta abordagem polariza com a *criminologia do outro*. Tratar-se-ia de uma racionalidade que identifica a figura do criminoso com a do ameaçador, do estrangeiro e do excluído. Enquanto a criminologia do eu fomenta modos sistemáticos de lidar com o problema do crime, essa perspectiva fomenta hostilidades e posturas punitivistas. A tensão entre racionalidades opostas caracteriza, para o autor, as formas contemporâneas do controle do crime.

Em países historicamente autoritários, como o Brasil, essa ambivalência criminológica se apresenta de modo ainda mais complexo. Ainda que o mercado da segurança privada e da vigilância eletrônica tenha se expandido consideravelmente nas últimas décadas, a associação entre crime, pobreza e raça/cor faz com que formas discriminatórias e autoritárias se expressem mesmo em contextos cujas estratégias de controle se baseiam em técnicas (uso de câmeras, cercas elétricas, alarmes) apoiadas numa *criminologia do eu*.

Na Várzea, a adesão aos mecanismos de vigilância eletrônica e aos obstáculos nos muros e fachadas se deve, entre outros motivos, à percepção da incapacidade do Estado em reprimir violentamente os transgressores. Para a significativa maioria dos moradores que entrevistei e conversei nas ruas, a polícia deveria ser mais violenta e, no mesmo sentido, o sistema de justiça deveria punir os transgressores com maior rigor. O “bandido” é interpretado por essas pessoas como uma figura excepcional e, por vezes, monstruosa, tal como na *criminologia do outro*.

Com efeito, foi possível dizer que as formas de controle social no bairro são fundamentadas em técnicas preventivas e situacionais, mas que grande parte dos moradores legitima o uso desmesurado da violência como meio de reduzir os crimes. Mesmo a região

⁸³ Entre elas, a teorias dos *espaços defensáveis* (NEWMAN, 1972), da prevenção do crime por meio do *design inteligente* (JEFFERY, 1971) e das *atividades rotineiras* (COHEN; FELSON, 1979).

estudada sendo relativamente pacífica, esses fenômenos se mostraram preocupantes, pois se expressam em um contexto nacional de frágil regulação democrática das práticas de segurança e de relativa indistinção entre público e privado, Estado e não Estado. O mesmo panorama social e político que, em outras partes do país, propicia a emergência de milícias urbanas.

Escolhi esses breves comentários para finalizar a dissertação por eles representarem alguns dos principais pontos que envolvem a adoção de mecanismos não estatais de segurança. A naturalização dessas estratégias pelos moradores com os quais conversei demonstrou que a pluralização da segurança não é apenas mais uma discussão acadêmica especializada, mas um tema importante na agenda pública brasileira. Esta pesquisa, portanto, foi uma pequena contribuição para um debate urgente sobre a produção da ordem social em um quadro de reconfiguração do espaço urbano brasileiro, de crescente responsabilização individual pelos problemas coletivos e de ascensão de agentes e organizações produtores de segurança e insegurança.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSEN, R.; WILLIAMS, Michael. Security beyond the state: global security assemblages in international politics. **International Political Sociology**, n.3, pp.1-17, 2009.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila. Monopólio estatal da violência. *In*: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**, n.18, v.1, pp.168-174, 2004.

BAYLEY, D.H.; SHEARING, C.D. The future of policing. **Law and Society Review**, v.30, n.3, pp.585-606. 1996.

BEATO, Cláudio; PEIXOTO, Betânia; ANDRADE, Mônica. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v.19, n.55, pp.73-89, 2004.

BOELS, Dominique; VERHAGE, Antoinette. Plural policing: a state-of-the-art review. **Policing: A International Journal of Police Strategies & Management**, v.39, pp.2-18, 2016.

BOUDON, R; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRUNTON-SMITH, I; JACKSON, J. Urban fear and its roots in place. *In*: CECCATO, V. **The urban fabric of crime and fear**. Dordrecht: Springer, 2011.

BURRIS, S; DRAHOS, P; SHEARING, Clifford. Nodal governance. **Australian Journal of Legal Philosophy**, v.30, pp.30-58, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.

CANO, I; IOOTY, C. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro. *In: Justiça Global* (org.). **Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**; v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CAVALCANTI, Helenilda; LYRA, Maria Rejane Britto; AVELINO, Emília. **Mosaico urbano do Recife: exclusão/inclusão socioambiental**. Recife: Massangana, 2008.

CLARKE, R. **Situational crime prevention: successful case studies**. New York: Harrow & Heston, 1997.

COHEN, Lawrence; FELSON, Marcus. **Social change and crime rate trends: a routine approach**. *American Sociological Review*, v.44, pp.588-608, 1979.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

COSTA, Arthur; DURANTE, Marcelo. A polícia e o medo do crime no Distrito Federal. **Dados**, n.1, v.62, pp.25-31, 2019.

COSTA, Arthur; LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública. *In: LIMA, Renato Sérgio de.; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

CRAWFORD, A. The police, policing and the future of the ‘extended policing family’. *In: BROWN, J. (Org.). The Future of Policing*. Abingdon: Routledge, pp.173-190, 2013.

CUBBAGE, C; SMITH, C. The function of security in reducing women’s fear of crime in open public spaces: a case study of serial sex attacks at a Western Australian University. **Security Journal**, v.22, pp.73-86, 2009.

CUNHA, Manuela; DURÃO, Susana. Os sentidos da segurança: ambiguidades e reduções. **Etnográfica**, n.15, v.1, pp.53-66, 2011.

DAUDELIN, Jean; RATTON, José Luiz. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. **Tempo Social**, v.29, pp.115-132, 2017.

DIPHOORN, Tessa. The emotionality of participation. **Journal Of Contemporary Ethnography**, n. 2, pp. 201-225, 2012.

_____. Twilight policing: private security practices in South Africa. **British Journal of Criminology**, n.2, pp.313-331, 2015.

DUARTE, Thais Lemos. Facções criminais e milícias: aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v.90, pp.1-16, 2019.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUPONT, Benoît. Security in the age of networks. **Policing and Society: An International Journal of Research and Policy**, n.12, pp.76-91, 2004.

DURÃO, Susana. **Patrulha e proximidade**: uma etnografia da polícia em Lisboa. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, p.431, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, n.13, pp.59-80, 1999.

_____. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O Estado-nação e a violência:** segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GIUSTOZZI, Antonio. **The art of coercion:** the primitive accumulation and management of coercitive power. Londres: Hurst, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

_____. **Os quadros da experiência social:** uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: Minayo, M. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

HAZBUN, Waleed. Assembling security in a 'weak state:' the contentious politics of plural governance in Lebanon since 2005. **Third World Quarterly**, v. 37, n. 6, pp.1053-1070, 2016.

HOOGENBOOM, B. Grey policing: a theoretical framework. **Policing and Society**, v. n.1, pp.17-30, 1991.

JACKSON, Jonathan; BRADFORD, Ben. Police legitimacy: a conceptual review. **SSRN** [online], 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

JEFFERY, Roy C. **Crime prevention trough environmental designs.** Beverly Hills: Sage, 1971.

JOHNSTON, L. From pluralisation to the police extended family: discourses on the governance of community policing in Britain. **International Journal of the Sociology of Law**, v.31. n.3, pp.185-204, 2003.

_____. Privatisation and protection: spatial and sectoral ideologies in British policing and crime prevention. **The Modern Law Review**, v.56, n.6, pp.771-792. 1993.

JONES, T.; NEWBURN, T. The transformation of policing? Understanding current trends in policing systems. **British Journal of Criminology**, v.42, n.1, pp.129-146. 2002.

JONES, T. NEWBURN, T. Understanding plural policing. *In*: **Plural policing in comparative perspective**. London: Routledge, 2006, pp.1-11.

KOSKELA, Hille. Cam Era: the contemporary urban panopticon. **Surveillance & Society**, v.3, pp.292-313, 2003.

KRAHMANN, Elke. Security governance and networks: new theoretical perspectives in transatlantic security. **Cambridge Review Of International Affairs**, v. 18, n. 1, pp.15-30, 2005.

LEEDS, Elizabeth. A sociedade civil e a segurança cidadã no Brasil: um relacionamento frágil, mas em evolução. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v.7, n.2, pp.134-142, 2013.

LIMA; Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v.30, n.1, pp.123-144.

LIMA, Roberto Kant. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1995.

LOADER, Ian. Consumer culture and the commodification of policing and security. **Sociology**, n.33, v.2, pp.373-392, 1999.

_____. Plural Policing and democratic governance. **Social & Legal Studies**, n.3, pp.323-345, 2000.

LOADER, Ian; WALKER, Neil. **Civilizing security**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2007.

LOPES, Cleber da Silva. Como se vigia os vigilantes: o controle da polícia federal sobre a segurança privada. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, pp.99-121, 2011.

_____. Plural policing and public opinion in Brasil. **Security Journal**, v.19, pp.1-19, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, n. 32, pp.129-156, 2009.

MARKS, M; BONIN, D. Generating safety from below: Community safety groups and the policing nexus in Durban. **South African Review of Sociology**, n.41, pp.56-77.

MARTIN, James. Informal security nodes and force capital. **Policing and Society**, n.2, pp.145-163, 2012.

MERTON, Robert. The unanticipated consequences of purposive social action. **American Sociological Review**, I, pp.894-904, 1936.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. “**Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**”: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

NEWMAN, Oscar. **Defensible space**. Nova York: MacMillan, 1972.

PARK, Robert Ezra. **On social control and collective behavior**. Chicago: Chicago University Press, 1967.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; SANTOS, Patrícia Carla. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. **Revista Saúde Pública**, v.39, pp.58-66, 2005.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: Editora da UFPE, 2001. 269 p.

PORTO, Maria Stela Grossi. Análise weberiana da violência. *In*: COELHO, M.; BANDEIRA, L.; MENEZES, M. (Orgs.). **Política, ciência e cultura em Max Weber**. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RHODES, R. **Understanding governance**: policy networks, governance, reflexivity and accountability. Buckingham: Open University Press, 1997.

SAMPSON, R; STEPHEN, W; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. **Science**, v.277, pp.918-924, 1997.

SHARP, Douglas; ATHERTON, Susie; WILLIAMS, Kate. Civilian policing, legitimacy and vigilantism: findings from three case studies in England and Wales. **Policing and Society: An International Journal of Research and Policy**, v.18, pp.245-257, 2008.

SHEARING, Clifford.; WOOD, Jennifer. Nodal governance, democracy, and the new 'denizens'. **Journal of Law and Society**, v.30, n.3, pp.400-419, 2003.

SILVA, Leonardo Dantas. *Várzea (bairro, Recife)*. **Fundação Joaquim Nabuco**, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

SILVA SOBRINHO, Marcos Ferreira da. **Várzea: lembranças de um tempo que se foi**. Recife: Ed. do Autor, 2012. 376 p.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

STEIN, Stanley J. **Origem e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TYLER, Tom. **Why people obey the law**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

VOLKOV, V. Between economy and the state: private security and rule enforcement in Russia. **Politics & Society**, n.28, pp.82-111, 2000.

WEBER, M. Classe, estamento e partido. In: _____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. pp. 211-228.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

_____. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

WOOD, Jennifer; CARDIA, Nancy. Brazil. *In*: JONES, Trevor; NEWBURN, Tim. **Plural Policing**: A comparative perspective. New York: Routledge, 2006. Cap. 8. pp. 139-168.

YOUNG, Jock. **The exclusive society**: social exclusion, crime and difference in late modernity. Londres: Sage Publications, 1999.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ZANETIC, André. A segurança privada no Brasil: alguns aspectos relativos às motivações, regulação e implicações sociais do setor. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v.3, pp.51-70, 2010.

OUTRAS REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CAMPINAS (Município). Lei nº 8736 de 09 de Janeiro de 1996. Campinas, SP, Disponível em: <https://cm-campinas.jusbrasil.com.br/legislacao/335174/lei-8736-96>. Acesso em: 13 nov. 2019.

COTIA (Município). Lei nº 694, de 08 de novembro de 1994. Cotia, SP, Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/cotia/lei-ordinaria/1994/69/694/lei-ordinaria-n-6941994-dispoe-sobre-criacao-de-bolsoes-residenciais-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 nov. 2019.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/dados/index.php?uf=33. Acesso em: 4 de fev. de 2019.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2020.

NATAL (Município). Lei nº 0531, de 20 de março de 2018. Institui o Programa “Bairro Seguro”, que dispõe sobre a instalação de equipamentos de sinalização e bloqueios em vias públicas no Município de Natal/RN e dá outras providências. Lei Promulgada Nº 0531/2018.

Natal, RN, 21 mar. 2018. p. 15-15. Disponível em: http://portal.natal.rn.gov.br/_anexos/publicacao/dom/dom_20180321_4df607df7bb18d304490075095ffd22d.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018

PROVOST, Claire. The industry of inequality: why the world is obsessed with private security. **The Guardian**. London, p. 36-36. 12 maio 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/inequality/2017/may/12/industry-of-inequality-why-world-is-obsessed-with-private-security>. Acesso em: 5 abril 2017.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 11322, de 22 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a criação, no âmbito do município de São Paulo, de bolsões residenciais, e dá outras providências. Lei Nº 11.322, de 22 de dezembro de 1992. São Paulo, SP, Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1992/1132/11322/lei_ordinaria-n-11322-1992-dispoe-sobre-a-criacao-no-ambito-do-municipio-de-sao-paulo-de-bolsoes-residenciais-e-da-outras-providencias. Acesso em: 11 nov. 2019.

SÃO PAULO. Lei nº 16439, de 12 de maio de 2016. Dispõe sobre a restrição à circulação em vilas, ruas sem saída e ruas sem impacto no trânsito local. Lei Nº 16.439, de 12 de maio de 2016. São Paulo, SP, Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13052016L%20164390000>. Acesso em: 15 nov. 2019

3º ESSEG (Estudo do Setor de Segurança Privada). FENAVIST. São Paulo: Editora Segmento Ltda, 2013.

5º ESSEG (Estudo do Setor de Segurança Privada). FENAVIST. São Paulo: Editora Segmento Ltda, 2017.

6º ESSEG (Estudo do Setor de Segurança Privada). FENAVIST. São Paulo: Editora Segmento Ltda, 2019.